

Avante!

Encontro Nacional afirmou:

É possível um PCP mais forte!



Sim, é possível um PCP mais forte! Esta foi a principal conclusão do Encontro Nacional sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho que durante o passado fim-de-semana culminou um debate alargado e, por unanimidade, aprovou uma resolução que aponta para o reforço da influência do PCP junto da classe operária e dos trabalhadores.

Págs. 5 a 15

De Israel à Palestina (I)

No coração do povo



Reportagem da nossa enviada especial Anabela Fino, que visitou Israel e a Palestina integrando a delegação do PCP ao XXIV Congresso do PC de Israel, dirigida por Albano Nunes.

Centrais

JCP a crescer

Como criar colectivos

O *Avante!* foi conhecer vários colectivos formados nos últimos meses e falou com militantes sobre a organização. E descobriu segredos da expansão e do recrutamento.

Págs. 20 e 21



30 de Outubro

Dia de luta

Depois da grande jornada de protesto na Administração Pública, está convocado para a próxima quarta-feira um «Dia Nacional de Luta» contra o pacote laboral.

Págs. 18 e 19

PCP denuncia

GNR «vigia movimentações»

O grupo parlamentar do PCP classificou como facto «da maior gravidade» o propósito atribuído à GNR de vigiar de perto as movimentações sociais, e requereu audição urgente.

Pág. 23

Avante!

Proletários de todos os países
UNITE-VOS!

PROPRIEDADE

Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO

Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO

R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director

José Casanova

Chefe de Redacção

Leandro Martins

Chefe Adjunto

Anabela Fino

Redactores

Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo

José Araújo

Fotografia

Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção

Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO ADE's

Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa

Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

VASP - Sociedade

de Transportes

e Distribuição, Lda.

R. da Tascoia, 16 - 4.º

2745-003 Queluz

Tel. 21 439 85 00

ASSINATURAS

Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*

(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL

(Continente e Regiões

Autónomas)

50 números: 9 000\$00

44,90 euros

25 números: 4 600\$00

23,00 euros

EUROPA

50 números: 23 000\$00

114,75 euros

EXTRA-EUROPA

50 números: 33 000\$00

164,60 euros

*Enviar para

Editorial «Avante!»

nome, morada

com código Postal

e telefone

a acompanhar cheque /

ou vale de correio.

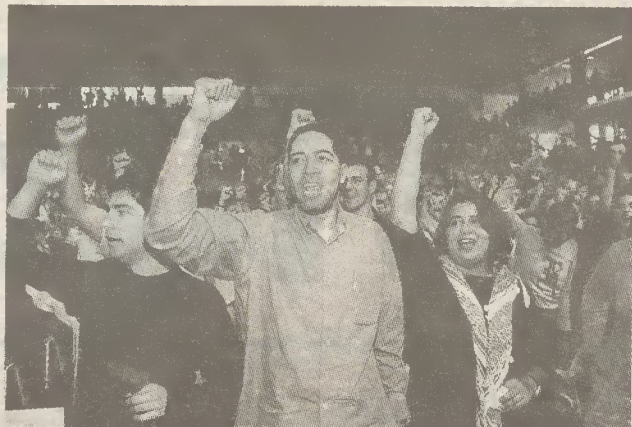
Composição e impressão

Heska Portuguesa, SA

Campo Raso

2710 - 139 Sintra

Depósito legal n.º 205/85



Encontro Nacional do PCP

Resumo

16 Quarta-feira

Cerca de 50 mil trabalhadores da Função Pública manifestam-se frente à Assembleia da República para protestar contra o anteprojecto do Código de Trabalho, a revisão da lei de bases da Segurança Social e a privatização de serviços públicos. O PCP congratula-se com o resultado da greve da Função Pública considerando que foi uma paralisação «histórica». Saddam Hussein é reeleito para novo mandato presidencial com 100 por cento dos votos expressos. O presidente dos EUA, George W. Bush, assina a resolução do Congresso que o autoriza a usar a força militar contra o Iraque. Soldados israelitas assassinam Mohamed Nafam Musa, da Jihad Islâmica, em Jenin.

17 Quinta-feira

A JCP responsabiliza o Governo PSD/CDS-PP pelas consequências da sua política para a habitação, considerando que a mesma terá agravamento nas condições de vida dos jovens. A Federação Nacional de Sindicatos da Educação exige a demissão da secretária de Estado da Educação se não corrigir as acusações que fez aos professores de falta de ética para darem aulas de educação sexual. O presidente do Zimbabué, Robert Mugabe, apela aos fazendeiros brancos para se «juntarem» ao combate contra Londres, visando obter compensações pelas terras atribuídas à maioria negra. Tanques do exército israelita dispararam contra as casas de um bairro residencial do Sul da Faixa de Gaza assassinando oito palestinianos.

18 Sexta-feira

Os maquinistas da Fertagus, concessionária do comboio da Ponte 25 de Abril, prolongam até 29 de Outubro a greve parcial iniciada há mais de um mês para exigir melhores condições de trabalho. Os funcionários do departamento do desporto da Câmara Municipal de Lisboa criticam a justificação dada pelo executivo camarário para despedir 42 trabalhadores alegando que estes estão «sem fazer nada». O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, deplora o ataque perpetrado pelo exército de Israel no acampamento de refugiados de Rafah. Mais dois milhaõ de italianos manifestam-se em várias cidades do país, no decurso de uma greve geral organizada pela principal confederação sindical do país, a CGIL.

19 Sábado

Encontro Nacional sobre a intervenção do PCP nas empresas e locais de trabalho. António Abreu, vereador da Câmara Muni-

cipal de Lisboa, considera inaceitável do ponto de vista político, ético e moral que o presidente do município e um vereador recebam dois salários por inteiro, enquanto autarcas e representantes na Parque Expo e Mercado Abastecedor. O primeiro-ministro português, Durão Barroso, garante que a maioria de centro-direita imporá o seu projecto de Código do Trabalho. O Exército Republicano Irlandês diz que não aceitará a imposição de «pedidos irrealizáveis para a sua dissolução», uma resposta ao pedido feito pelo primeiro-ministro britânico, Tony Blair.

20 Domingo

Encerramento do Encontro Nacional do PCP. O Sindicato Nacional dos Maquinistas dos Caminhos-de-Ferro Portugueses denuncia que um trabalhador da Fertagus é impedido de sair das instalações da empresa depois de ser desactivado o seu cartão electrónico de acesso. O referendo sobre o tratado de Nice é aprovado por 62,8 por cento dos irlandeses. Quatro activistas pró-independência bascos são presos em Bilbao. A coligação do presidente Milo Djukanovic obtém a maioria absoluta no parlamento do Montenegro nas eleições legislativas.

21 Segunda-feira

Paulo Trindade, da Frente Comum de Sindicatos da Função Pública, critica as alterações introduzidas pelo Orçamento de Estado para 2003, relativamente aos funcionários que se reformam. Os estudantes da Universidade de Aveiro acampam junto às residências universitárias, para contestar o Orçamento para o Ensino Superior. O Sindicato dos Funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras anuncia uma paralisação nacional para 30 de Outubro. Dois palestinianos são assassinados pelo exército israelita no centro da Faixa de Gaza.

22 Terça-feira

Os sindicatos da UGT admitem juntar-se à CGTP para uma eventual greve geral da Função Pública. O Presidente da República, Jorge Sampaio, advertiu Paulo Portas de que caso não consiga recuperar a confiança dos militares, terá de substituir o ministro da Defesa. A Associação Académica de Coimbra «leilão» antiguidades e velharias da Universidade de Coimbra, numa iniciativa que marca o início da contestação às restrições financeiras impostas à instituição pelo Orçamento de Estado para 2003. O novo governo alemão saído das eleições gerais de 22 de Setembro, em que o SPD e os Verdes reeditaram a sua maioria parlamentar, toma posse oficialmente.

Aconteceu

Morreu Arménio Ferreira

Arménio Ferreira, cardiologista eminente do Hospital de Santa Maria, discípulo do Professor Pulido Valente, democrata e antifascista de grande mérito, não resistiu ao longo sofrimento dos últimos quatro anos da sua vida. Morreu o comunista e o patriota angolano e, ao falar dele nos dias de hoje, torna-se obrigatório referir actos do seu passado. É nosso dever não deixar a sua memória dissolver-se na poeira do esquecimento.

Angolano, é em Portugal que dá uma contribuição notável à causa da libertação e da independência do

seu povo. Fundador da Casa dos Estudantes do Império - que permitiu organizar, nas condições do colonialismo fascista português, os patriotas e combatentes mais destacados das antigas colónias portuguesas -, Arménio Ferreira, compatriota e irmão de combate do primeiro Presidente da República angolana livre. Um outro camarada médico cabo-verdiano (António Crato Monteiro) foi enviado a Cabo Verde, com fundos mobilizados pelo PCP, para tentar fazer passar para o continente africano a família Neto, o que não foi conseguido. Mas, uma vez reenviado de novo para Portugal, numa reu-

cia apertada da Pide), por iniciativa do PCP que, para isso, destacou Dias Lourenço como responsável. Toda a operação foi organizada e financiada pelo PCP, estando ainda deportado em Cabo Verde aquele que viria a ser o primeiro Presidente de Angola livre. Um outro camarada médico cabo-verdiano (António Crato Monteiro) foi enviado a Cabo Verde, com fundos mobilizados pelo PCP, para tentar fazer passar para o continente africano a família Neto, o que não foi conseguido. Mas, uma vez reenviado de novo para Portugal, numa reu-



nião com Dias Lourenço, Arménio Ferreira e Agostinho Neto, foi visto com o futuro Presidente de Angola a sua saída de Portugal num barco de recreio, comandado por Manuel Nogueira, oficial da Marinha portuguesa, tendo sido destacado para a

direcção política da viagem Jaime Serra, que tripulou o barco na ida e no regresso, em que também foi levado Vasco Cabral, acabado de sair da prisão. Esta operação foi um êxito notável da acção solidária do PCP em que foi activo organizador Arménio Ferreira.

Nove em cada 100 portugueses são analfabetos

Nove em cada 100 residentes em Portugal, com mais de dez anos, não sabe ler ou escrever, revelam os Censos de 2001. O estudo feito à população portuguesa indica que as mulheres são as mais atingidas por este problema.

Esta taxa reflecte, no entanto, uma

ligeira descida face aos valores registados na última década. Em 1991, o analfabetismo atingia 11 por cento da população portuguesa.

O Alentejo continua a ser a região com o maior número de pessoas sem saber ler e escrever (15,9 por cento),

seguida pela Região Autónoma da Madeira (12,7 por cento). Em Lisboa a taxa de analfabetismo situa-se nos 5,7 por cento.

Há dez anos, 7,7 por cento dos homens residentes em Portugal não sabia ler nem escrever,

enquanto nas mulheres este número subia para os 14,1 por cento. A proporção mantém-se no último recenseamento: 6,3 por cento dos homens são analfabetos e 11,5 por cento das mulheres não sabe ler nem escrever.

Já no que se refere à população que

completou os vários níveis de ensino, o Censos 2001 revela que pouco mais de um terço (37,8 por cento) concluiu o 1.º ciclo do ensino básico e 18,8 por cento terminou os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico.

Quanto ao Ensino Superior, os inquéritos revelam que, em dez anos, Portugal duplicou a proporção da população com este nível de instrução. Em 2001, 8,6 por cento da população portuguesa com 21 ou mais anos tinha completado o Ensino Superior, contra apenas 4 por cento em 1991.

Irregularidades no Amadora-Sintra

Um relatório da Inspeção Geral das Finanças (IGF) denuncia irregularidades na gestão de verbas públicas e nas somas atribuídas ao consórcio liderado pelo Grupo Mello

que administra o Hospital Amadora-Sintra, notícia, terça-feira, o jornal Público.

Este relatório mostra que saíram indevidamente dos cofres do Estado 75

milhões de euros, que não passaram por dotação no Orçamento de Estado. A IGF aponta o dedo aos três ministros da Saúde dos governos PS (Maria de Belém, Manuela Arcanjo e

Correia de Campos) e acrescenta que Maria de Belém autorizou que o consórcio do Amadora-Sintra recebesse 750 mil contos antes de começar a administrar o hospital.

Criminalidade aumenta em Portugal

Nos primeiros nove meses do ano registou-se um ligeiro aumento da criminalidade na Área Metropolitana de Lisboa (AML), nomeadamente furtos de automóveis, consumo e tráfico de droga e violência doméstica, revelaram, na passada semana, responsáveis da GNR e PSP.

«A realidade da AML não difere do resto do país. Houve um aumento da criminalidade no geral», disse, em conferência de imprensa, o major Gomes Santos, do Grupo Territorial número 2 da GNR, no final de uma reunião com representantes dos 19 municípios da Junta Metropolitana de Lisboa.

Segundo o responsável da GNR, os crimes que registaram um aumento entre Janeiro e Setembro deste ano, em comparação com idêntico período do ano passado, foram o consumo e tráfico de droga, agressões, emissão de cheques sem provisão, injúrias e condução sob o efeito de álcool.

A violência doméstica é outro dos crimes que, segundo o major Gomes dos Santos, aumentou durante o último ano. A este tipo de crimes, o comandante do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP, superintendente Gaspar Fernandes, acrescentou o furto de automóveis.

RTP muda trabalhadores para centros regionais

A administração da RTP vai mudar os funcionários sedentários para as regiões. Entretanto, a comissão de trabalhadores afirmou, na passada semana, que muitos trabalhadores

não têm competências para desempenhar os novos cargos, e avisa que a qualidade do produto final vai ser alterada.

A porta-voz da comissão dos trabalhadores da RTP,

Henriqueta Sabino, lamentou que sejam despedidos funcionários a quem já foi dada formação e a quem foi garantido um posto de trabalho, e explica que «quando os trabalhadores

foram para os centros regionais não se sabia que não era uma situação temporária, eram centros que iriam ter uma continuidade».

Henriqueta Sabino defendeu ainda

que a qualidade do serviço será alterada, «se não concorrerem a estes postos de trabalho alguns trabalhadores que já desempenham funções na área da câmara, de som e de iluminação».

Crónica Internacional

• Albano Nunes

«Um mundo de terror»

A capa do último número do «The Economist», revista da City financeira, coração do imperialismo britânico, é bem ilustrativa da violenta campanha conduzida pelos sectores mais reaccionários e aventureiros do imperialismo, a começar naturalmente pelos EUA, para justificar a espiral intervencionista e de guerra que aí está.

Título: «A world of terror», um mundo de terror; desenho uma selva de gigantescas velas de dinamite e um homem pequenino, um só, presumivelmente perdido, assustado, isolado e indefeso. Trata-se sem dúvida de uma bem conseguida mensagem-síntese dos objectivos da política de (des)informação dominante: alimentar sentimentos de incerteza, insegurança e medo quanto basta, para sobre eles assentar políticas de salvação redentoras, impor recuos sociais, sacrificar liberdades e direitos, justificar a intervenção sistemática nos assuntos internos de povos e países soberanos.

Peças como esta inserem-se descaradamente na tentativa de credibilizar a estratégia de «guerra permanente» com que, a pretexto do combate ao terrorismo, a administração Bush parte à conquista do mundo. Estratégia que, para neutralizar resistências e conseguir alianças, necessita em absoluto de fomentar a irracionalidade e o medo. «Direitos humanos», «democracia», «ingerência humanitária», mesmo clássicas ameaças de agressão militar, são «argumentos» cada vez mais esgotados. Só um medo difuso, patológico, irracional, com a

O principal, aliás, reside na «nova ordem» de cariz totalitário

introdução de generalizadas sentimentos de insegurança na própria vida quotidiana pode neutralizar a indignação e crescente disposição para a luta contra as nefastas consequências da globalização capitalista. Ou até, como sucedeu noutros períodos sombrios, propiciar uma base de apoio popular, ainda que circunstancial, às políticas mais reaccionárias.

É sabido que a mentira não pode durar sempre, que «a verdade é como o azeite», acaba sempre por vir ao de cima. Mas isso não acontecerá espontaneamente. O imperialismo e a reacção têm ao seu serviço meios tecnológicos e financeiros colossais e um gigantesco exército de mercenários nos aparelhos ideológicos e comunicacionais capazes de estiolar e neutralizar o trabalho dos profissionais honestos e progressistas que existem também em grande número. Mais cedo do que tarde, estes últimos acabarão também por rebelar-se e sacudir a dependência económica e a tutela ideológica em que são forçados a mover-se. Mas é dos livros que não estão em posição de tomar a dianteira. Por enquanto o que predomina na generalidade dos média é a difusão acrítica das operações de propaganda do imperialismo e nomeadamente a indução de sentimentos tipo «um mundo de terror», construindo uma (des)informação em que toda a violência é amalgamada num todo, trate-se do monstruoso atentado de Bali, da mortandade provocada por um psicopata ou de uma corajosa ofensiva guerrilheira. Amálgama que serve objectivos ainda mais sérios: confundir terrorismo e resistência armada, violência reaccionária opressora e violência revolucionária libertadora, necessário combate antiterrorista e criminalização da resistência à opressão e da luta contra o sacrossanto domínio do capital.

O capitalismo é incapaz de dominar e superar as suas contradições. Sujeito ao domínio do capital financeiro, das multinacionais, do imperialismo, o mundo é cada dia mais desigual, mais injusto, mais explosivo. A guerra contra o Iraque visa objectivos económicos e estratégicos imperialistas clássicos. Trata-se nomeadamente do tal «cheiro a petróleo» que já ninguém pode negar mesmo que continue a falar em «libertar o povo iraquiano» do seu ditador. Mas isto que já é muitíssimo, não é tudo. O principal aliás reside na «nova ordem» de cariz totalitário que o imperialismo norte-americano pretende impor ao mundo, contra os trabalhadores e contra os povos. Uma «nova ordem» que se pretende imparável, sem alternativa, geneticamente inscrita neste tempo em que vivemos.

Contra um tal espectro e tão grande mentira temos de empenhar-nos numa persistente batalha de esclarecimento, lutando para que em lugar do medo paralisante que nos querem inculcar cresça a serena consciência dos imensos perigos que ameaçam a humanidade e a vigilância mobilizadora. É para aí que aponta a moção aprovada por unanimidade no Encontro Nacional do PCP do passado fim-de-semana e a orientação de articular a luta contra a ofensiva da direita com a luta contra o imperialismo e a guerra.

Editorial

É POSSÍVEL UM PCP MAIS FORTE

Durante dia e meio, no Complexo Municipal dos Desportos de Almada, milhares de militantes comunistas discutiram vivamente questões relacionadas com a acção e a organização do Partido nas empresas e locais de trabalho – em debate antecedido por múltiplas reuniões e plenários preparatórios do Encontro Nacional do PCP.

Participantes vindos de todo o Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira trouxeram ao Encontro não apenas o relato de experiências positivas e negativas, de problemas, de dificuldades; não apenas o balanço dos resultados dos esforços entretanto feitos, com maior ou menor êxito, para superar os obstáculos existentes; mas também, e essencialmente, um conhecimento profundo da realidade e da natureza das dificuldades que se lhes deparam todos os dias, um saber feito de muitas e diversificadas experiências, uma firme determinação de prosseguir no objectivo de reforço das organizações do Partido nas empresas – determinação assente na forte consciência da importância fulcral que têm, para o PCP, a organização e a

“Os trabalhadores precisam de um PCP forte, coeso, resistente e construtivo”

acção do Partido junto da classe operária e de todos os trabalhadores. Do Encontro emergiu, clara, a consciência colectiva de que é na sua ligação à classe operária e aos trabalhadores – ligação que tem na célula de empresa o seu vínculo essencial – que se situam as raízes essenciais da força e da influência do Partido, que radica a essência do conteúdo transformador, revolucionário, do projecto do PCP.

Complementarmente ao debate sobre essa matéria, estiveram presentes no Encontro, como era inevitável tratando-se de um Encontro de comunistas, as lutas actualmente travadas por milhares e milhares de trabalhadores portugueses e as lutas anunciadas para o futuro imediato. Nomeadamente, a luta dos trabalhadores da Administração Pública: a significativa greve de 16 de Outubro, com uma adesão global de 85% e que, nas autarquias locais ultrapassou os 90% e a impressionante manifestação realizada nesse mesmo dia, em Lisboa, que constituiu o maior protesto jamais realizado por este Sector. Presente, também, a Jornada Nacional de Luta convocada pela CGTP para 30 de Outubro, contra o pacote laboral, por melhores salários, pela segurança social pública solidária e universal.

Presente também, naturalmente, a luta pela Paz e contra a guerra.

Enfim, lutas nas quais os militantes comunistas estiveram e estão profundamente empe-

nhados, quer através da intervenção directa do Partido quer através da acção de muitos milhares de militantes comunistas eleitos nas estruturas representativas dos trabalhadores. Lutas que, no futuro, serão tanto mais fortes e participadas quanto maior for a força e a influência do PCP junto dos trabalhadores e, portanto, quanto mais e melhor organizado estiver o Partido nas empresas e locais de trabalho.

Em cerca de uma centena de intervenções, os participantes no Encontro abordaram de forma aprofundada as questões em debate. Aspecto relevante é o que se prende com a elevada presença de jovens trabalhadores comunistas e a quantidade e a qualidade das intervenções que produziram. Vindos de todo o País, os jovens comunistas trouxeram ao Encontro, de forma marcante, a análise das consequências nefastas, para a Juventude, da política do Governo PSD/CDS-PP; a informação sobre a multiplicidade de problemas que a política de direita, ao serviço do grande capital, coloca à generalidade dos trabalhadores e, em particular, aos jovens trabalhadores; o recurso, cada vez mais frequente, a formas de exploração de conteúdo escravagista; o empobrecimento crescente da democracia no interior de grande parte das empresas, com violações constantes de direitos conquistados, com práticas repressivas inimagináveis e incompatíveis com um regime democrático, com perseguições e ameaças de perseguição por delito político, ideológico, sindical, com esquemas de vigilância que fazem do Big Brother imaginado por Orwell um autêntico menino de coro.

Mas os participantes no Encontro – jovens e não jovens – trouxeram também com eles a firme disposição de continuar a lutar, a firme determinação de prosseguir e intensificar os esforços para reforçar a organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, a consciência assumida da importância decisiva desse reforço, não só para o Partido mas para todos os trabalhadores, os quais, como disse um dos intervenientes, «precisam do seu Partido e precisam que ele seja forte, coeso, resistente e construtivo».

«Avante!» foi um dos temas em debate. Pode dizer-se que raras vezes o Órgão Central do PCP terá sido debatido, em iniciativas deste âmbito, da forma como o foi no passado fim-de-semana.

A necessidade de fazer chegar mais longe a voz do Partido e a importância e a consciência dessa necessidade; o papel do «Avante!» enquanto divulgador das posições do Partido, das suas propostas, da sua ideologia; a maior difusão do «Avante!» vista como questão política relevante e, por isso, da responsabilidade das organizações partidárias e a exigir destas as medidas adequadas; as potencialidades, confirmadas pela jornada de 26 de Setembro (no decorrer da qual foram vendidos cerca de 50 mil exemplares do nosso jornal), de a campanha de difusão em curso não só atingir como, até, ultrapassar a meta definida – eis alguns dos ângulos de abordagem a que recorreram dezenas de camaradas durante o Encontro Nacional.

Tudo isto demonstrando que é possível um PCP mais forte.

Actual

Pela enésima vez

• Vítor Dias

Para que não se diga que também nós alinhámos em generalizações abusivas (tema a que voltaremos adiante), chamemos então as coisas pelos seus nomes.

E digamos que no «Diário de Notícias» a falta de critérios razoáveis de cobertura da intervenção do PCP está a assumir contornos de bradar aos céus.

Com efeito, o diário que, em Maio, gastava ao todo cinco mil caracteres com uma demissão na concelhia do PCP das Caldas da Rainha e com supostas decisões da Concelhia de Penacova; que, ao longo de meses, fez notícias destacadas sobre qualquer incidente, suspiro ou desabafo sobre a vida interna do PCP; que, em 29/8, conseguia gastar uma chamada de primeira página e mais de meia página no interior sobre a publicidade à Festa do Avante! nas caixas de multibanco – uma gloriosa «novidade» com três anos!; que, em 10/10, conseguiu exilar a interpelação do PCP sobre políti-

ca laboral – o principal acontecimento político da véspera – para a secção de «Negócios» – perpetrou na passada segunda-feira a proeza de ignorar completamente quer o conjunto dos trabalhos do Encontro Nacional do PCP que durante dois dias reuniu 2000 participantes e 1500 convidados quer o discurso do Secretário-geral do PCP no seu encerramento.

Mas se os silenciamentos e as discriminações fazem mal à verdade e à informação isenta dos cidadãos (prejudicando gravemente a sua capacidade de avaliar e julgar), não menos mal faz a onda – cobarde, irresponsável e viciosa – de generalizações abusivas que, mais uma vez, estão sendo debitadas sobre «os partidos» e «os políticos».

Entre dezenas e dezenas de afirmações similares, basta dar como meros exemplos a de Saldanha Sanches sentenciando que «um mar de lama cobre neste momento os políticos portugueses» e que esse mar de lama «salpica

toda a gente» ou a de Judite de Sousa de que «a classe política está a tornar-se uma caricatura de si mesma».

Sobre isto, só queremos repetir pela enésima vez: os comunistas não têm a pretensão de terem sido mergulhados em pequeninos no caldeirão da perfeição e da santidade e estão prontos a examinar e a dar ou negar razão e fundamento a todas as críticas concretas que lhes queiram dirigir. Mas não aceitam este regime cínico das sentenças de que são «todos iguais» que apenas serve para absolver prováveis culpados, para punir prováveis inocentes e, no fundo, por esta via salvar tudo o que está mal ou é de facto revoltante e intolerável.

Se, por medo de protestos dos visados, jornalistas e comentadores não querem concretizar, em termos partidários ou individualizados, as suas afirmações generalizadoras, então é mais digno calarem-se do que exercerem esta estranha coragem de, sem provas, ofenderem em todas as direcções.

Silvio Portini

• Carlos Gonçalves

Falar ainda mais uma vez de PPortas não é de mais, apesar do fedor. A questão é que, ao contrário de outros, que falam de PPortas para não falar da «carta di lavoro» e do assalto do capital financeiro à segurança social e etc. sob a égide de Barroso, Bagão e Cia, nós denunciámos a conexão intrínseca entre a direita dos interesses, as suas políticas e os seus executivos, servos e alcoviteiros.

PPortas é hoje não apenas um ministro que já devia ter sido demitido e que não tem condições políticas e éticas para qualquer serviço da «coisa pública», como se tornou instrumento maior de desestabilização das instituições e do regime democrático.

Isso mesmo ficou claro na exoneração do CEMGFA Alvarenga Santos, em que PPortas, com as suas despidoradas promessas e mistificações, foi a causa primeira dos problemas, para depois, pela via da politiquice, colocar o Presidente da República na situação de simples braço executor das decisões do Governo e as Forças Armadas no papel de instrumento dos seus objectivos e interesses partidários e pessoais.

Isso mesmo ficou claro nas interpostas manobras da sua ministra da Justiça, Cardona, nos 40 milhões de contos evaporados em chicana política do Fundo de Garantia da Justiça e logo reaparecidos, no processo para manietar a investigação criminal, ou na tentativa de acabar com o segredo

de justiça no combate ao grande crime económico e organizado, liquidando assim a acção penal do Estado de Direito e levando a felicidade a todas as «modernas».

E ficou claro com toda a intriga e porcaria que nestes últimos dias foi desenterrada e mediatizada, misturando cenas tristes da governação PS, com casos criminais e simples invencionices, para tentar sujar a política e todos os políticos, a democracia e o regime, procurando que a nuvem tramposa escondia as sem-vergonhices de PPortas, as provadas e as outras.

PPortas tornou-se um vírus das instituições, do relacionamento institucional dos órgãos de soberania, da democracia política, do próprio Governo e até do PSD. Onde quer que toque envenena e cada dia que passa a infecção alastra.

PPortas não é e embora lhe doa não parece possível que algum dia seja, magnata, presidente do maior partido da direita e Primeiro-Ministro, nasceu por cá e não em Itália, mas tornou-se de facto uma espécie de Silvio Berlusconi à portuguesa, simultaneamente causa, efeito e símbolo da degenerescência a que o domínio do poder económico e dos grandes interesses de classe, sujeita os valores mais essenciais da democracia política.

Demitir Silvio Portini é uma exigência de elementar salubridade democrática.

Entrevista em plágio

• Aurélio Santos

Entrevistadora - Para começar e pouparmos o seu tempo e o espaço no meu jornal, permite-me que o trate apenas por Sr. Ministro?

Ministro – Yes.

– Desculpe, Sr. Ministro, eu não estava a querer plagiar a célebre série inglesa «Yes, Minister». Quero apenas poupar tempo e espaço...

M – Yes, isto é, sim, mas o que quer... Estou tão habituado a telefonar ao Tony que chego a perder o meu reflexo de resposta em português.

– Que Tony?

– O Blair, of course, isto é, claro.

– Pois. Mas qual é a necessidade de estar em permanente contacto telefónico com ele?

– Ora essa! My god – isto é, meu Deus! A mais velha aliança da Europa. E com enorme valor estratégico. Pense na nossa posição estratégica no extremo leste da Europa...

– Perdão: Leste ou Oeste?

– É o mesmo – como aliás já dizia um antecessor no meu cargo, o Sr. Conde de Abranhos. Aliás já temos cá tantos cidadãos do Leste...

– Quería que comentasse a afirma-

ção de que é hipócrita a posição da Europa quando diz aos EUA: «Encarrega-te da segurança do mundo e eu reservo-me o direito de te levar perante o TPI quando entender.»

– Aliás, quando proferi tal frase acabava de me encontrar com o Mister Bush.

– Desculpe, Sr. Ministro, mas essa frase não é sua, foi publicada na imprensa portuguesa como sendo de José Maria Aznar.

– Mas é a mesma coisa. Até penso que o disse, tal a minha sintonia política com o meu amigo José Maria.

– Compreendo. Passemos a outro assunto: segundo afirmações recentes parece não ser necessário um ataque contra o Iraque se Bagdad aceitar as condições de desarmamento impostas pelos EUA.

– Afirmei-o com a convicção de uma rica experiência de vida diplomática logo após o encontro com o Sr. Presidente Bush.

– Mas, Sr. Ministro, essas palavras só foram proferidas por Bush esta semana...

– Ora, não importa, estou sempre

em inteira sintonia de pensamento com o Presidente Bush. Tive aliás a oportunidade de o afirmar no encontro que me orgulho de ter tido com ele e em que garanti a fidelidade do nosso país aos seus compromissos.

– Que compromissos, Sr. Ministro?

– Ora, longínquos, desde o tempo dos romanos, como poderá comprovar o meu amigo Berlusconi.

– Mas nesse tempo até nem sabíamos que existia a América...

– Isso não importa. Importa é que a nossa velha aliança é muito antiga e até conseguiu atravessar o Atlântico, por isso se chama agora Aliança Atlântica. E manda no mundo.

– Sr. Ministro, não receia ser visto como uma caixa de ressonância de Blair, Aznar e Bush, deixando o nosso país encurralado?

– Não vejo porquê. Com a minha larga experiência diplomática conseguirei tirar o país da crise – desde que a oposição se mostre civilizada, porque como eu já disse o país precisa de trabalho e autoridade e não de greves e agitação.

– Mas quem disse isso não foi o sr. Portas, Ministro?

Frases

“O CEMGFA fica na “twilight zone” de quem já não tem a confiança política do Governo, mas ainda não foi demitido nem tenciona pedir a demissão. Paulo Portas comporta-se como um absurdo herói trágico numa ópera bufa. Como se Maria Callas actuasse no Parque Mayer.”

Paulo Cunha e Silva,
Diário de Notícias, 21.10.02

“Santana [Lopes], acusado de acumular honorários incompatíveis, lá fez [na SIC] o gesto cada vez mais banal: eis o papel-prova-da-minha-total-inocência...”

Maria Henrique Espada, idem

“Dois milhões de italianos na rua contra Berlusconi / Cerca de 10 milhões terão participado na greve geral, segundo a confederação sindical CGIL.”

(Título e subtítulo,
Diário de Notícias, 19.10.02)

“Sobre o que o sr. Ferro [Rodrigues] disse de verdadeiramente grave no já célebre discurso dos “palermas”, nem uma palavra. A saber: o sr. Ferro disse que o Governo recorria a métodos do antigo regime e que muita gente na direita era democrata, porque não podia deixar de o ser. Esta certidão de hipocrisia não comoveu ninguém.”

(Vasco Pulido Valente, idem)

“Os srs. deputados não se importam nada de passar por partidários de uma ditadura e que lhes chamem mentirosos, sem honra e sem carácter (...) “Palermas” é que não.”

(Idem, ibidem)

“Os norte-americanos consomem transgénicos há sete anos sem que tenham surgido problemas documentados, mas no Zimbábue, onde se morre de fome, proibiram os OGM. É ridículo.”

(Björn Lomborg, prof. de estatística dinamarquês,
Público, 20.10.02)

“A George W. Bush apenas interessa a primeira parte do meu discurso, ou seja, que Quioto é um mau negócio. Depois já não ouve que se deveria investir esse dinheiro no terceiro mundo.”

(Idem, ibidem)

“Uma pessoa a quem relativamente há dúvidas não pode ser ministro da Defesa.”

(General Loureiro dos Santos,
Correio da Manhã, 19.10.02)

“São demasiados “casos” para um só ministro. Até quando terá Durão Barroso capacidade para aguentar a pressão cada vez maior em torno dos “casos” Portas?”

(Editorial A Capital, 19.10.02)

“O primeiro-ministro e o ministro da Defesa dão, no caso da demissão do general Alvarenga Sousa Santos, preocupantes sinais de compreensão lenta ou de uma indecisão paralisante.”

(José António Lima, Expresso, 19.10.02)

“De Santana Lopes a Paulo Portas, de Jardim ao mundo do futebol vai-se espalhando a relatividade dos valores, o nivelamento por baixo, o apodrecimento da vida política.”

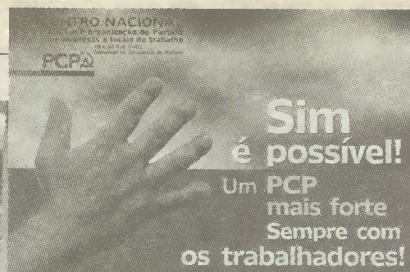
(Idem, ibidem)

“Na área da defesa nacional, a desordem ultrapassa os limites. Não se percebe a actualização do ministro. Os chefes militares estão inquietos. E os oficiais agitados (...) A Defesa portuguesa não está preparada para viver em paz, quanto mais em guerra!”

(António Barreto, Público, 20.10.02)

● Gustavo Carneiro e Miguel Inácio

texto



● Jorge Caria e Sérgio Morais

fotos

Encontro Nacional do PCP

Um passo firme e empenhado

É das profundas raízes do Partido no seio da classe operária e dos trabalhadores que «brota a seiva determinante da força, da natureza política, da energia revolucionária e da capacidade de intervenção do PCP na sociedade portuguesa», afirmou Carlos Carvalhas no encerramento do Encontro Nacional sobre acção e organização nas empresas e locais de trabalho, realizado no passado fim-de-semana em Almada.

Pouco passava das dez da manhã e já o Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos de Almada se enchia de comunistas e amigos, que vieram de todo o País para participar, ou assistir, no Encontro Nacional do PCP. Homens, mulheres e jovens, com diversas origens, denunciadas pelos diferentes sotaques, e, sobretudo, com muitas experiências de vida e de luta para partilhar. E foi o que fizeram.

Logo após a intervenção de abertura de Jerónimo de Sousa — que o *Avante!* transcreve na íntegra nestas páginas —, sucederam-se as intervenções dos participantes, que só terminariam ao fim da manhã de domingo. Sem eleições próximas e longe, muito longe, das câmaras de televisão — que decidiram não dar destaque a esta grande iniciativa do PCP —, os mais de mil e oitocentos participantes, designados pelas respectivas organizações, partilharam os problemas concretos e reais dos trabalhadores das suas empresas, regiões ou sectores, bem como os obstáculos e as soluções encontrados na difícil, mas fundamental, intervenção partidária junto de quem trabalha.

Foi exactamente a multiplicidade de experiências — de que o *Avante!* dá notá nas páginas seguintes, com a publicação de excertos das intervenções centrais levadas à tribuna por dirigentes do Partido e de notas de reportagem sobre testemunhos deixados por diversos oradores — que enriqueceu o debate do Encontro. Dos participantes que tomaram a palavra, muitos eram membros de células, e outros desenvolviam actividade em estruturas unitárias de trabalhadores. Outros ainda, eram membros de comissões concelhias e os militantes da JCP também não faltaram.

Mas todas estas diferenças convergiam numa convicção comum, que dava, aliás, nome à iniciativa: «Sim, é possível um PCP mais forte!» E é. Pelo menos, foi isso que muitos participantes disseram. Sem nunca esconder as muitas dificuldades que foram encontrando, os oradores deram nota de avanços verificados no contacto e intervenção junto dos trabalhadores. Criaram-se células e reforçaram-se outras. Foram criados organismos e destacados quadros para esta frente, ao nível dos concelhos. Enfim, como afirmou na tribuna um dos oradores, «isto vai, meus amigos, isto vai»...

Voltados para a acção

Noutra coisa todos concordavam: é preciso travar a ofensiva da direita! O repúdio geral pela política anti-social do Governo ficaria expresso na aprovação, por unanimidade, da moção de saudação e apoio à luta dos trabalhadores, apresentada por Vicente Merendas, da célula da Lisnave/Gestnave. A moção — que além dos votos recebeu a ovação dos milhares de presentes

que enchiam o recinto — salientava o compromisso do colectivo partidário em assumir como ponto de honra e dever militante «intervir activamente para o êxito da luta decidida pela CGTP-IN para o próximo dia 30 de Outubro, que engloba greves e manifestações, e estar na vanguarda da direcção, organização e mobilização dos trabalhadores para esse dia».

Também por unanimidade foi aprovada a moção «Contra a guerra, pela paz», lida por Sandra Benfica, militante comunista e activista da paz. Neste documento, considera-se que a «verdadeira razão de um ataque ao Iraque reside no controlo do país que detém cerca de 10 por cento das reservas mundiais conhecidas de petróleo». A moção apela ainda aos trabalhadores para que, «prossequindo a sua corajosa luta contra os violentos ataques do Governo PSD/CDS-PP aos seus direitos, se mobilizem contra mais uma guerra imperialista e abracem a luta pela paz».

Perto do final, e antes da intervenção de Carlos Carvalhas, que se publica na íntegra, os participantes foram ainda chamados a aprovar a resolução política do Encontro, que esteve à discussão nas organizações do Partido durante o último mês. Todos os militantes a aprovaram.

Após o discurso do secretário-geral e os hinos, momento tradicionalmente emotivo das iniciativas partidárias, os militantes responderam ao apelo para ajudarem na desmontagem e arrumação do recinto. Uma hora depois, todas as estruturas tinham desaparecido do pavilhão de Almada.

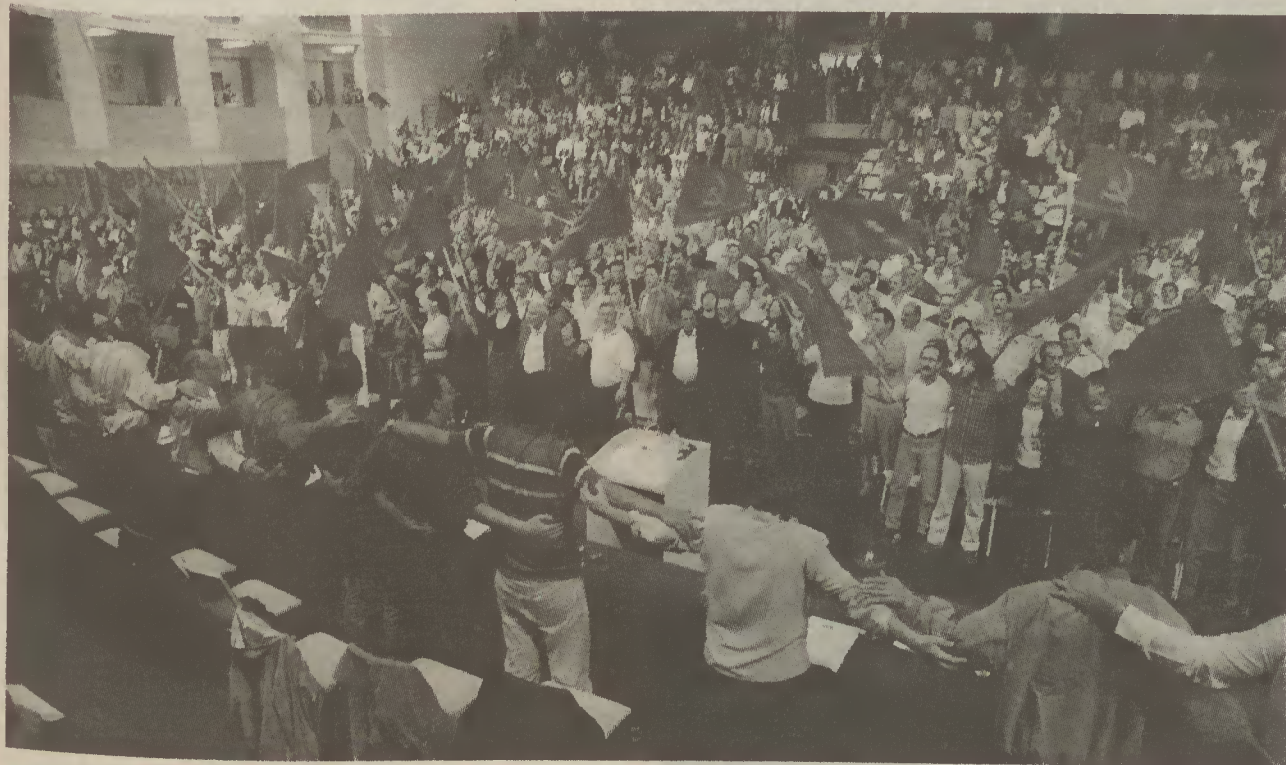
Contactar um milhão de portugueses

Constantes no Encontro foram as intervenções acerca das experiências adquiridas na jornada de esclarecimento sobre o Pacote Laboral e a Segurança Social, levada a cabo pelo Partido. Nessa campanha, milhares de trabalhadores ficaram a conhecer o violento conteúdo dos ataques do Governo e as propostas do PCP. Tudo isso foi conseguido, como afirmou Carlos Carvalhas, graças à «generosidade e espírito de sacrifício dos militantes comunistas».

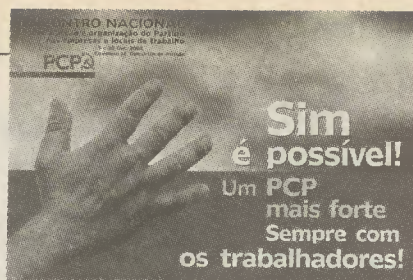
É a esta mesma generosidade e espírito de sacrifício que o secretário-geral apelou ao anunciar para Novembro uma grande acção de esclarecimento que, prossequindo a

denúncia do Pacote Laboral, será sobretudo centrada sobre o custo de vida, os salários e os impostos. Carvalhas afirmou, e os milhares de presentes reagiram favoravelmente: esta campanha tem como objectivo «contactar um milhão de portugueses».

Em destaque esteve também o *Avante!*. Muitas intervenções centraram-se no órgão central do Partido, na sua importância e no sucesso que constituiu a venda especial da edição de 26 de Setembro. Diversos oradores acentuaram o papel do *Avante!* na sua dupla função de instrumento de trabalho dos militantes do Partido e de divulgador da visão e das propostas do PCP.



A unidade e a determinação dos comunistas no reforço do seu Partido foram claras



Intervenção de abertura de Jerónimo de Sousa

Com causas concretas

Quando decidimos sobre este Encontro Nacional do Partido sobre o reforço da intervenção e organização do Partido junto dos trabalhadores, quando encetámos o debate preparatório, quando hoje iniciamos esta grande realização partidária, sabemos e sabemos das grandes exigências e complexidades que decorrem da situação política e social no plano nacional e internacional, mas também estávamos e estamos conscientes que o Encontro nas suas diferentes fases comporta um avanço na concretização de uma linha de orientação estratégica aprovada pelo XVI Congresso e assumida pelo Comité Central.

Que outro partido avançaria com uma iniciativa tão exigente, intercalada pelas merecidas férias pela preparação, construção e realização da Festa do Avante!, com 669 iniciativas, reuniões, eleições e debates programados?

Talvez tenhamos trabalhado acima da disponibilidade das nossas forças, mas a preparação deste Encontro teve uma outra dimensão porque fomos capazes de discutir, não a organização pela organização, mas a acção, a iniciativa, a intervenção e o reforço da organização partidária em ligação às coisas e às causas concretas dos trabalhadores, em articulação com a batalha do esclarecimento, dirigindo o nosso Avante! para o seu papel insubstituível de esclarecer e mobilizar as massas trabalhadoras, em que a venda especial de 50 mil exemplares, cujo êxito constituiu um ensinamento que devíamos analisar melhor, realizando uma campanha nacional que fez chegar a nossa voz e o nosso alerta a centenas de milhares de trabalhadores face à ofensiva contra o Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social e os direitos laborais, demonstrando a validade do carácter complementar e interactivo da nossa acção política e de massas com a nossa acção institucional, designadamente no Parlamento Europeu e na Assembleia da República.

É por isso que consideramos este Encontro não como um ponto de partida ou de chegada, mas um momento marcante de balanço, concretização e avanço do que justamente decidimos!

Uma nota prévia: esta necessidade do estudo da realidade e do aprofundamento do seu conhecimento, direccionado para o reforço da intervenção e organização do PCP nas empresas e locais de trabalho tem a ver com o Partido que temos e o Partido que somos, é vital para a sua base militante e orgânica de trabalhadores como condição e alicerce da sua natureza, identidade, projecto e programa. Mas não implica nem alheamento e muito menos abandono da acção e intervenção do Partido junto de outras classes e camadas sociais também elas fustigadas pela política de direita e pela ofensiva do grande capital.

Do que se trata neste Encontro Nacional é da afirmação de que a intervenção e organização do Partido no seio da classe operária e de todos os trabalhadores assumem o papel de factor-chave e incontornável na força política e ideológica do PCP.

Agudiza-se a luta de classes

Este Encontro tem de ter como questão transversal a ofensiva desencadeada pelo grande capital, tanto no plano internacional e nacional, as consequências nos direitos dos trabalhadores e nas conquistas sociais alcançadas, mas também na sua consciência, na sua unidade e na sua organização e luta.

Importa saber onde estamos, não para constatar mas para agir e intervir, importa avaliar tanto os perigos e dificuldades que decorrem duma nova correlação de forças favorável ao capital como as possibilidades e potencialidades que resultam da agudização da luta de classes, do papel determinante e da resposta da classe operária e dos trabalhadores.

Sem dúvida que o Governo do PSD-CDS-PP entrou à bruta no objectivo de liquidar algumas das conquistas históricas dos trabalhadores portugueses mas essa ofensiva não é dissociável nem difere dos traços comuns da ofensiva mais vasta em todos

os países comandada pelo capitalismo, correlacionada e executada por órgãos e instituições internacionais, por governos ao seu serviço, ao serviço de grandes grupos económicos e financeiros mundiais. O desenvolvimento do capitalismo contemporâneo com o processo de globalização capitalista tem como lógica e características fundamentais criar um mercado de trabalho mundial homogéneo onde prevaleça a desregulamentação absoluta e generalizada das relações laborais, se intensifique a exploração se recuperem todas as parcelas de domínio perdido pelas conquistas históricas de diversas gerações de trabalhadores.

Consideramos a luta de classe própria e autónoma dos trabalhadores como determinante. Mas ela não colide antes é factor de atracção e estímulo para trazer à luta outras camadas sociais confirmando também a ligação dialéctica entre o nível e a capacidade de luta dos trabalhadores e das frentes sociais e a influência política, ideológica e capacidade organizativa das forças revolucionárias.

Nestes tempos duros carregados de perigo e ameaças para os direitos dos trabalhadores e para as conquistas sociais, quando se agudizam as condições de luta, particularmente de luta organizada, quando prosseguem as tentativas de destruição e descaracterização da natureza e autonomia das organizações de classe dos trabalhadores, porque a luta no plano nacional alicerça e alarga a luta mais vasta no plano internacional não é de menos, mas de mais Partido que os trabalhadores precisam, do seu Partido político, do Partido Comunista Português.

Proseguir a luta contra a ofensiva

Este Encontro vai analisar os traços e objectivos da ofensiva que está em curso. Ela está situada e caracterizada, face à nova Lei de Bases da Gestão Hospitalar em que pela via denominada empresarialização dos hospitais se exercita e repete o processo que levou à desnacionalização e seguidamente à privatização do Sector Público empresarial com a antecâmara das Sociedades Anónimas, e se privatiza o vínculo do emprego público dos profissionais de saúde; face à nova Lei de Bases da Segurança Social em que a direita, a mando das grandes seguradoras se propõe liquidar o carácter público universal e solidário do sistema da Segurança Social e substituí-lo pelo princípio do assistencialismo e da caridade; face ao ataque que é desferido contra os salários, as aposentações e o vínculo de emprego público dos trabalhadores da Administração Pública e, particularmente, face à natureza, dimensão e objectivos consubstanciados no famigerado «Pacote Laboral» onde se procura liquidar o direito do trabalho, aumentar a exploração e o poder discriminatório das entidades patronais e manietar e fazer capitular as organizações dos trabalhadores.

Perante a cruzada e objectivos desta avassaladora ofensiva que ridiculariza as teses do fim da luta de classes e da democratização do capital, coloca-se uma questão central:

Como fazer frente a esta ofensiva? Ao assumir a dianteira na batalha do esclarecimento o Partido não pode diminuir-se da batalha de mobilização. Pela sua natureza e projecto, pela força e capacidade de intervenção que recebe da sua ligação aos trabalhadores não podemos delegar em nenhuma outra organização ou movimento social o papel do Partido no esclarecimento para mobilizar, na mobilização para consciencializar e lutar.

Sem pretender avançar conclusão que haveremos de assumir neste Encontro estaremos de acordo que ele manifeste ao movimento sindical, ao movimento das Comissões de Trabalhadores e aos trabalhadores portugueses a insubstituível e dedicada convicção e confiança do PCP, a sua disponibilidade e acção política e militante para travar e vencer os perigos que decorrem do projecto e dos objectivos do Governo.

Temos uma grande confiança na luta dos trabalhadores. Confiança alicerçada na acção de luta notável dos trabalhadores da Administração Pública realizada no passado dia 16, só comparável com uma luta realizada pelo sector em 1976.

Confiança na luta decidida pela CGTP-IN para o próximo dia 30 de Outubro que pode não ser a luta última ou a luta maior mas uma grande e crescente manifestação dos trabalhadores para travar o caminho e evitar que se concretize o Pacote Laboral.



Um papel fundamental

Superar dificuldades

Num quadro em que se operam mutações e alterações de grande complexidade e velocidade na realidade social e mesmo que não encontremos, porque não podemos fazer as análises e tirar todas as conclusões de um processo inacabado (como se confirma aliás pela natureza e objectivo da ofensiva política e económica, social e legislativa em curso) importará aprofundar o conhecimento das condições em que actuamos, primeiro para aumentar a eficácia da acção partidária, segundo para, no plano político e ideológico, dar combate a preconceitos e falsas teorias e conclusões dos servidores do capital que encerram sempre o objectivo de desarmar política e ideologicamente os trabalhadores e acção dos comunistas.

As alterações e mutações verificadas nas últimas décadas que em tal ou tal momento conheceram desenvolvimentos mais significativos, não constituíram um acto ou actos intermitentes mas antes um processo permanente, profundo e prolongado. O documento presente ao Encontro refere com algum desenvolvimento a repartição e arrumação dos sectores e dos assalariados, a sua evolução e tendências.

Se analisarmos essas referências em articulação com factores objectivos e essenciais que são amplamente referidos em todo o Capítulo III pode concluir-se que a organização e intervenção política junto dos trabalhadores defronta novas e acrescidas dificuldades.

Mas dificuldade pode significar impossibilidade? Qualquer solução aparentemente fácil corre sempre o risco de ser uma solução falsa. As dificuldades e a realidade exigem o desenvolvimento e ampliação das acções de massas, dão mais valor à luta como elemento decisivo que, associado à experiência e ao confronto com a realidade da exploração capitalista, pode contribuir para o desenvolvimento da consciência de classe e colocar com mais actualidade e validade o papel e a natureza do Partido.

Porque não é mais um Partido. As razões históricas que levaram à sua fundação, intervenção e luta continuam a estar actuais. A sua natureza e identidade que são características distintivas em relação a outros partidos têm consequências em todos os aspectos da sua actividade, intervenção e organização. Partido que não pode ser entendido e evocado como uma entidade ou organização política a quem se recorre em momentos de aperto e nas horas más, mas um Partido dos trabalhadores que defende os seus interesses e direitos em toda a sua actividade, que tem como chão e razão de ser o seu esclarecimento, unidade, organização e luta, que quer estar no seu seio como a sua genuína forma de organização política.

Num tempo de resistência, esta época que vivemos coloca à classe operária e aos trabalhadores portugueses que precisam de um Partido independente do capital capaz de assegurar uma intervenção política que não se limite à luta contra a injusta repartição de riqueza determinada pelo sistema capitalista mas persistindo no objectivo da supressão da exploração capitalista.

O reforço da intervenção e organização do Partido, lá onde se encontram os principais destinatários da nossa acção e do nosso projecto é actualmente das tarefas mais difíceis e exigentes mas simultaneamente o local estratégico para aumentar a nossa influência política, social e eleitoral, resistir às dificuldades e conseguir a renovação das nossas forças. Também o capital tem essa consciência. Sabe que a intervenção e a organização do Partido nas empresas e locais de trabalho pode evidenciar coincidências estratégicas entre os interesses do grande patronato e os dos partidos de direita, conduz à formação de quadros que fortalecem a organização dos trabalhadores, desperta consciências, liberta energias de luta e de combate, de busca de outra política. É por isso que este Encontro refere como questão central o problema da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e nas empresas. Não para ter ou para estar, mas para intervir. É lá que se dá o conflito e confronto, é lá que se sente e sofre as consequências das decisões políticas, é lá que se levanta o problema concreto, a reivindicação concreta, é lá que a função ideológica pode elevar a consciência social para a consciência política. Se formos lá podemos conhecer. Se estivermos lá sentimos, conhecemos e agimos.

Como consequência da profunda e prolongada ofensiva do capital, da destruição e reestruturação do aparelho produtivo e da liquidação de grandes empresas onde existia uma forte consciência política e de classe, com o surgimento de outras empresas com novas gerações de trabalhadores, admitidos e

Resistir e avançar

formados na bíblia do capitalismo, muitas células foram desactivadas verificando-se nalguns casos a delegação do seu papel e iniciativa no movimento sindical e nas Comissões de Trabalhadores, particularmente onde é determinante e predominante a participação de militantes do Partido.

Sendo importante sublinhar que continua a ser acertada a orientação para que os comunistas continuem a eleger e a dinamizar as formas unitárias de organização, designadamente do movimento sindical, Comissões de Trabalhadores e Comissões de Higiene e Segurança nos locais de trabalho, sendo um facto que em muitas empresas essas estruturas são o principal ou mesmo único elo de ligação aos trabalhadores, há que reafirmar que a actividade e intervenção dos membros do Partido eleitos nas estruturas unitárias não substitui a organização partidária nas empresas e locais de trabalho, organização à qual esses camaradas devem dar a sua contribuição para o seu reforço.

E não é contraditório que os militantes comunistas defendam, observem e promovam a autonomia e o funcionamento democrático das estruturas unitárias, com a sua responsabilidade militante para com o seu Partido.

Num quadro de grande pressão ideológica em que os defensores do capitalismo e afins reclamam a demarcação dos dirigentes sindicais em relação ao seu Partido, não querem um movimento sindical mais forte e actuante e uma CGTP mais influente. Querem enfraquecê-los e enfraquecer o PCP e em última análise a capacidade de organização e luta dos trabalhadores que livre e conscientemente sabem que estão a eleger comunistas para as suas estruturas unitárias.

Nós valorizamos muito a acção generosa e combativa de milhares de comunistas que assumindo e concretizando as orientações do trajecto sindical do PCP prestigiam e afirmam o grande colectivo consubstanciado na CGTP-IN.

Tomar medidas

Num exercício de balanço poderíamos constatar a diversidade realizações, iniciativas e decisões do Partido sobre o reforço da intervenção e organização do Partido junto dos trabalhadores que, em síntese, assumiu carácter de deliberação no XVI Congresso quando se inscreveu na Resolução Política o propósito de «lançar uma vasta acção para alterar o reduzido nível da organização partidária nas empresas e locais de trabalho e reforçar a organização e intervenção do Partido junto da classe operária e dos trabalhadores em geral».

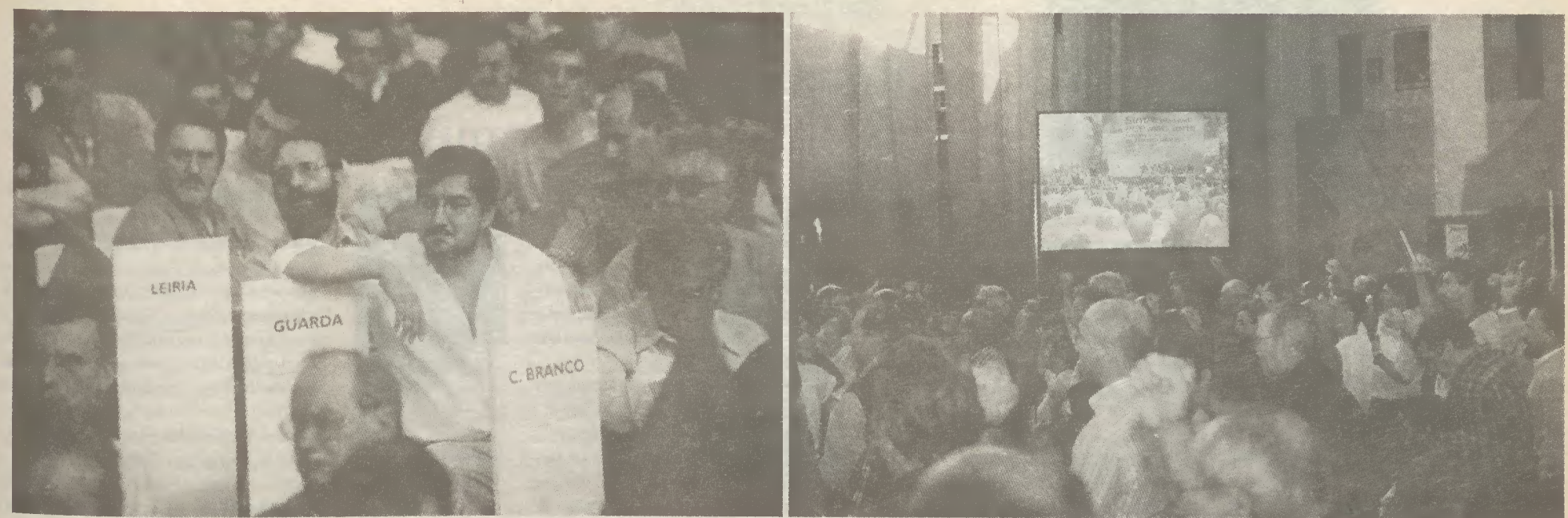
O Comité Central, numa importante Resolução aprovada em Abril de 2001, refere que o XVI Congresso definiu como prioridade e objectivo nacional a existência de trabalho organizado do Partido nas empresas e locais de trabalho com mais de mil trabalhadores e/ou de importância estratégica, a par de outros objectivos sectoriais e regionais de enraizamento do Partido.

Avançou-se com medidas, concretizaram-se de forma desigual as orientações aprovadas mas qualquer balanço reflectirá inevitavelmente uma ideia: ainda há um longo caminho a percorrer no fortalecimento da organização e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho.

Mas um dado relevante foi a concepção integrada ligando o reforço da organização ao reforço da intervenção da iniciativa política e da acção de massas. A fase preparatória do Encontro, o conteúdo dos debates e reuniões foram, em si mesmo, um avanço dessa concepção.

As medidas de quadros, de responsabilização directa por empresas e locais de trabalho prioritários, o envolvimento de todo o Partido nesta grande direcção de trabalho partidário, de conteúdo e nível de intervenção dos meios permanentes de propaganda conheceram desenvolvimento mas exigem mais atenção.

É no seguimento de orientações aprovadas e integrando



Um papel fundamental

Superar dificuldades

Num quadro em que se operam mutações e alterações de grande complexidade e velocidade na realidade social e mesmo que não encontremos, porque não podemos fazer as análises e tirar todas as conclusões de um processo inacabado (como se confirma aliás pela natureza e objectivo da ofensiva política e económica, social e legislativa em curso) importará aprofundar o conhecimento das condições em que actuamos, primeiro para aumentar a eficácia da acção partidária, segundo para, no plano político e ideológico, dar combate a preconceitos e falsas teorias e conclusões dos servidores do capital que encerram sempre o objectivo de desarmar política e ideologicamente os trabalhadores e acção dos comunistas.

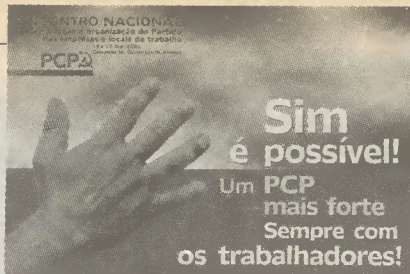
As alterações e mutações verificadas nas últimas décadas que em tal ou tal momento conheceram desenvolvimentos mais significativos, não constituíram um acto ou actos intermitentes mas antes um processo permanente, profundo e prolongado. O documento presente ao Encontro refere com algum desenvolvimento a repartição e arrumação dos sectores e dos assalariados, a sua evolução e tendências.

Se analisarmos essas referências em articulação com factores objectivos e essenciais que são amplamente referidos em todo o Capítulo III pode concluir-se que a organização e intervenção política junto dos trabalhadores defronta novas e acrescidas dificuldades.

Mas dificuldade pode significar impossibilidade? Qualquer solução aparentemente fácil corre sempre o risco de ser uma solução falsa. As dificuldades e a realidade exigem o desenvolvimento e ampliação das acções de massas, dão mais valor à luta como elemento decisivo que, associado à experiência e ao confronto com a realidade da exploração capitalista, pode contribuir para o desenvolvimento da consciência de classe e colocar com mais actualidade e validade o papel e a natureza do Partido.

Porque não é mais um Partido. As razões históricas que levaram à sua fundação, intervenção e luta continuam a estar actuais. A sua natureza e identidade que são características distintivas em relação a outros partidos têm consequências em todos os aspectos da sua actividade, intervenção e organização. Partido que não pode ser entendido e evocado como uma entidade ou organização política a quem se recorre em momentos de aperto e nas horas más, mas um Partido dos trabalhadores que defende os seus interesses e direitos em toda a sua actividade, que tem como chão e razão de ser o seu esclarecimento, unidade, organização e luta, que quer estar no seu seio como a sua genuína forma de organização política.





A maior célula do País

Com mais de 350 membros, estruturados em seis núcleos, a célula do PCP na Câmara Municipal do Seixal é a maior do País. Esta é a convicção de Domingos Rolo, membro desta célula. Abrangendo militantes de todos os sectores da actividade camarária, com peso predominante dos operários, a célula tem sido essencial no acompanhamento da actividade dos órgãos representativos dos trabalhadores. Mas na autarquia do Seixal existe não uma mas duas organizações comunistas. Estranho? Não! O colectivo da JCP, criado no início deste ano, tem-se revelado fundamental para a intervenção junto dos jovens trabalhadores e para o rejuvenescimento da célula do Partido, afirmou Vasco Durão, membro deste colectivo, que também falou no Encontro.

Contar só com o PCP

Os bancários, para se defenderem e lutarem, apenas podem contar com as organizações do PCP. Esta afirmação foi levada à tribuna por César Miranda, do organismo dos bancários de Lisboa, que baseia esta convicção no facto de estes trabalhadores não terem um sindicato «onde se possam rever e confiar», já que os existentes estão ao serviço de «interesses estranhos aos trabalhadores». César Miranda deixou depois o exemplo positivo dos bancários da Caixa Geral de Depósitos que, com a acção dos comunistas, criaram um sindicato para todo o grupo CGD, que será brevemente, o «mais representativo do grupo». «Os bancários precisam de um sindicato digno desse nome, no âmbito da CGTP», afirmou, confiando que os «bancários e os comunistas saberão encontrar as soluções adequadas».

Tomar medidas

Este Encontro reveste-se de extrema importância para se «tomarem as devidas medidas de reforço da intervenção política», afirmou Manuel Neto, membro da célula da Merloni, empresa de electrodoméstico, localizada em Setúbal. Para este militante, essas medidas são fundamentais pois na empresa em que trabalha – que conta com 354 trabalhadores – a célula do Partido, tem-se debatido com algumas dificuldades em manter ligação à organização e aos comunistas que participam nos órgãos representativos, que funcionam e desenvolvem actividade regular. A presente situação da empresa, fustigada pela precariedade, necessita de um PCP mais forte, assegurou.

Direitos do século XIX

O local de organização dos trabalhadores na empresa é a célula do Partido. Mas a experiência mostra que a criação de colectivos da JCP nas empresas contribui para o reforço da acção e influência e mesmo para a criação da célula do Partido. Foi o que aconteceu no Arsenal do Alfeite e na Autoeuropa, afirmou Miguel Madeira, dirigente da JCP. «A ofensiva ideológica do capital tem na juventude um alvo preferencial», que quer transformar numa «geração sem direitos», considerou o jovem dirigente, lembrando que há locais de trabalho «que parecem autênticas escolas, dado o impressionante número de jovens que lá trabalham». «Temos de ir ao seu encontro», dar-lhes a conhecer os seus direitos e o projecto e propostas do PCP e da JCP, concluiu.

O Encontro Nacional visando o reforço do trabalho partidário junto dos trabalhadores assume uma enorme importância nos planos da acção e intervenção política, da luta ideológica e da vida partidária.

Desde logo porque ocorrendo num momento em que os trabalhadores portugueses enfrentam uma das mais graves ofensivas contra os seus direitos e as suas condições de vida, poderá contribuir para intensificar a acção do Partido e dos trabalhadores contra uma ofensiva que se procura materializar com a liquidação de importantes conquistas democráticas.

Por outro lado, a evolução da vida nacional e internacional tornam claro ser a luta de classes uma realidade que povoa o nosso quotidiano e que no seu centro, independentemente da ampliação da esfera da exploração capitalista, se encontra a luta entre o trabalho e o capital e que os trabalhadores são a força mais determinante na resistência à política de direita e na luta pelo progresso social.

Finalmente, importa ainda salientar que a amplitude da luta dos trabalhadores, o nível da sua acção contra a ofensiva em curso e a própria consciência do seu papel dependem do grau de organização e influência do Partido junto dos trabalhadores.

Estas conclusões têm uma validade de princípio, porque o próprio desenvolvimento do PCP, Partido que afirma a sua natureza de classe e se empenha em preservar a sua identidade, depende decididamente do reforço da organização partidária junto dos trabalhadores. (...)

Ao fixar-se como objectivo discutir neste nosso Encontro Nacional não o trabalho do Partido em geral junto dos trabalhadores, com toda a importância que isso tem, mas a acção e a organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, partimos do princípio alicerçado na experiência e na

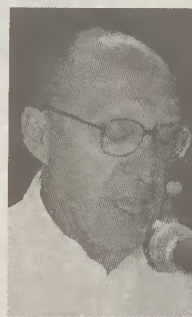
Levar a voz do Partido ao interior das empresas

análise concreta da realidade, de que esse é o caminho certo para uma ligação duradoura e eficaz do Partido aos trabalhadores, para se conhecer verdadeiramente as suas aspirações, para alargar a influência política e ideológica do Partido, para a sua afirmação como o Partido político da classe operária e dos trabalhadores.

Os resultados do trabalho realizado nos últimos anos no sentido de reforçarmos a organização junto dos trabalhadores, pese embora as diferenciações regionais e sectoriais, são bastante positivas. Alargou-se a organização a um maior número de empresas, a voz do Partido passou a chegar mais regularmente a muitos trabalhadores, reactivou-se o funcionamento de células que praticamente tinham «morrido» e regista-se no conjunto do recrutamento, um peso muito significativo de trabalhadores.

Entretanto, a valorização deste nosso trabalho, não significa que nos damos por satisfeitos ou que não vemos as dificuldades que enfrentamos. Se colocarmos a nós próprios a pergunta se estará a nossa organização e o nosso trabalho nesta frente, à altura das exigências da situação e das responsabilidades do PCP, o único Partido que assume inequivocamente a defesa dos interesses dos trabalhadores, não podemos deixar de responder que não, sem que isso signifique desvalorizarmos o muito que se tem feito. Ao fazê-lo não partimos só das responsabilidades do Partido, fazemo-lo com a convicção de que apesar das dificuldades se abrem perspectivas reais de melhorarmos o nosso trabalho, como se confirmou a 26 de Setembro. (...)

Para se avançar neste trabalho e alargar a influência do Partido junto dos trabalhadores é indispensável considerarem-se formas de organização diferenciadas que tenham em conta a realidade, naturalmente diferenciada de local para local e de



Domingos Abrantes

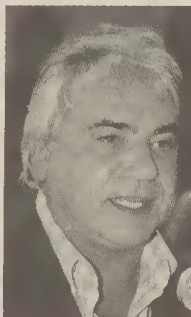
sector para sector, pelo número de militantes, a influência geral do Partido, a experiência dos trabalhadores em matéria de luta, etc. (...)

A iniciativa política das organizações do Partido tomando posição sobre os problemas das empresas avançando com reivindicações que correspondam às aspirações dos trabalhadores, divulgando as posições do Partido sobre diferentes matérias políticas são determinantes para alargar a influência e o prestígio do Partido.

O recrutamento de novos militantes é uma linha indispensável à renovação da organização e em muitos casos, tarefa incontornável para se chegar a empresas e locais de trabalho onde não temos organização. Cada camarada individualmente considerado e os diferentes organismos devem considerar como tarefa prática e relevante, estudar a forma de chegar a esta ou aquela empresa onde não temos organização, quer fazendo o levantamento de camaradas organizados no âmbito das Freguesias mas que trabalham em empresas, quer procedendo ao inventário de possíveis recrutamentos de homens, mulheres e jovens disponíveis para vir ao Partido. (...)

Os tempos que se avizinham serão bastante tempestuosos no plano social. Os perigos são significativos. As exigências que se colocam ao Partido são enormes, mas creio que poderemos transmitir aos trabalhadores com profunda confiança, que o PCP firmemente vinculado à sua identidade, valores e ideais, força única e insubstituível na resistência e na luta contra a política de direita, por um Portugal com futuro, por um Portugal socialista e comunista, honrará os seus compromissos para com os trabalhadores e o povo, razão pela qual é preciso que o PCP seja mais forte.

Lutar é o caminho!



Sérgio Teixeira

Os salários, o horário de trabalho e os direitos sempre estiveram no centro das reivindicações dos trabalhadores e da luta contra a política de direita. No passado ainda recente foram estas as reivindicações e resistência à ofensiva da política de direita que desencadeou um dos mais amplos e combativo movimento de luta ao qual o PCP deu também um enorme contributo.

Foi esta luta que levou o governo de então (PS) a recuar nalguns propósitos mais graves. Hoje, num quadro político diferente, com um Governo PSD/PP os trabalhadores voltam a ser alvo de uma ofensiva brutal contra os direitos, os salários, a segurança social e as suas condições de vida. (...)

É no quadro de agravamento da situação social que este Governo procura concretizar velhas aspirações e reivindicações do patronato e do capital financeiro, através das alterações da Lei de Bases da Segurança Social e da legislação laboral.

A Segurança Social pública e solidária é de todos, a privada é só de alguns, e é esta, a privada que o Governo PSD/PP rasga a Lei de Bases da Segurança Social pública, por parte da banca e das companhias de seguros.

A forma como tem sido apresentado o chamado código de trabalho, por parte do ministro e do Governo PSD/PP, faz lembrar o mofo do passado, em ajuste de contas com a Revolução de Abril. O seu conteúdo está claramente desmascarado e denunciado em muitas intervenções nomeadamente na interpelação ao Governo por parte do nosso Grupo Parlamentar e documentos do nosso Partido distribuídos por todo o país.

O ministro Bagão Félix e o PSD/PP sustentam e justificam o seu código em

quatro ideias de culpabilização dos trabalhadores; a competitividade; a produtividade; a rigidez das leis laborais; os níveis de absentismo. Isto é, além do insulto a quem trabalha é profundamente demagógico, ignoram as consequências da política de direita e escondem a verdadeira natureza deste código, dar de mão beijada um instrumento de poder discricionário ao patronato.

Não é destruindo direitos que aumenta a produtividade, aumenta-se sim, investindo efectivamente na inovação tecnológica; na melhoria da organização e gestão das empresas; no investimento em produção de maior valor acrescentado; na formação e qualificação dos trabalhadores; melhores salários e condições de trabalho.

Portugal já tem a maior percentagem de contratos a termo na União Europeia; vulgariza-se o trabalho precário e à peça, à hora, por empreitada, a tempo parcial e temporário. Cresce o número de trabalhadores recrutados para o trabalho clandestino.

O ministro fala de absentismo, mas as principais causas do absentismo estão na tragédia dos dois milhões de acidentes de trabalho na última década: nas doenças profissionais, nos violentos ritmos de trabalho, na falta de creches e outras estruturas sociais, na descoordenação dos transportes.

Mas, se para nós são claros os objectivos e propósitos deste código de trabalho, não podemos subestimar a importância do esclarecimento, mobilização e empenho dos trabalhadores na luta e combate a esta política do Governo.

Esta ofensiva no mundo do trabalho, para além do objectivo de levar à perda

de direitos duramente conquistados, pretende desarticular, enfraquecer a capacidade de luta dos trabalhadores.

Está na hora da clarificação. Esta ofensiva é séria e profunda como tal, coloca-se a todos aqueles que hoje afirmam estar contra este código de trabalho, a necessidade de passar das palavras aos actos e juntarem-se ao PCP nas ruas, nos locais de trabalho, na opinião pública, nas acções de luta contra esta ofensiva brutal e retrógrada.

O PCP como Partido dos trabalhadores assume a sua responsabilidade e confirma o que sempre afirmamos aos trabalhadores portugueses, podem contar com o Partido Comunista Português. (...)

Não escamoteamos as dificuldades, que são muitas, não ignoramos as muitas tarefas e trabalho que temos pela frente, não subestimamos a força e influência do poder mas a questão é simples., não há alternativa. Lutar, lutar sempre, é o caminho!

Um partido revolucionário, vivo e dinâmico como o nosso, profundamente ligado aos problemas, aspirações e reivindicações dos trabalhadores, afirma bem alto aos trabalhadores portugueses, contem connosco, com as nossas propostas e o nosso trabalho empenhado e nós queremos contar convosco para que com o vosso apoio mais força teremos, força esta fundamental para melhor podermos defender os interesses e direitos dos trabalhadores. O PCP assume as suas responsabilidades e estará sempre ao lado dos trabalhadores nas pequenas e grandes lutas, porque esta postura é a razão da nossa existência e a energia que nos alimenta.

Assumir o papel de vanguarda

O reforço da organização e da intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho, tem constituído ao longo dos anos, uma preocupação central em todas as grandes realizações, orientações e decisões, reafirmadas no XVI Congresso do Partido e mais recentemente na Conferência Nacional

A questão que se coloca hoje e sempre, é como concretizar as orientações decididas, como passar da elaboração teórica à prática, como alterar as realidades.

Fruto da intensa, prolongada e complexa ofensiva de direita contra os direitos e interesses dos trabalhadores, é hoje bem mais difícil a intervenção político-sindical nas empresas e locais de trabalho. Não é tarefa fácil assumir em muitos locais de trabalho a condição de comunista. O local de trabalho é, pela sua natureza, o palco do principal confronto na luta entre as duas classes antagónicas da sociedade portuguesa. É lá que o capital faz o seu principal investimento na perseguição dos seus objectivos de classe, apostando na divisão dos trabalhadores e através dos seus ideólogos fazendo o apelo ao fim da luta de classes ou à sua regulamentação.

A resposta à intensa luta política e ideológica e à diferença de meios dos que nela intervêm, está na formação de novas células, no aprofundamento da estruturação das células existentes, no alargar e rejuvenescer as nossas organizações nos locais de trabalho, na melhoria da preparação política e ideológica dos quadros, no aumento da intervenção do Partido.

A célula do Partido cabe, em primeiro lugar, contribuir para a consciencialização dos trabalhadores, para a sua unidade em torno dos seus interesses e anseios comuns, organizá-los para a luta contra a exploração de que são vítimas, pelas

suas aspirações. Desta forma, a célula do Partido exerce a sua influência, prestigia-se e pode assim assumir e ver reconhecido o seu papel de vanguarda.

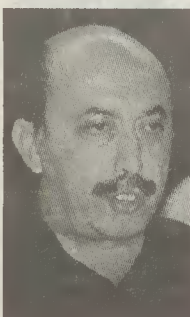
Esta é uma questão da maior importância no desenvolvimento da luta de classes, porque é na luta que se trava nas empresas e outros locais de trabalho, que melhor se compreende o papel e a força da unidade e da organização e a necessidade da criação de uma nova sociedade liberta da exploração do homem pelo homem.

A célula do Partido tem na luta por objectivos imediatos, como a valorização do trabalho, por melhores salários, pela efectivação de direitos individuais, pela segurança no emprego e o consequente combate à precariedade, entre outros, e por soluções a curto e médio prazo, elementos de motivação e mobilização dos membros do Partido e outros trabalhadores que os acompanham, mas não pode deixar de ter no horizonte a luta por objectivos mais gerais.

A evolução da consciência social para consciência política, a formação da opção de voto desenvolve-se mais rapidamente se houver Partido organizado e a intervir politicamente dentro da empresa.

Mas para intervir e poder modificar e melhorar a realidade do meio onde está inserida, a célula do Partido tem de conhecer a realidade concreta existente em cada empresa ou local de trabalho, os problemas e aspirações dos trabalhadores, para em seguida poder encontrar as respostas para esses problemas. A palavra de ordem é conhecer e organizar para intervir.

Mas o reforço orgânico do Partido nas empresas e locais de trabalho, não pode ser visto numa perspectiva «organicista».



Jorge Pires

Sendo um objectivo orgânico imediato, ele é sobretudo político e ideológico e corresponde à natureza de classe do Partido. O desenvolvimento orgânico do Partido nas empresas e outros locais de trabalho, não pode ser dissociado, antes pelo contrário, da iniciativa política das células.

Uma célula que prepara a sua intervenção, que se liga aos trabalhadores, que conhece os problemas e faz propostas, que está na primeira linha da luta, é uma célula viva que se prestigia e contribui para a melhoria da actividade mais geral do Partido.

Ao contrário, uma célula que não prepara a sua intervenção, que não se liga aos trabalhadores, que não toma a iniciativa, que não dinamiza e não mobiliza para a luta, é uma célula que está morta, que não se prestigia e não contribui para a melhoria da actividade geral do Partido.

A ligação crescente da célula de empresa aos demais trabalhadores é uma condição fundamental para que a célula possa exercer a sua influência e para que a célula se possa tornar vanguarda do conjunto dos trabalhadores da empresa. (...)

Estão profundamente equivocados os que pensam, que perante as dificuldades que sentimos, que este Partido se vai tornar dócil e inofensivo perante os interesses do capital.

A nossa concepção da vida, que tem uma base científica e filosófica, é norteadada pelos princípios que decorrem da nobreza dos nossos ideais, que inspiram a nossa luta. Ser militante comunista é hoje e sempre uma honra que implica obrigações e por isso vamos assumi-las, contribuindo para o reforço do Partido nas empresas e locais de trabalho, mas sempre com os trabalhadores.

Reforçar a Célula da Autoeuropa

Após dez anos da instalação da Autoeuropa em Portugal persiste o desrespeito pelo contrato colectivo de trabalho do sector e pela redução do horário de trabalho para as 40 horas, ainda por concretizar.

Entretanto, «a Célula dos Trabalhadores Comunistas da Autoeuropa tem funcionado ao longo do tempo com algumas dificuldades», disse o José Carlos Silva, referindo que advém do facto da laboração contínua da empresa estar repartida por dois turnos rotativos, dos tempos de trabalho que são separados por pausas de 7 minutos, e de 30 minutos para refeição.

«Mas, a luta vai-se construindo, a notar pelo aumento do número de sindicalizações, do aumento da percentagem de votantes nos actos eleitorais da empresa, onde os comunistas foram os mais votados», afirmou o jovem sindicalista, aplaudido entusiasticamente.

«Na Madeira também se luta»

Na Região Autónoma da Madeira, o PCP está empenhado no esclarecimento e na mobilização dos trabalhadores para a luta na defesa das conquistas históricas, postas em causa pelo Governo PSD/PP.

«As recentes greves das educadoras de infância, na Administração Pública e dos enfermeiros atingiram percentagens equiparadas às mais altas no País. É bom sinal: na Madeira, também se luta!», afirmou Leonel Nunes, membro do Comité Central do PCP.

Quanto ao sector privado, «assiste-se a um grande esforço dos sindicatos e do PCP para que a batalha de esclarecimento seja ganha, e o envolvimento dos trabalhadores numa greve geral seja uma realidade», afirmou o dirigente.

Persistência e determinação

A OGMA, Indústria Aeronáutica de Portugal SA é uma empresa de que muito se tem falado nos últimos tempos. «Vive-se actualmente um ambiente de grande incerteza, de enorme desmoralização, e resignação, e de grande ansiedade entre os trabalhadores, especialmente aqueles em situação precária», disse João Lopes, da Célula dos Trabalhadores da OGMA. Sendo a privatização um fantasma que paira sobre a empresa, os dois sindicatos que existem nas OGMA, o Steffa's e o Sitava, desenvolveram concentrações no portão da empresa, no Ministério da Defesa, na residência oficial do primeiro-ministro pela defesa dos postos de trabalho e pela viabilização da empresa, onde conseguiram uma pequena, mas importante vitória.

Uma história real

Ana Emília Mestre, da Comissão Concelhia da Moita do PCP, uma das primeiras intervenientes no Encontro Nacional, partilhou uma experiência que teve na luta com os trabalhadores. «No dia 27, reunimo-nos junto a uma empresa de metalurgia, na Moita, para vender o Avante!. Na tentativa de interpelar os operários para a nossa luta, mostrámos o jornal, e qual não foi o nosso espanto quando disseram: "Aqui não, eu comprava, mas estão a compreender..."». Um outro disse: "Estou a contrato, arrisco-me a ser despedido", relatou Ana Mestre, perante a indignação geral.

Fomentar a solidariedade de classe

De uma realidade marcada pela emigração, Portugal tornou-se, nos últimos anos, o destino de milhares de cidadãos estrangeiros, oriundos especialmente de África, Brasil e, mais recentemente, dos países da Europa de Leste. Trazem consigo a mesma fuga a uma realidade adversa nos seus próprios países e os mesmos sonhos que acalentaram a ida de tantos portugueses para outras terras.

Entre 1970 e 2002, o número de cidadãos estrangeiros com residência legalizada passou de 23 mil para 346 mil, tendência que, longe de estabilizada, tem, no entanto, algumas diferenciações que importa realçar.

Primeiro aspecto: nas décadas de 80 e 90 consolida-se a imigração africana e diversificam-se as origens da população estrangeira, designadamente europeia e brasileira. Segundo dados de 2001, dos 26 mil cidadãos estrangeiros que detinham uma autorização de residência 47,6% eram originários de África (essencialmente dos PALOP's) e 30,2% da Europa, com uma concentração geográfica, no caso dos africanos, na Área Metropolitana de Lisboa, sendo o Algarve a segunda região de atracção.

Estes(as) trabalhadores(as) concentram-se, essencialmente, na construção civil e na área da limpeza. Exercem as funções socialmente menos atractivas, com piores condições de trabalho e de mais baixos salários. Vivem com as suas famílias em condições especialmente precárias, repercutindo-se nas novas gerações, e de forma persistente, o ciclo da desigualdade, da discriminação e da pobreza.

Segundo aspecto: surge um novo e significativo fluxo migratório, maioritariamente da Europa de Leste mas também do Brasil, alterando as origens da popu-



Fernanda Mateus

lação imigrada e diversificando as zonas de concentração dos fluxos migratórios das décadas anteriores. É criada, pelos governos do PS, uma nova figura de legalização – a autorização de permanência – que, dando visibilidade ao elevado número de trabalhadores a viver e a trabalhar em situação de clandestinidade, criou, ao mesmo tempo, uma nova categoria de imigrantes – categoria essa com menos direitos relativamente aos que detêm autorização de residência. Num processo atribulado, em 2001 obtiveram autorização de permanência 123 mil cidadãos, na sua maioria do Leste Europeu, seguidos pelos cidadãos brasileiros. (...)

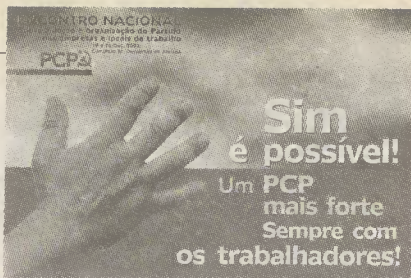
Terceiro aspecto: continuam a existir muitos trabalhadores imigrantes na ilegalidade. É isto porque muitos deles não conseguiram obter a autorização de permanência em resultado da situação de ilegalidade da própria empresa, não lhes permitindo o reconhecimento do respectivo contrato de trabalho e, posteriormente, devido à decisão do governo PS de congelar a concessão dessas autorizações.

Oscilando entre os discursos de grande preocupação com os direitos dos imigrantes – característicos do Governo PS, para dar cobertura a meros paliativos – e os discursos perigosamente xenófobos e racistas de Paulo Portas e do Governo PSD-CDS/PP, dizendo, para justificar políticas «de rigor», que Portugal não pode viver de portas abertas à imigração, escondendo que as leis vigentes têm sido profundamente restritivas quanto à admissão legal de imigrantes, e que o aprofundamento destas restrições serviram, servem e servirão para manter milhares de imigrantes a

viver e a trabalhar na ilegalidade, sujeitos a formas brutais de exploração da sua mão-de-obra, à mercê de empregadores e entidades patronais sem escrúpulos. (...)

A tentação da direita reaccionária é de «dividir para reinar», transformando os imigrantes em bodes expiatórios dos graves problemas que afectam o conjunto dos trabalhadores, explorando as suas incertezas face ao aumento da precariedade, do desemprego, dos baixos salários e da crescente perda de direitos. Fomentam um caldo de cultura que propicia uma maior permeabilidade a ideias xenófobas e populistas que visam dividir para reinar, colocando cidadãos nacionais contra estrangeiros, desviando as atenções das causas e dos responsáveis pelos graves problemas que a todos afectam.

O nosso Partido tem de intensificar a sua atenção face a estas realidades, quer na sua intervenção geral, quer na nossa acção nas empresas e locais de trabalho, quer na intervenção sindical. Os trabalhadores imigrantes e portugueses têm uma luta comum. É fundamental encontrar as formas de organizar estes trabalhadores, ir ao encontro dos seus problemas e direitos. É essencial fomentar a solidariedade de classe entre todos os trabalhadores, designadamente a compreensão dos seus interesses comuns; a solidariedade geracional entre trabalhadores e outras camadas sociais desfavorecidas; e promover a organização e a luta dos trabalhadores imigrantes e portugueses. É essencial defender o respeito pelos direitos cívicos, sociais e culturais dos trabalhadores imigrantes e um efectivo apoio à sua inserção na sociedade portuguesa.



Conhecer as condições em que actuamos

Valorizar o trabalho

Nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo trabalham cerca de 1200 trabalhadores, algumas centenas de subempreiteiros, e algumas dezenas de empresas das áreas adjacentes.

O fenómeno da globalização há muito que se faz sentir neste sector, com a deslocação do negócio para países asiáticos. Neste cenário, «como é que os responsáveis dos nossos sucessivos governos nos têm preparado para tamanhos desafios?», questionou Carlos do Carmo, do secretariado da Célula dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo. «O recurso à mão-de-obra mais barata de subempreiteiros e emigrantes não resolve, antes agrava, a débil economia nacional, e demonstram o maior desprezo pelo maior capital que as empresas possuem que são os trabalhadores», disse.

Lutar para transformar

Depois da dimensão da jornada de luta dos trabalhadores da Administração Pública no passado dia 16 é evidente que este sector deu a adequada resposta à política de direita do Governo PSD/PP.

«Há que reconhecer que na primeira linha da mobilização, organização e concretização dessa e de outras jornadas de luta estiveram os militantes do nosso Partido e também dirigentes, delegados e activistas de várias organizações político-sindicais e dos mais diversos grupos profissionais e camadas sociais», reconheceu Paulo Trindade, dirigente sindical da Função Pública. «Por muito que os ideólogos do poder dominante tentem vender o produto de que a luta de classes acabou, que não faz sentido existir um partido como o PCP ou um movimento sindical unitário como o que existe, aí está no dia-a-dia a realidade da luta, a realidade do confronto, entre o capital e o trabalho a desmentir essas teses», concluiu Paulo Trindade.

Na defesa do Alfeite

Perante os perigos que o Arsenal do Alfeite esteve e está sujeito, «os trabalhadores tiveram que sair à rua em defesa dos seus postos de trabalho», disse Sandro Duarte, da Célula dos Trabalhadores do Arsenal do Alfeite.

Face à grave situação que o País atravessa, Sandro Duarte salientou que se está a tomar medidas: «Estamos a reforçar o Secretariado da Célula, o núcleo de camaradas nos órgãos Representativos dos Trabalhadores passou a reunir-se uma vez por mês, estamos a fazer um levantamento de nomes para aumentar a venda do *Avante!* e para fazer novos recrutamentos, nomeadamente de jovens trabalhadores», informou Sandro Duarte.

Orgulho em ser comunista

«O reforço da organização e da intervenção nas empresas e locais de trabalho é um dos aspectos fundamentais na actividade do PCP, porque é aí que os trabalhadores são confrontados com a exploração de que são vítimas», disse Paulo Machado, da Célula dos Trabalhadores do Metropolitano de Lisboa. No encontro, o sindicalista prometeu que os militantes da Célula «tudo farão, para o reforço e intervenção do Partido junto dos trabalhadores». Paulo Machado concluiu, perante o entusiasmo dos milhares de participantes, que «é por isso que somos o que somos: Revolucionários, Comunistas e com o imenso orgulho de sermos militantes deste nosso Partido - o PCP».

A análise da realidade social é fundamental para conhecer as condições em que actuamos e para o aumento da eficácia da intervenção partidária. Os passos dados no sentido de proceder ao aprofundamento do seu estudo, num esforço que o Projecto de Resolução do nosso Encontro reflecte, apesar das limitações resultantes de não estarem ainda completamente disponíveis os dados do Censo 2001, revelam elementos e permitem avaliações úteis para compreender melhor a realidade dos trabalhadores portugueses, a realidade social em que actuamos.

Portugal tem 10 milhões de habitantes; 5 milhões de pessoas estão inscritas na população activa: há 3,6 milhões de trabalhadores por conta de outrem; quase 3 milhões de portugueses são reformados e pensionistas; a população com mais de 65 anos passou a ser mais numerosa que a população com menos de 15 anos.

A composição do emprego alterou-se tendo como tendências de fundo a redução no sector primário, um ligeiro aumento no sector secundário, que atinge 1,7 milhões de pessoas, e o aumento real e relativo no sector terciário, que é maioritário.

Mais de 70 por cento da população activa são trabalhadores por conta de outrem; verifica-se uma forte elevação da participação das mulheres no trabalho, que ultrapassa os 45 por cento. Uma grande parte dos trabalhadores começou a trabalhar a partir dos anos 80. Os jovens entram mais tardiamente no mundo do trabalho, com uma maior formação académica, mas há um maior desajustamento entre a sua formação e as possibilidades de emprego. Portugal, tradicional país de emigração, passou a ser predominantemente um país que recebe imigrantes. (...)

Relativamente à estrutura empresarial em que é visível uma tendência para a fragmentação das unidades empresariais dos grupos económicos, o recurso à subcontratação e à concessão de actividades a empresas prestadoras de serviços de natureza diversa, com a consequente redução do número de trabalhadores por empresa, continuamos a verificar a existência de um elevado número de grandes empresas e outros locais de trabalho.



Francisco Lopes

A referência ao fim das grandes empresas que por vezes aparece associado ao encerramento de algumas unidades industriais bastante conhecidas, ignora a existência e a criação de outras em vários pontos do País. As grandes empresas, bem como as grandes concentrações de trabalhadores de serviços e da Administração Pública, não só não acabaram como continuam a ter uma importância fulcral para a organização dos trabalhadores e para a acção e organização partidárias. Podemos mesmo dizer que, apesar de serem menos, não nos faltam grandes empresas e locais de trabalho para a organização do Partido.

Uma outra questão muito colocada é a da consciência de classe. Adianta-se que uma parte importante dos que integram a classe operária e o conjunto dos assalariados não se assumem nem querem assumir-se como tal. Há de facto formas novas e novos condicionamentos na formação da consciência de classe, mas esta é uma questão que sempre se colocou à luta revolucionária. E, hoje como sempre, a consciência de classe resulta do confronto com a realidade da exploração capitalista. No entanto, este não é um processo mecânico, espontâneo ou automático. A acção de massas, a acção sindical, a acção política e ideológica são elementos que influenciam decididamente. (...)

Esta questão coloca-se de forma prática, no momento actual, em relação a muitos trabalhadores designadamente em grandes empresas industriais com

milhares de operários para os quais o confronto com a realidade da exploração capitalista está agora a começar. É preciso agir e ter iniciativa. A luta de classes aí está, no nosso país e no mundo, a mostrar todo o seu impacto. Aí está, na política do actual Governo com o Pacote Laboral, o ataque à Segurança Social, a redução do poder de compra. Aí está, no confronto diário nas empresas e locais de trabalho. Aí está, no rolo compressor da globalização capitalista, na lógica de domínio, hegemonia e guerra dos EUA e do imperialismo em geral. E aí está, também, nas poderosas manifestações de massas que mostram a possibilidade de resistir, de avançar e de vencer. Cabe-nos a nós, ao Partido no seu todo, a cada organização partidária, a cada comunista, conhecendo a realidade e em constante contacto com ela, dar a contribuição necessária para a elevação da consciência de classe e a formação da consciência política e revolucionária dos trabalhadores - processo de que depende a mais sólida evolução do aumento da influência do Partido, do reforço de organização e intervenção do Partido da classe operária e de todos os trabalhadores. Aprofundando as suas raízes e sua acção e organização nas empresas e locais de trabalho, fazendo da sua natureza de classe alavanca de ligação e mobilização de todas as camadas sociais atingidas pelas opções do grande capital, usando criativamente a sua base teórica - o marxismo-leninismo - como ferramenta de estudo, análise e transformação de uma realidade em movimento, reforçando a sua coesão, afirmando o seu carácter internacionalista no mundo, mas também em cada local de trabalho na construção da unidade dos trabalhadores independentemente da sua etnia ou nacionalidade, com a contribuição de todos e de cada um, é mesmo possível um PCP mais forte e influente.

As consequências da globalização capitalista

Para determinar quer as dificuldades quer as potencialidades da nossa acção no sentido de travar as ameaças que aí estão é necessário conhecer não só os traços essenciais dessa política, mas também saber como eles se inserem na ofensiva geral do capital no plano mundial.

É indubitável que vivemos tempos difíceis e que lutamos em condições extraordinariamente adversas. A correlação de forças no plano mundial é desfavorável às forças revolucionárias e progressistas. O grande capital e o imperialismo continuam na ofensiva. Contudo, desmentindo os apregoados êxitos da «globalização» sucedem-se hoje manifestações da crise do capitalismo - crises bolsistas, colapso argentino, prolongada recessão no Japão, elementos recessivos na UE, «arrefecimento» da economia norte-americana, situação ruïnosa dos países do 3.º Mundo - com dramáticas consequências para a vida dos trabalhadores e dos povos. (...)

Mas o capitalismo continua a revelar grande capacidade de manobra e adaptação, recorrendo a novas formas de exploração, assentes na liquidação de conquistas históricas dos trabalhadores, ao mesmo tempo que, a pretexto do combate ao terrorismo, impõe novas medidas securitárias e repressivas a todo o mundo e acentua o seu carácter agressivo, desenvolvendo o militarismo e a guerra. (...)

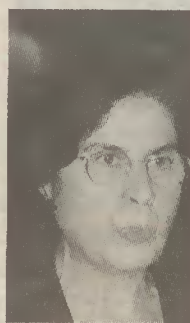
Portugal assumiu já, pela mão de Durão Barroso, graves compromissos nesta estratégia. O agravamento da tensão internacional serve inteiramente aos

objectivos e à concretização da política antipopular e antinacional do actual Governo. Por isso deveremos associar à luta contra o pacote laboral e em defesa do sistema público da Segurança Social, a luta pela Paz.

A política de ingerência e de guerra do imperialismo domina hoje a actualidade mundial. Favorece a desestabilização das relações internacionais, permite que o medo e a manipulação ideológica se instalem, facilitando a criminalização de forças que resistem à exploração e à opressão. É por isso que a luta do povo palestiniano, que daqui saudamos com emoção e cujo heroísmo uma delegação do nosso Partido pode recentemente confirmar, assume particular significado. (...)

A luta contra o imperialismo, o militarismo e a guerra, a luta pelo desarmamento, a paz e a segurança internacional assumem hoje primordial importância e é indissociável da solidariedade aos povos que lutam pela sua libertação. Os comunistas portugueses, que há muito estão na primeira linha deste combate, desenvolverão as suas acções contra a guerra denunciando a vergonhosa posição de subserviência que a visita de Durão Barroso aos EUA evidenciou, e (...) participarão em iniciativas internacionais, como o próximo FSE em Florença, contra a globalização capitalista e as suas nefastas políticas neoliberais.

Encaramos o movimento antiglobalização, como um amplo espaço de acção que reflecte o fracasso do neoliberalismo e o alargamento da contestação ao capi-



Manuela Bernardino

talismo. Tal movimento, congregando camadas diversas em torno de problemas comuns, não substitui nem anula, na opinião do PCP, o espaço nacional da luta. Bem pelo contrário. (...) O confronto imediato e directo da luta de classes no local de trabalho permanece como determinante para a formação e desenvolvimento da consciência social e política e fundamental para a organização da luta.

Este é aliás o conteúdo central deste nosso Encontro (...). E aí centraremos atenções e esforços, sem contudo termos ilusões que os resultados serão imediatos, mas antes irmanados da profunda convicção que as nossas raízes estão aí, nos locais de trabalho.

Só assim poderemos responder, com eficácia, à «modernidade» do fim da contratação colectiva, da flexibilização laboral e da mobilidade geográfica do pacote laboral.

(...)

Só assim poderemos contrapor às teses do fim da luta de classes a luta organizada dos trabalhadores.

Só assim poderemos afirmar a actualidade do nosso projecto e reforçar a identidade do partido político da classe operária e de todos os trabalhadores, o Partido Comunista Português.

Só assim poderemos reforçar a nossa solidariedade internacionalista e dar o nosso contributo consequente para unir o maior número de forças possível numa ampla frente anti-imperialista no combate à guerra, às políticas neoliberais e às tentativas do imperialismo de instaurar uma «nova ordem mundial» totalitária.

A diferença que se vê

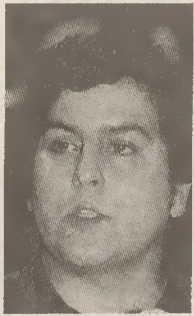
Se houvesse dúvidas sobre a diferença dos deputados comunistas na Assembleia da República haveria uma forma fácil de as afastar. Bastaria para isso olhar para a relevância da intervenção do nosso Grupo Parlamentar em matéria laboral.

Sem que isso signifique menosprezar ou diminuir o carácter global e diversificado da intervenção parlamentar do PCP – indispensável para a afirmação do nosso projecto global de sociedade – a verdade é que, com inteira naturalidade que decorre das características do nosso Partido, as matérias laborais estão em lugar de destaque na nossa intervenção na Assembleia da República.

E como isso incomoda o poder! Como isso causa desassossego e sobressalto. Bem gostariam muitos que a luta dos trabalhadores, que a denúncia da exploração, que a luta de classes não tivesse nenhum reflexo no Parlamento. Mas não terão essa sorte.

Porventura, alguns consideram que às matérias do mundo do trabalho falta modernidade, falta brilho parlamentar. Mas nada há de mais actual do que defender os direitos de quem trabalha, do que lutar pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores portugueses.

Mas a verdade é que, na vida e na sociedade, os problemas dos trabalhadores estão no centro da luta de um povo. E se isso é sempre verdade, mais o é num momento em que uma das linhas fundamentais da ofensiva da direita é o ataque aos direitos dos trabalhadores portugueses. Os objectivos são claros: aumentar a exploração dos trabalhadores e os lucros do patronato; diminuir a capacidade de organização e



Bernardino Soares

luta dos trabalhadores e das suas organizações de classe.

São os ataques aos direitos dos trabalhadores, as ofensivas contra as funções sociais do Estado, são-no as profundas ofensivas para a privatização da saúde, da Segurança Social, da educação, procurando transformar em lucro privado os direitos do povo, e querendo mercantilizar o acesso a questões fundamentais.

Mas assume, sem dúvida, inquestionável centralidade o Pacote Laboral de Bagão Félix e da direita. Não é por isso de estranhar que parte importante da intervenção parlamentar do Partido se tenha centrado na batalha do esclarecimento, da denúncia e do combate àquela verdadeira nova cartilha da exploração dos trabalhadores.

Assim foi com a audição parlamentar sobre a situação social e laboral dos trabalhadores portugueses, com sala cheia e vivo debate. Assim foi com a interpelação ao Governo sobre questões laborais, iniciativa maior do leque parlamentar, com que tratámos de denunciar a verdadeira natureza do Pacote Laboral e de desmontar a demagogia de Bagão Félix e seus acólitos. Assim foi com sucessivas visitas a empresas e encontros com trabalhadores e suas organizações. Assim foi com as diversas questões e problemas dos trabalhadores presentes na intervenção do Partido: da Administração Pública; dos acidentes de trabalho e doenças profissionais; dos salários, entre tantos outros.

Mas assim é também em questões mais concretas desta ou daquela empresa, deste ou daquele local de trabalho, que nem por isso são menos importantes, que

nem por isso são menos dignos de serem apresentados na Assembleia da República.

Tais acções são, sem dúvida, importantes para o trabalho parlamentar, mas devem ser também valorizados como instrumentos de grande utilidade para a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho. E este instrumento pode e deve ser mais utilizado pelas organizações do Partido, pelas células de empresa e local de trabalho, por todos e cada um dos que contactam com a realidade laboral.

Num tempo em que muitos tentam vender a ideia de que os partidos são todos iguais, mais se justifica a articulação entre a luta de massas e a intervenção institucional; mais se exige uma ligação permanente e eficaz entre a acção parlamentar e a intervenção nos locais de trabalho; mais se impõe divulgar e demonstrar que, ao contrário de outros, o PCP diz e defende o mesmo junto dos trabalhadores e na Assembleia da República.

Este é um instrumento que não podemos desperdiçar no necessário aprofundamento da acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho. Assim se fará o caminho para um Partido mais forte, mais interventivo, mais capaz de dar combate à poderosa ofensiva da direita e do grande capital. Para um Partido mais ligado aos trabalhadores e aos seus problemas. O caminho para um Partido cada vez mais apto para cumprir o seu papel de vanguarda na luta dos trabalhadores e do povo por uma sociedade mais justa.

Merecer a confiança

«Obrigado por alguma coisa que possam fazer por nós. Gostámos muito de vos ouvir na segunda-feira.» Estas declarações são de uma trabalhadora da USID, fábrica de confecções situada em Penacova, que, por carta, denunciou ao Partido as pressões e as ilegalidades de que são vítimas por parte do patrão. Lida por Eduardo Ferreira, da organização local do Partido, a carta foi enviada após uma acção de propaganda realizada no âmbito da jornada de esclarecimento «Andar para trás, não!», junto dos trabalhadores da empresa. Com a carta, a trabalhadora enviou cópias das ordens de serviço internas em que o patrão retira a licença de amamentação a uma trabalhadora e limita gravemente o uso da casa de banho.

«Contem connosco»

É necessário recentrar a actividade partidária nos locais de trabalho. Esta realidade, confirmada pelo Encontro, foi referida também por Filipe Diniz, do sector intelectual de Lisboa. No seguimento desta orientação, este militante deu conta das medidas tomadas, por exemplo, na RTP ou no sector dos professores, onde as células estão a ser criadas ou reactivadas. Lembrando que o Pacote Laboral afecta os trabalhadores intelectuais da mesma forma que todos os outros, Filipe Diniz deixou o compromisso de que os intelectuais comunistas empenharão as suas forças na denúncia e no combate às propostas do Governo. É neste sentido que o Sector Intelectual de Lisboa está a promover um abaixo-assinado junto desta camada de trabalhadores.

Uma luta diária

«A célula da TAP soube, em articulação com os camaradas nos ORT's, encontrar caminhos para manter e reforçar a resistência e a luta em defesa da TAP, dos direitos e salários dos trabalhadores», afirmou Luísa Ramos, membro da célula. Com o Governo empenhado em privatizar a empresa a qualquer preço, é indispensável o reforço do Partido para o prosseguimento da luta, considerou Luísa Ramos.

A saída de muitos comunistas da empresa e os sindicatos de profissão são os principais obstáculos que a célula enfrenta, embora não tenham impedido o seu reforço e o aumento do prestígio do Partido. A venda de quarenta exemplares do Avante! no passado dia 26, faz «acreditar ser possível o aumento do número de vendas», bem como do recrutamento.

É necessário intervir

A intervenção de Armando Ferreira foi particularmente chocante. Falando acerca do sector das pedreiras, onde trabalha, destacou a necessidade de reforçar o trabalho do Partido nesse sector, marcado pelos trabalhos pesados, acidentes de trabalho e doenças profissionais. Entre estas, destacam-se pela sua gravidade a surdez, as doenças de coluna – motivadas pelo muito peso que os trabalhadores transportam diariamente – e, especialmente, a silicose, provocada pelo pó que se aloja nos pulmões e que leva, muitas vezes, à morte. Para além disto, nas pedreiras de Marco de Canavezes e Penafiel os direitos dos trabalhadores são gravemente atacados. Muitos trabalhadores não gozam férias nem recebem o respectivo subsídio. Tão pouco auferem o 13.º mês e os feriados.

PCP ao lado dos trabalhadores

A organização partidária desempenha um papel insubstituível na dinamização e na eficácia da intervenção política do Partido, visando ampliar a sua influência nos trabalhadores. Poderá o Partido reforçar a sua acção e organização, sem um trabalho persistente e continuado de informação e de propaganda? Poderemos ampliar a nossa influência, se aqueles a quem nos dirigimos não conhecerem as nossas opiniões, as nossas propostas, o nosso trabalho? Como podem os trabalhadores avaliar-nos pelo que verdadeiramente somos e fazemos e não pelas caricaturas muitas vezes veiculadas pela comunicação social e pelos nossos adversários?

É evidente que o Partido só pode estreitar ainda mais a sua ligação aos trabalhadores, com um persistente, inovador e continuado trabalho de informação e de propaganda.

A experiência tem comprovado que a acção do Partido, desenvolvida a partir de linhas, meios e instrumentos de intervenção central com dinâmicas próprias, quando integradas na organização partidária aos mais diversos níveis, tem sido uma condição essencial para a superação de dificuldades, para o êxito das campanhas e jornadas de informação e de esclarecimento junto dos trabalhadores.

A este respeito, de entre muitas outras experiências positivas, são de salientar a campanha «100 000 assinaturas por melhores salários e qualidade de vida», não só pelo número assinaturas recolhidas, 191 000, mas também pelas centenas de milhares de trabalhadores que contactámos.

Agora, mais recentemente, o enorme êxito da jornada de venda do Avante!, ilustrado por inúmeros exemplos que superaram as expectativas mais optimistas, bem como a jornada de esclarecimento em torno das questões do pacote

laboral e da ofensiva contra o sistema público da Segurança Social, onde foram distribuídos cerca de 420 000 folhetos em todos os distritos do continente e das regiões autónomas, em que a informação do Partido chegou a largas centenas de empresas e de concentrações de trabalhadores da indústria, do comércio e dos serviços, em articulação com debates e sessões e com a intervenção institucional, designadamente no Parlamento, vieram mais uma vez comprovar a importância da comunicação para a intervenção do Partido junto dos trabalhadores.

Há, no entanto, a sublinhar que, registando-se uma crescente intervenção do Partido através da produção de materiais de propaganda escrita, comunicados, boletins, jornais, para empresas, sectores e zonas industriais, esta dinâmica é muito desigual de distrito para distrito, de sector para sector e estamos muito longe de ter a presença que, também neste plano, precisamos de assegurar. (...)

Uma questão que deve continuar a merecer a nossa especial atenção é a acção dos comunistas, do Partido e da JCP, junto das camadas mais jovens de trabalhadores. Também no domínio da propaganda esta linha de trabalho que vimos desenvolvendo, deve ter uma expressão adequada à importância que lhe estamos a dar.

A par dos materiais e iniciativas próprias do Partido e da JCP, impõe-se uma maior e mais incisiva utilização da Internet como instrumento privilegiado de comunicação com extractos cada vez mais numerosos e significativos de trabalhadores.

Temos afirmado, com justeza, que no PCP não reduzimos a política à comunicação. Mas não ignoramos a importância da comunicação na política. Reconhecemos deficiências, lacunas e atra-

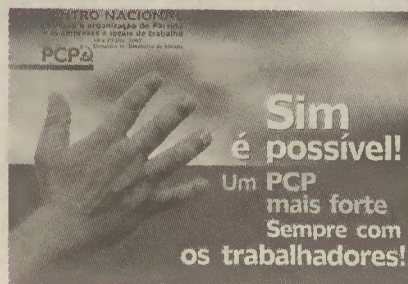


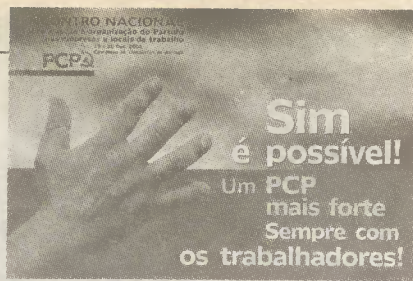
Octávio Augusto

Designadamente quanto à implementação de linhas de trabalho já antes enunciadas, como sejam: Reforçar uma qualificada e continuada linha de trabalho central, com os meios correspondentes às necessidades que se nos colocam; Desenvolver, a todos os níveis, a formação de estruturas e equipas direccionadas para a informação e propaganda; Progredir na avaliação da eficácia e dos resultados do que fazemos; Progredir no uso da linguagem e processos de comunicação que tornem mais eficaz e acessível a nossa mensagem, mantendo, ao mesmo tempo, os conceitos e princípios que têm norteado a nossa acção, como é o caso da defesa da coerência entre a imagem e as ideias porque lutamos; Melhorar na uniformização entre os elementos gráficos e a linha de propaganda central e os materiais produzidos pelas organizações.

É da conjugação dos instrumentos de comunicação com a iniciativa política das organizações e militantes do Partido, que depende, em larga medida o êxito dos objectivos que pretendemos alcançar.

É do dinamismo, da audácia, da criatividade de cada um de nós, que se pode progredir no reforço do prestígio e da influência do Partido, que somos todos nós, o Partido, que, nas horas boas e nas horas más, está sempre do lado e ao lado dos trabalhadores.





Determinados e empenhados

A Valadares é uma empresa com oitenta anos de história. A Valadares, segundo Carlos Silva, membro da Célula dos Trabalhadores, chegou a ter uma importante célula. Com a saída de alguns militantes na década de 90, a organização ficou inactiva.

«Neste sentido realizámos, recentemente, a primeira reunião para a constituição de uma nova célula, com quatro camaradas discutimos os problemas dos trabalhadores na empresa e a nossa intervenção para os esclarecer e mobilizar para a luta contra o pacote laboral», disse Carlos Silva. «Fizemos também uma relação de trabalhadores a contactar para se inscreverem no Partido, muitos dos quais são jovens e do qual resultou já uma inscrição», concluiu.

Uma realidade assustadora

Isabel Gomes, de Oeiras, deu como exemplo o Tagus Park, onde trabalham cerca de cinco mil pessoas, distribuídas por centenas de empresas. Este pólo tecnológico «é apresentado como o supra-sumo da tecnologia industrial, mas o verniz estala quando os 600 trabalhadores administrativos e técnicos têm de viver sem água potável e são obrigados a esconder as doenças profissionais se não querem perder o emprego», denunciou a sindicalista. Isabel Gomes deu ainda outro exemplo: «Uma trabalhadora dos serviços de limpeza foi colocada num laboratório de química e ao fim de três dias sofreu um acidente, ficando cega. A resposta do Instituto foi que não era funcionária da empresa e que o patrão dela se responsabilizasse. A trabalhadora em questão tem 28 anos, aguarda uma córnea para transplante e, até lá, o seguro do patrão paga-lhe 150 euros por mês.»

Um novo começo

«Não basta dizer que somos o Partido dos trabalhadores, é necessário e indispensável a presença do Partido no seio dos trabalhadores», afirmou, na tribuna do Encontro, Maximiliano Sá Pereira, da célula da Grundig, em Braga. Para isto, considera necessária a definição de um núcleo de quadros com esta tarefa exclusiva. Num complexo industrial com 4000 trabalhadores, a célula foi sendo enfraquecida com a chamada dos comunistas para colmatar falhas nas estruturas sindicais. Contudo, nos últimos tempos, com o recrutamento de jovens trabalhadores da Grundig/Blaupunkt, deram-se novos passos no sentido da revitalização da célula do Partido e do fortalecimento do movimento sindical.

Renovar a esperança

Maria Manuela Silva, de Aveiro, trouxe à tribuna do Encontro uma realidade pouco falada, a dos recém-licenciados, que somam «estágios» em várias empresas. Assim, o patronato fica com «pessoal qualificado, a quem dá uma esmola sem quaisquer encargos». Estes trabalhadores, saindo duma empresa, procuram outra, na esperança de melhorarem o seu currículo profissional. Para Maria Manuela Silva, «estamos em presença de novos proletários sem consciência da sua situação de explorados, que se sujeitam a tudo para conseguir o seu "lugar ao sol"». Alguns chegarão lá, afirma. «E os outros?», questionou, salientando a importância de o Partido lutar para renovar a esperança e combater o conformismo destes jovens.

No afã de justificar as alterações à legislação das relações laborais, o Governo, Bagão Félix, o grande capital e os seus porta-vozes desenvolvem uma manipuladora ofensiva ideológica.

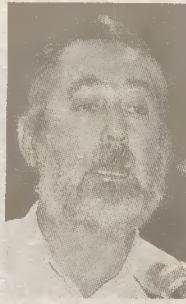
Nessa argumentação, que nada tem de novo, todos os problemas da economia se reduziriam aos baixos níveis de produtividade do País e às dificuldades competitivas da produção portuguesa. E a situação da produtividade e da competitividade nacionais resultaria, total ou fundamentalmente, de uma legislação laboral rígida. Demasiado rígida. A mais rígida da União Europeia, dizem outros, sem o demonstrar. E porquê? Porque essa legislação, segundo essa gente, não deixa mandar para a rua os trabalhadores calões.

Atente-se:

Leis rígidas e médicos do serviço público permitem o absentismo e as baixas fraudulentas; absentismo e baixas significam menos trabalhadores a produzir, menor produtividade; logo, há que alterar as leis e, já agora, de caminho, substituir-se o médico do serviço público por médicos da empresa que dá maior garantia de fiabilidade... — é assim, com este silogismo bacoco e simplismo boçal, que justificam o projecto em curso.

Nós sabemos o que eles pretendem, por detrás de toda esta argumentação: alargar e aprofundar a extracção de mais-valia, pagando menos salário, alargando a jornada de trabalho, intensificando os seus ritmos. Travar a resistência e a luta, dificultar a organização partidária e sindical, fragilizar o combate social e político. Querem uma força de trabalho móvel, disponível e dispensável, barata e precária. Dividida e sem força reivindicativa. (...)

Não responsabilizem os trabalhadores, responsabilize-se quem nos tem governado



Agostinho Lopes

Produtividade e a competitividade

(mal)! A que se devem acrescentar as responsabilidades directas do grande capital português. Pelo subinvestimento. Pelo baixo nível de I&D que fazem (contribuem para 20% dos gastos com investigação, para a média europeia de 50%). Gastam metade do valor dos seus congéneres europeus na inovação tecnológica. Pelos atrasos na alteração dos modelos de organização e gestão das empresas. Pelo fraco desempenho na qualificação e formação dos seus trabalhadores — o pior da União Europeia.

Em primeiro lugar, era bom que se tivesse em conta o avisado conselho do aqui já referido e insuspeito Paul Krugman: «A obsessão com a competitividade é tão errada como perigosa.»

Depois, era de ter em conta a definição de competitividade, que a também insuspeita Comissão Europeia perfilha: «Entende-se por competitividade um aumento sustentável dos rendimentos reais e do nível de vida das regiões ou nações com postos de trabalho disponíveis para todos os que procurem emprego.» Não parece compatível tal definição com um projecto legislativo que vai provocar redução do rendimento e do nível de vida dos trabalhadores e o aumento do desemprego.

Mas, fundamentalmente, há que responsabilizar a política de direita de sucessivos governos pela perda de competitividade do aparelho produtivo português, onde avulta, como questão central a já abordada baixa produtividade, em geral, das suas empresas. As políticas que não defendem a competitividade nacional no mercado interno. As políticas que permitem que, escandalosamente, sejam as empresas portuguesas as menos apoiadas da União Europeia. As políticas que discriminam negativa e fortemente as micro, pequenas e médias empre-

sas (mPME) portuguesas, a parte grossa do emprego português na distribuição dos fundos comunitários. Portugal é quem menos apoia as suas mPME. (...)

Não haverá em Portugal uma economia com elevadas produtividade e competitividade enquanto milhares de trabalhadores tiverem de prolongar a jornada diária de 7/8 horas por mais 4, ou mesmo outras 8 horas, no biscate ou mesmo num segundo emprego, para completar um salário de miséria!

Porque é o inaceitável modelo de trabalho flexível e inseguro que estilhaça e fractura as relações humanas de solidariedade e cooperação, impõe a descontinuidade dos projectos pessoais e a redução da perspectiva do percurso profissional ao curto prazo, com a incerteza a socavar o futuro em cada dia do presente. Com consequências dramáticas na subjectividade de cada homem e mulher, na sua disponibilidade para a cidadania, no seu tempo para a família e os filhos. Para um sociólogo norte-americano, a flexibilidade vista a partir de baixo pelos trabalhadores, «é a fragmentação do tempo, é viver em risco e ambiguidade, é perder a noção de estabilidade, é a vida feita de sucessivos agoras e de recomeços contínuos. A flexibilidade é o subtil fim da carreira profissional e o desprezo pela experiência acumulada. É também um código moral e ético novo que desliga entre si o mundo do trabalho e as sociabilidades, na família, entre amigos, ou na comunidade e na vida pública».

O que se anuncia com o Código Laboral de Bagão Félix, do Governo PSD/CDS-PP, é um desastre económico, social, cultural e político.

É, por isso, um imperativo ético e patriótico, social e político, combatê-lo e derrotá-lo.

Oposição a uma política classista

Saúdo este importante encontro que só um Partido como o nosso — Partido da classe operária e de todos os trabalhadores — tem condições para realizar. E quero dizer-vos que também no Parlamento Europeu procuramos manter esta estreita ligação aos trabalhadores, ao povo, seja na luta e defesa dos seus direitos, seja nas inúmeras visitas e contactos com diferentes sectores de actividade, incluindo em empresas e multinacionais onde os trabalhadores estão em luta pelos seus direitos, como ainda há dias na Rodhe, em Santa Maria da Feira.

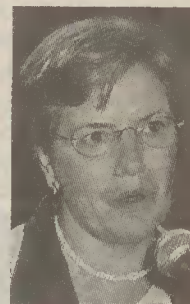
A verdade é que a crescente integração comunitária reflecte as contradições e a evolução da luta de classes no conjunto dos 15 estados-membros. E se é certo que em áreas da saúde e segurança no trabalho, dos direitos das mulheres e da luta contra a pobreza e exclusão social há aspectos positivos que importa conhecer, para exigir o seu cumprimento, há muitos outros particularmente negativos para os trabalhadores e outras camadas da população que, inclusivamente, dificultam a concretização do que de positivo existia e ainda persiste nalgumas directivas e nalguns artigos dos Tratados. (...)

Ao longo do tempo temos vindo a afirmar a nossa oposição a esta política classista que o Pacto de Estabilidade, a pretexto da introdução do euro, tem facilitado. No entanto, pela primeira vez, nota-se alguma cedência de responsáveis da União Europeia relativamente à falta de racionalidade económica, à arbitrariedade e incongruência de critérios nominais que estabelecem o mesmo limite para o défice de estados-membros com níveis de desenvolvimento diferente e, por isso, com necessidades também diferenciadas.

Claro que essa cedência não se deve aos problemas das finanças portuguesas, mas sim às enormes dificuldades que as poderosas economias alemã e francesa, e até a italiana, estão a enfrentar e às lutas que os trabalhadores também aí têm realizado. Numa época de desaceleração económica, os seus governos receiam as consequências de agravamento de tensões sociais que o cumprimento rigoroso do Pacto criaria. Daí que a Comissão Europeia tenha admitido, pela primeira vez, adiar a obrigação do défice zero para 2006, e o próprio presidente da Comissão, Roman Prodi, tenha vindo afirmar que o Pacto é estúpido. E é, como o PCP tem afirmado desde a sua criação.

Por pressão e proposta nossa, o Grupo da Esquerda Unitária Europeia, em que nos integramos, conseguiu o agendamento para a próxima segunda-feira, no plenário do Parlamento Europeu, em Estrasburgo desta questão do Pacto de Estabilidade. Esperamos assim dar mais um contributo para o princípio do fim que se avizinha, pelo menos na sua configuração actual. (...)

Como ainda esta semana se referiu na primeira mesa-redonda sobre a pobreza e exclusão social realizada na Dinamarca, e onde intervim como relatora do Parlamento Europeu, a aplicação de uma estratégia de inclusão social exige não só uma profunda revisão do Pacto de Estabilidade, nomeadamente para ter em conta as questões do desenvolvimento económico sustentável, do emprego com direitos e da aplicação de todos os direitos sociais, através da garantia de serviços públicos universais e de qualidade, como se impõe uma profunda revisão das políticas comunitárias e nacionais, designadamente monetária, de concorrência,

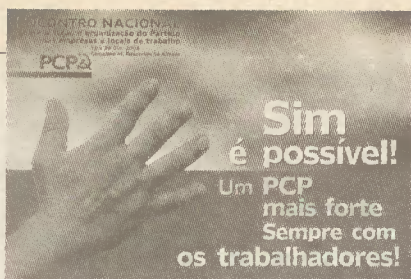


Ilda Figueiredo

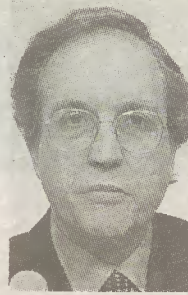
da agricultura e pescas para garantir que os principais mecanismos de redistribuição de oportunidades e recursos se tornem mais justos, dando resposta às necessidades das pessoas mais expostas aos riscos de pobreza e exclusão social, incluindo dos trabalhadores com trabalho precário e mal pago. A pobreza também se combate com emprego com direitos, melhores salários e reformas dignas e não com um pacote laboral e ataques à segurança social como está a acontecer em Portugal.

Esta situação exige uma especial atenção de todos, para que os quilómetros de papel que se utilizaram nos planos bianuais de inclusão nacional, do ano passado, não continuem na gaveta, ou sejam deitados ao caixote do lixo, como está a acontecer em Portugal, e se tenha em conta que no primeiro semestre do próximo ano se devem elaborar os novos planos de inclusão social, exigindo participação pública, objectivos precisos, medidas concretas e inscrição das respectivas verbas orçamentais.

Como se diz no documento preparatório deste valioso Encontro, também a nível da União Europeia a luta de massas potencia e influencia a acção e a iniciativa institucional, e estas animam, alertam e potenciam a luta de massas numa relação que é necessário manter, melhorar e desenvolver, numa ligação mais estreita entre o nosso trabalho no Parlamento Europeu e os problemas dos trabalhadores aqui, sendo certo que será a luta, em particular a luta dos trabalhadores, o factor determinante para responder à envergadura da forte ofensiva do capitalismo europeu e nacional contra os direitos sociais e laborais.



Intervenção de encerramento
de Carlos Carvalhas



Um encontro ao serviço dos trabalhadores, do povo e do País

O nosso Encontro Nacional culmina um conjunto de debates e reflexões sobre a acção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho.

Mas este Encontro deve ser concebido, sobretudo, como um impulso para um novo arranque no sentido de levar à prática orientações e medidas já definidas e como uma grande chamada de atenção a todo o colectivo partidário para continuar a aprofundar caminhos e métodos, com vista a cuidar e a fortalecer as profundas raízes do Partido no seio da classe operária e dos trabalhadores, de onde brota a seiva determinante da força, da natureza política, da energia revolucionária e da capacidade de intervenção do PCP na sociedade portuguesa.

Precisamos de ir avançando com medidas, de aprofundar a nossa resposta e de ter um melhor e mais rigoroso conhecimento da realidade em que actuamos.

Precisamos também de continuar a avaliar, a examinar e a colher as experiências que temos ensaiado e, sempre que possível, a generalizá-las, não como uma cópia mecânica, mas de forma crítica, ajustada e com realismo, tendo em conta que as situações são muito diversificadas.

A primeira questão que temos que colocar é a razão por que, tendo sido apontadas orientações e medidas na Conferência Nacional do Partido, em 1994 sob o lema «Renovar e reforçar a organização e intervenção do Partido no seio dos trabalhadores», no XV Congresso, em várias resoluções do Comité Central, chegámos ao XVI Congresso, apesar da revitalização e a criação de novas células e de muitos avanços, ainda com um reduzido nível de organização partidária nas empresas e locais de trabalho.

Quais as razões objectivas e subjectivas? Como superar as dificuldades? Como levamos à prática orientações justas num quadro de maior repressão e de discriminação anticomunista, num quadro de crescentes limitações democráticas no interior

das empresas, de maior precarização dos empregos e de maior pulverização das empresas?

Como estimulamos aí, nos locais de trabalho, o recrutamento?

Como tornamos mais eficazes e atractivas as formas de organização, de reunião e de intervenção?

Que formas imaginativas e flexíveis encontramos para dar resposta às formas de estar e de viver das novas gerações de trabalhadores?

Como quebramos rotinas, respostas feitas, derrotismos prévios, mas também voluntarismos estereis?

Como concretizamos medidas de direcção e de quadros para fazer progredir este trabalho?

Estas foram algumas das questões que estiveram presentes na preparação e no debate deste Encontro. É necessário avançar, e avançar na organização, tendo em conta os obstáculos, objectivos e as diferentes realidades regionais, a consciência política e de classe dos colectivos de trabalhadores, as tentativas de colocar em divisão as gerações mais idosas e as novas gerações, os imigrantes e os nacionais, os precários com os que têm contrato permanente, os empregados e os desempregados.

Não queremos ter organização pela organização, mas sim, organização para intervir, para melhor podermos defender os trabalhadores e o povo.

É certo que houve mutações e grandes mutações sociais, mas estas não fizeram desaparecer a exploração.

A situação que hoje temos no nosso país e no mundo torna cada vez mais necessária a existência de partidos comunistas interventivos, dinâmicos, influentes, ligados aos trabalhadores e às massas.

Este nosso Encontro Nacional não foi, naturalmente, concebido como uma reflexão acabada e fechada, nem teve a pretensão de encontrar orientações e soluções definitivas ou de êxito garantido para ampliarmos significativamente a presença e a

intervenção do nosso Partido nos locais de trabalho. Mas o nosso Encontro é um passo firme e empenhado para atingir os objectivos a que nos propomos. Queremos reforçar esta presença para melhorarmos e intensificarmos a nossa luta em defesa dos interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores, para que se reforcem as suas organizações unitárias, para que se afirme o seu papel na vida nacional, para tornarmos ainda mais sólida a ligação do Partido aos trabalhadores como elemento essencial da sua história, da sua identidade, da sua luta e do seu projecto.

Reforço que é também fundamental para derrotar a ofensiva da direita e para construir uma alternativa de justiça e de progresso.

E, quando falamos em reforço do Partido temos que ter em atenção a sua interligação dialéctica com a iniciativa política, com a descentralização, com a atenção permanente ao recrutamento e designadamente de jovens e mulheres, à sua organização e responsabilização, bem como, à interligação e mútua dinamização e potenciação entre o trabalho de massas e institucional.

Este nosso Encontro Nacional é mais uma significativa expressão de um colectivo generoso que quer avançar, que não deixa cair os braços, que conhece a força das convicções e a justeza da sua luta. De um Partido que não tem dificuldades em reconhecer criticamente as suas insuficiências e deficiências e que se distancia de atitudes de auto-satisfação, de prosápia e de verbalismo que conduzem à passividade, à rotina e a uma intervenção meramente tribunicia. Um Encontro Nacional de um Partido que não teme as críticas e antes as vê como estímulo à reflexão e à melhoria da sua intervenção, de um Partido que se «mantém fiel à justa ideia do insubstituível papel dos seus militantes», no debate, na reflexão, na intervenção e na definição das suas grandes orientações.



Dar firme combate à ofensiva reaccionária

Esta nossa iniciativa tem também lugar num quadro de grande ofensiva da direita mas também, de grande iniciativa política do Partido e de movimentação, de protesto e luta das forças sociais.

A greve da Administração Pública e a sua magnífica manifestação, que daqui saudamos, têm nesta conjuntura um importante significado quanto à extensão e profundidade da indignação e do descontentamento e quanto à disposição de dar combate a uma política de retrocesso ao serviço dos grandes interesses.

O primeiro-ministro, numa postura de «anjinho celestial» a que só faltavam as asinhas, disse com voz pia e compungida que compreendia o protesto dos trabalhadores da administração pública, mas que não tem outra alternativa.

Quer fazer crer que, perante a submissão ao Pacto de Estabilidade e às dificuldades orçamentais, o Governo não tem outra opção.

É falso. O Governo o que quer é que sejam os trabalhadores, os mesmos de sempre, a pagarem a factura das políticas de concentração de riqueza, das políticas neoliberais e clientelares, das políticas ao serviço das actividades financeiras, especulativas e parasitárias.

As opções do Governo são claras. Quer impor um retrocesso no regime das aposentações, diminuir os salários reais dos trabalhadores da Administração Pública e fazer deste aumento uma espécie de tecto salarial para as negociações do sector privado.

Quer aumentar a carga fiscal sobre os assalariados, actuali-

zando os escalões do IRS abaixo da taxa de inflação. E mantém o aumento do IVA, um imposto injusto que cobra 19% tanto ao multimilionário como ao que ganha o salário mínimo nacional.

Paralelamente, opta por isentar de imposto sobre os lucros (IRC) as mais-valias realizadas pelas Sociedades Gestoras de Participações Sociais e cria um regime de redução de 20% na parte liquidada em IRC, intitulada de «reserva fiscal para o investimento» que, nos termos em que é proposto, vai traduzir-se sobretudo num aumento dos lucros líquidos das empresas exportadoras. Isenta também de IRC os fundos de pensões, para tornar mais atractiva a transferência das partes mais rentáveis da Segurança Social para as sociedades geridas pelas seguradoras privadas e pela Banca, as sociedades gestoras de participações sociais.

Não satisfeito com isto, aumenta os benefícios fiscais às actividades financeiras e, ao contrário do que afirmou o primeiro-ministro, o valor dos benefícios no *off-shore* da Madeira ascende a 600 milhões de euros!

Como se vê, as opções do Governo têm um nítido sentido: apertar o cinto a quem trabalha e alargá-lo a quem sempre tem sido beneficiado e privilegiado.

Mesmo algumas operações de *marketing* para disfarçar o sentido desta política, não passam disso mesmo.

Alguns certamente lembrar-se-ão do anúncio do Governo, com grande solenidade e parangonas, de que iria reduzir e limitar as mordomias dos gestores públicos, chegando até a divul-

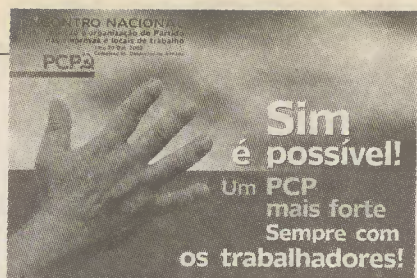
gar que tinha aprovado em Conselho de Ministros, um decreto-lei sobre esta matéria.

Foi uma vergonhosa encenação. É que o decreto-lei foi apenas aprovado na generalidade e nunca viu a luz do dia. Nunca mais voltou a Conselho de Ministros, nem sequer foi enviado para consulta às organizações dos trabalhadores. Está tudo na mesma, mas o número foi feito.

Havia e há outras opções, se o Governo não se comportasse como um conselho de administração dos interesses da banca, das seguradoras privadas, dos grandes grupos económicos e das multinacionais.

Mas não são só os trabalhadores que vão ser penalizados. São-no também as micro e pequenas empresas pelas opções erradas e injustas do Governo, através da política fiscal, da diminuição do poder de compra das massas populares, da redução do poder de aquisição das autarquias e seus atrasos nos pagamentos (estas são, em muitos concelhos, as principais aquisidoras de bens e serviços) e ainda pelas grandes superfícies, cuja concorrência desigual tenderá a aumentar. E esta política vai ter sérias consequências negativas neste sector empresarial.

As palavras do primeiro-ministro, que farisaicamente diz que o Governo não tem outras opções, são ainda mais chocantes quando se olha para a «negociata» que este fez com o Alberto João Jardim, para lhe comprar o silêncio por um ano, em contraste, por exemplo, com a sua atitude em relação aos Açores...



Intervenção de encerramento de **Carlos Carvalhas**

Paremos a guerra antes que ela comece!

Este nosso Encontro Nacional decorre também num quadro internacional em que os EUA tudo fazem para bombardear e invadir o Iraque.

E já não escondem que têm como objectivo vir a governar directa e militarmente o país após o afastamento de Saddam Hussein.

Mas o que continuam a esconder é que o seu principal objectivo está bem longe de ser o combate ao terrorismo. O seu principal objectivo é o domínio do petróleo iraquiano e o controlo desta região do mundo.

Em 15 de Setembro, o jornal Washington Post afirmava que «numa guerra contra o Iraque, o petróleo é a palavra-chave». E com alguma franqueza numa entrevista ao Wall Street Journal, o Conselheiro de Bush, Larry Lindsey, dizia que «mudar o regime iraquiano quer dizer que se pode aumentar a produção mundial de 3 a 5 milhões de barris de petróleo» e acrescentava, com candura: «se a guerra correr bem, isto será bom para a economia».

As companhias petrolíferas americanas, afastadas do Iraque depois de 1983, também não escondem a sua impaciência que, aliás, vem de longe. O presidente da companhia petrolífera Chevron, numa intervenção num clube de S. Francisco, deixou sair o que lhe ia na alma, sublinhando: «o Iraque possui imensas reservas de petróleo e de gás, reservas que bem gostaria de tornar acessíveis à Chevron». É caso para dizer, palavras para quê? É um artista americano...

Neste jogo de sombras e de cinismo em que se joga com a retórica dos direitos do homem, as verdadeiras razões de tanta obstinação por parte da administração Bush começam a ficar mais transparentes.

E, para obterem apoio para a sua acção militar, chegam mesmo a utilizar a chantagem.

O director da CIA, James Woolsey, com todo o descaramento, já afirmou que após a alteração do regime no Iraque as companhias não americanas dos países que tenham apoiado Saddam serão excluídas do petróleo iraquiano. Mais claro não se podia ser.

A opinião pública em diversos países do mundo onde se têm realizado importantes manifestações tem vindo a tomar consciência dos verdadeiros planos e objectivos de Washington. Também em Portugal essa tomada de consciência é importante quer pela guerra em si, quer porque temos um governo pronto a todas as subserviências e a todas as vassalagens. Sempre pronto a comprometer o país, a Base das Lajes e as Forças Armadas em todos os desígnios do imperialismo americano.

Saudamos, por isso, todas as acções de esclarecimento que se têm realizado e as acções de protesto já marcadas e designadamente a iniciativa da JCP junto à sede da ONU, em Lisboa, na próxima terça-feira.

A intolerável carnificina em Bali foi de imediato aproveitada por Bush que, sem pudor, viu aí novas razões para invadir o Iraque sem demoras.

Nós dizemos que é necessário combater o terrorismo e que o condenamos com toda a clareza ontem como hoje. Mas tanto condenamos o terrorismo de Bin Laden, como o terrorismo do sr. Bush.

Condenamos tanto o terrorismo individual ou de grupo, como condenamos o terrorismo de Estado. E lembramos que foram os EUA e não as forças progressistas e amantes da paz que ontem financiaram, armaram e organizaram os «Bin Ladens e Saddam Husseins» deste mundo.

Nós não aceitamos a instrumentalização da chocante tragédia do povo americano de 11 de Setembro para transformar as

relações internacionais numa cruzada do «bem» contra o «mal»; na lei do «Farwest», do «vivo ou morto»; no choque de civilizações entre o Ocidente e o Oriente; no domínio planetário do imperialismo norte-americano.

As posições e declarações de Bush e a sua pressa em pôr as «botas cardadas» americanas naquela região estratégica, mostram com evidência que o que está em causa não é a segurança dos EUA, nem a segurança mundial, nem o sofrimento do povo palestino, nem o que a política criminoso de Sharon causa ao povo israelita e palestino.

Para Bush e para a marioneta Tony Blair, só conta o cheiro a petróleo.

Quando Saddam Hussein era forte, quando as empresas americanas estavam no Iraque e aquele perseguia os seus opositores, os curdos e os comunistas, Saddam não era perigoso, era um «santo» defensor dos Direitos do Homem. Hoje com o Iraque destruído e isolado, mas sem as companhias petrolíferas americanas, Saddam já é uma perigosa ameaça para os EUA...

É a política de dois pesos e duas medidas. Nós, daqui, saudamos todos os combatentes da paz, saudamos o povo palestino e a Autoridade Palestiniana, a quem uma delegação do nosso Partido ainda esta semana manifestou directamente a nossa inteira solidariedade, e saudamos também as forças de paz que em Israel combatem a política sionista e terrorista de Sharon.

Nós continuaremos a afirmar bem alto «paz sim, guerra não» e a exigir do Governo português uma política de paz, uma posição que rejeite a subserviência e a vassalagem, uma política patriótica e de contribuição para a resolução dos conflitos pela via diplomática e política. Como afirma o nosso Partido e a JCP: «Paremos a guerra antes que ela comece!»

Inaceitável submissão

É também inaceitável a postura do Governo de submissão ao Pacto de Estabilidade. A sua política deflacionista, de redução do investimento público – ao contrário do que era necessário, quando no horizonte engrossam factores de recessão – é uma política desastrosa.

Nós acusamos o Governo de, com a sua política e com este Orçamento, conduzirem o País para a estagnação e a recessão, com todas as consequências negativas no tecido produtivo e no tecido social.

E isto quando o comissário francês, Pascal Lamy, veio reconhecer, há três dias, que o Pacto de Estabilidade é um «instrumento de gestão económico grosseiro», designando o limite do défice orçamental de 3% de «regra medieval». E quando o próprio presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, vem reconhecer que o «Pacto de Estabilidade é estúpido», como todas as decisões que são rígidas, acrescentando que não se pode ter uma Europa florescente, forte, em crescimento, sem poder ajustar as suas decisões segundos os momentos.

E este Governo, em vez de fazer pressão no sentido da sua renegociação, cala-se perante os arrogantes puxões de orelhas do comissário espanhol, Pedro Solbes. Em vez de o mandar falar com o seu par francês ou com o Prodi, o Governo submetete-se afinal a um «instrumento grosseiro», a uma «regra medieval» e a um «Pacto estúpido».

Ainda esta semana o chanceler alemão, Gerhard Schroder, disse que é necessário uma leitura flexível do Pacto de Estabilidade, permitindo ligar a redução dos défices ao cresci-

mento. E são cada vez mais os que propõem a não inclusão das despesas de investimento no cômputo do défice, ou que defendem a sua renegociação global.

A sua irracionalidade é agora tão evidente que mesmo os cultores da ortodoxia financeira e aqueles que o tinham como dogma já foram obrigados a admitir o deslizamento do objectivo do défice zero de 2004 para 2006.

Nós saudamos a mudança de posição do PS em relação a esta matéria, mas não podemos deixar de lembrar que foi o PS que juntamente com o PSD o aprovaram, nem podemos deixar de lembrar quantas acusações lançaram, ao longo dos últimos anos, contra as nossas críticas e propostas inclusive, quando defendemos que, no mínimo dos mínimos, Portugal devia exigir o protelamento do objectivo do défice zero!

É necessário romper com o Pacto de Estabilidade e com a actual orientação do BCE e estabelecer negociações para que a política orçamental e monetária impulsione o desenvolvimento, o emprego, a formação profissional. Um Pacto de Solidariedade e de cooperação que privilegie, no concreto, a «coesão económica e social» e que privilegie a convergência real das economias.

Com a submissão ao Pacto de Estabilidade, com a política contraccionista, estamos a dar passos para o abismo.

Como estamos longe do triunfalismo dos que afirmaram que estávamos no «pelotão da frente», dos que nos vendiam a «nova economia» como a tábua salvadora do nosso desenvolvimento sustentado, dos que tanto falavam de «modernidade de Portugal» e do «Portugal está na moda»!

Obrigar o Governo a recuar

rio de trabalho nocturno, estabelecer a polivalência quase absoluta, prolongar os contratos a prazo por 20 anos, alterar o conceito de retribuição e assim por diante...

Das mil malfetorias e dos mil exemplos que poderíamos dar, deixamos apenas um curto exemplo para se ter a noção do que significa no concreto o Pacote Laboral.

Na base do Acordo de Empresa do Hospital da CUF, um trabalhador que actualmente realize oito dias por mês de trabalho nocturno e mais quatro dias de trabalho diurno ao fim-de-semana, o que é frequente entre os trabalhadores da Saúde, deixaria de receber, com a legislação proposta pelo Governo, cerca de 40 contos/mês. Perderia também essas verbas nos 13.º e 14.º meses, perderia o subsídio de alimentação de cerca de 20 contos/mês, ou seja, perderia cerca de 780 contos por ano.

Este é apenas um exemplo mas que torna bem claro o que vale a «carta di lavoro» do ministro Bagão Félix.

Mas o vezo de classe, retrógrado e reaccionário, chega ao ponto de querer invadir o direito à privacidade do trabalhador e da trabalhadora, particularmente nos casos de admissão e, designadamente, em relação à gravidez.

De um dia para o outro, os que diziam que precisávamos de crescer mais do que a média da União Europeia e os vendedores de ilusões esqueceram o «pelotão da frente», a «nova economia» e remeteram-se ao silêncio. Já nem têm como consolação a Grécia em último lugar...

A resposta aos problemas do Orçamento não pode ser o caminho dos cortes cegos na despesa pública, nem a obsessão em fazer receitas de qualquer maneira; nem a privatização de posições do Estado em empresas básicas e estratégicas, que correm o risco de caírem nas mãos de estrangeiros e nos centros de decisão externos.

No quadro da União Europeia e da «globalização» e de um elevado endividamento das empresas portuguesas ao estrangeiro, a tomada de importantes e decisivos activos pelos credores ou por «testas de ferro» será uma tendência cada vez mais forte e que se acentuará com a fúria privatizadora. E haverá funções sociais do Estado e serviços públicos que, caindo na esfera privada, serão descapitalizados e degradados, tal como já se verificou noutros países e de que é exemplo a Companhia de Caminhos-de-Ferro em Inglaterra. Também a venda em hasta pública, sem critérios, de edifícios públicos, como é o caso da Faculdade de Ciências no Porto, são outras opções ridículas e erradas que os trabalhadores, o povo e o País pagarão caro. E, quando se fala no défice e se pinta com cores negras a situação, não se vê que se dêem passos decisivos e seguros no combate à fraude e à grande evasão fiscal. Continuamos a ser um paraíso para a evasão fiscal e para a lavagem de dinheiro.

Mas as opções do Governo, ao serviço dos grandes interesses, são também muito claras, designadamente no projecto do Código Laboral e nas alterações à Lei de Bases da Segurança Social. Ou o Governo quer convencer os trabalhadores de que é no seu interesse que quer dar mais causas e facilidades às empresas para despedir, reduzindo o limite de faltas injustificadas, indo ao ponto de colocar sob a alçada do despedimento com justa causa uma trabalhadora ou trabalhador que uma vez por mês chegue atrasada ao local de trabalho, ou que, imitando a legislação do Sr. Berlusconi, se concede à empresa o direito de não vir a reintegrar um trabalhador injustamente despedido depois do seu processo concluído.

Quer o primeiro-ministro convencer os trabalhadores de que é a pensar nos seus direitos que quer transformar, por exemplo, a entidade empregadora em juiz de causa própria na gestão e organização do tempo de trabalho, em que, com base num horário médio, poderia exigir jornadas de trabalho de 10 horas diárias e de 50 horas semanais pagas a singelo? Ou será ainda a pensar no seu nível de vida e no seu futuro que o Governo quer alargar das 20 para as 23 horas o início do horá-

Tal não é de estranhar de um Governo e particularmente de um ministro do Trabalho que tem manifestado as posições mais reaccionárias em relação às mulheres e aos seus direitos, à interrupção voluntária da gravidez, ao conceito de família e em relação à educação sexual nas escolas.

A secretária de Estado da Educação, falando com franqueza, disse na Assembleia da República que os professores não tinham ética para darem aulas de educação sexual nas escolas! Confrontada pelos deputados comunistas, embaraçada, desculpou-se dizendo que não tinha traquejo parlamentar, desculpa que lhe foi bichanada pelo ministro dos Assuntos Parlamentares.

Quer dizer: se tivesse traquejo parlamentar continuaria a pensar o mesmo e a ter a mesma prática; somente não o diria em voz alta na Assembleia da República. Ou, de outra maneira: se tivesse mais traquejo, actuaria com mais cinismo.

Também na Segurança Social as opções do Governo não deixam dúvidas a quem servem. Ao impor que as contribuições dos trabalhadores que venham a ser abrangidos pelos tectos contributivos se transformem em fontes de incalcul-

láveis lucros para os banqueiros e detentores das seguradoras privadas, o Governo sabe a quem está a servir e, ao impor-lhes que se sujeitem e assumam todos os riscos das suas pensões, o que pretende é que as futuras gerações de trabalhadores troquem as reformas certas e garantidas pelo sistema público, em reformas incertas ao sabor da roleta bolsista.

Para conseguir o apoio dos reformados, diz que as reformas mais degradadas se aproximarão do salário mínimo, compromisso que já está, e melhor, na orientação da actual Lei de Bases. O que o Governo pretende é provocar a ruptura no princípio da solidariedade e entregar os grandes descontos às seguradoras privadas.

O Governo persiste no ataque aos salários, às aposentações, ao vínculo de emprego dos trabalhadores da Administração Pública e, arrogantemente, afirma-se determinado a avançar com o pacote laboral, com a privatização das partes mais rentáveis da Segurança Social, com a desvalorização da escola pública, com a privatização do Serviço Nacional de Saúde.

A esta ofensiva e a esta arrogância os trabalhadores têm respondido com luta e com luta responderão. Os trabalhadores, convocados pela CGTP-IN para a jornada do dia 30 de Outubro, numa grande iniciativa de luta que não será a luta mais elevada, a luta máxima ou a última, mas que pode demonstrar uma disposição de combate, de protesto e de indignação dos trabalhadores, que obrigue o Governo aos primeiros recuos significativos.

Desviar a atenção dos problemas

O que faz correr este Governo não são os interesses dos trabalhadores, das novas gerações de trabalhadores ou reformados.

O que faz corre este Governo é a satisfação dos grandes interesses de que ele é expoente e intérprete.

Poderia o grupo Mello ter melhor ministro da Saúde do que o actual, que quer entregar os novos hospitais à gestão privada, bem como os serviços mais apetecíveis nos restantes... e ainda privatizar o vínculo do emprego público dos seus trabalhadores?

Poderiam a CIP e as seguradoras privadas ter melhor ministro do que o actual, que saiu do seu seio e que faz suas as suas principais reivindicações?

Poderiam os lobbies do complexo militar-industrial norte-americano ter melhor ministro da Defesa, para recuperar o terreno perdido, do que este «Moderno» ministro?

E poderia o actual ministro da Defesa ter melhor ministra da Justiça do que a actual, para o desembaraçar de situações incómodas e lançar cortinas de fumo, de modo a tentar secundarizar na opinião pública os seus problemas?

Os últimos tempos têm sido férteis em matéria de manobras de diversão e de «palermices» para esconder as responsabilidades pelos verdadeiros problemas do País e, designadamente, as questões éticas que envolvem o ministro da Defesa.

O recente caso do Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas e o seu emolumento por parte do Governo e do ministro da Defesa também se situa nesta tentativa de criar cortinas de fumo, para que o caso da Moderna, as malfeitorias do pacote laboral e os verdadeiros problemas da sociedade portuguesa passem ao lado.

Quem, como o ministro da Defesa, criou elevadas expectativas em relação ao equipamento, carreiras e visibilidade das Forças Armadas, quem, demagogicamente, tanto prometeu aos ex-combatentes e aos reformados, não pode ficar surpreendido com o mal-estar, os protestos e a indignação dos que agora se vêm defraudados. A pressão e a exigência que este desautorizado ministro da Defesa está a fazer para a demissão do CEMGFA não traduz por parte do Governo um ganho de autoridade, de seriedade ou de força, mas sim de fraqueza, manobrista, degradação e falta de frontalidade. Na véspera do primeiro-ministro ir ao Presidente da República, o Governo, no sentido de pressionar a Presidência, lançou anonimamente para a comunicação social a notícia de que o Governo estava a ponderar a demissão do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Esta atitude é inaceitável no relacionamento do Governo e do primeiro-ministro com o Presidente da República. Mas as coisas não ficaram por aqui. A reunião do primeiro-ministro com o Presidente da República foi inconclusiva. Ficou marcada uma nova reunião para amanhã. O primeiro-ministro recuou, desdramatizou e até desenhou um bom fim-de-semana aos jornalistas. A meio da tarde, o ministro da Defesa, através de uma fonte anónima do seu gabinete, diz à comunicação social que tinha perdido a confiança política no CEMGFA. O que é que significa isto, senão uma pressão intolerável sobre o Presidente da República? O que é isto, senão procurar fazer do Presidente da República um mero executante da exoneração do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas? Para além da falta de respeito pelo Presidente e pelas Forças Armadas, estas atitudes são uma manifestação de arrogância, de falta de sentido de Estado, que degradam as instituições, o relacionamento institucio-

nal e a democracia. São uma afronta ao Presidente da República e à vida democrática.

O ministro da Defesa é um factor de instabilidade, de descrédito democrático, e mostrou mais uma vez que não está, nem tem condições para continuar como ministro. A sua demissão, sem tibiezas, é uma exigência democrática e um acto de dignificação das instituições.

O País bem precisa de uma outra política e bem precisa de derrotar a política anti-social e retrógrada do Governo e não de manobras de diversão, de chicanas partidárias, de baixa política.

O cidadão desempregado, o professor que não encontra ocupação, o jovem a que apenas oferecem um emprego sem direitos e com baixos salários, as famílias que vêm os orçamentos esgotados, antes do fim do mês, pela sucessiva subida dos preços, que os índices oficiais não revelam, não entendem esta gritaria, esta politiquice e não entendem que não se debata e proponham soluções para os problemas.

Esta gritaria para desviar as atenções dos verdadeiros problemas é mais um contributo para a degradação das instituições e para o descrédito da política.

O não cumprimento das promessas, o fazer o contrário do que foi prometido, o fazer aquilo que nunca se disse em campanha eleitoral para apanhar os votos e chegar ao poder, como fez o PSD, é que leva os cidadãos à desconfiança, à abstenção e ao desinteresse.

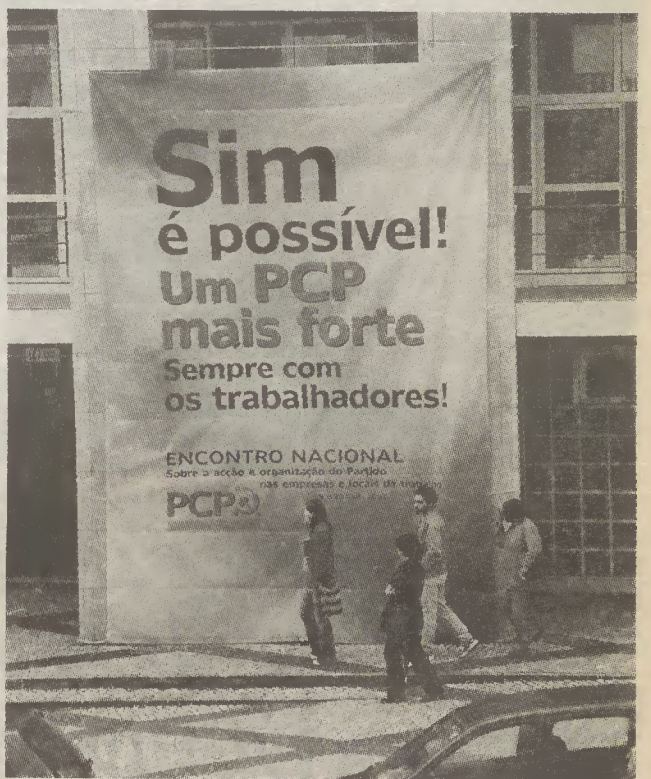
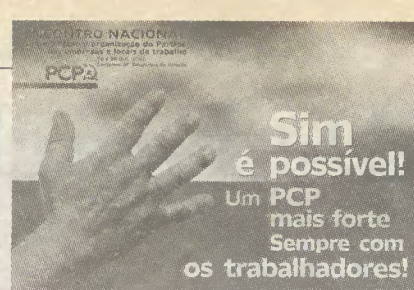
É também inaceitável que se procure meter todos os partidos no mesmo saco, procurando difundir a ideia que os partidos são todos iguais. Ainda recentemente se podia ler num conhecido periódico uma notícia com este título «todos os partidos foram financiados pela Moderna». Depois, no desenvolvimento da notícia, o «todos» eram afinal o PSD, o CDS/PP, e o PS... Nós não aceitamos estas amálgamas. É bom que se faça a diferença e é bom que o PCP marque a diferença no exercício do poder, que marque a diferença no levantamento sério e responsável dos problemas, que marque a diferença na busca de soluções e de propostas, que marque a diferença no cumprimento daquilo a que se compromete.

E creio que em todos estes aspectos o saldo é positivo.

Quem quiser olhar a realidade sem preconceitos, não poderá deixar de reconhecer que o PCP, em aplicação das orientações e decisões da sua Conferência Nacional de 22 de Junho, está desenvolvendo uma muito intensa, qualificada e diversificada actividade em torno dos problemas mais sentidos pelos trabalhadores e por largas camadas da população e que fazem do PCP, sem nenhuma dúvida, a força política mais activamente empenhada no terreno da acção, da luta, do esclarecimento, no combate à política do Governo.

Sabendo quantos acrescidos esforços isso representa e sabendo quanto isso significa do nosso apelo à generosidade e espírito de sacrifício dos militantes comunistas, assim queremos continuar: na primeira linha do esclarecimento, na primeira linha da luta e na primeira linha da apresentação de propostas alternativas à política de direita.

E por isso, após a grande jornada sobre o Pacote Laboral e a Segurança Social que acabamos de realizar, aqui anunciamos que o Partido se propõe realizar, durante o mês de Novembro, uma grande acção de esclarecimento, tendo como objectivo contactar um milhão de portugueses e que, prosseguindo a denúncia do Pacote Laboral, será sobretudo centrada sobre o custo de vida, os salários e os impostos e a desastrosa política do Governo nestas matérias.



Sim, é possível e necessário um PCP mais forte

Na actual situação internacional e nacional adquire uma decisiva importância o reforço do PCP e o reforço da sua organização e influência nos locais de trabalho e na sociedade portuguesa.

É de grande importância a nossa acção junto dos trabalhadores, para que se derrote e inverta esta política e para os combates de hoje e de amanhã.

Reafirmamos: os trabalhadores e o povo precisam de um partido como o PCP, um partido de causas e valores, um partido que receba dos trabalhadores e do povo a inspiração, a criatividade, a energia para o seu combate revolucionário mas que, ao mesmo tempo e exactamente por isso é uma força na qual podem confiar os portugueses e as portuguesas que aspiram a uma sociedade mais justa e mais fraterna, os portugueses e as portuguesas, os jovens, todos os que não perderam a capacidade de indignação perante o pântano político e social em que o Governo de direita quer mergulhar Portugal, os portugueses e as portuguesas que aspiram a uma outra política e a uma outra forma de estar na política.

Os trabalhadores, o povo e o País precisam deste Partido, da sua iniciativa, da sua intervenção, da sua luta, de um Partido que não se rende nem desiste, de um Partido que, sem qualquer auto-satisfação ou prosápia, procura dar resposta aos problemas, apresenta propostas e alternativas e luta pela sua aplicação; de um Partido de homens, mulheres e jovens para quem a generosidade, a dedicação, a militância, a energia e o empenho se centram na luta pela justiça social, pelo aprofundamento da democracia, por um Portugal de progresso, numa Europa de paz e cooperação, pelo socialismo.

• Anabela Fino
Texto e fotos

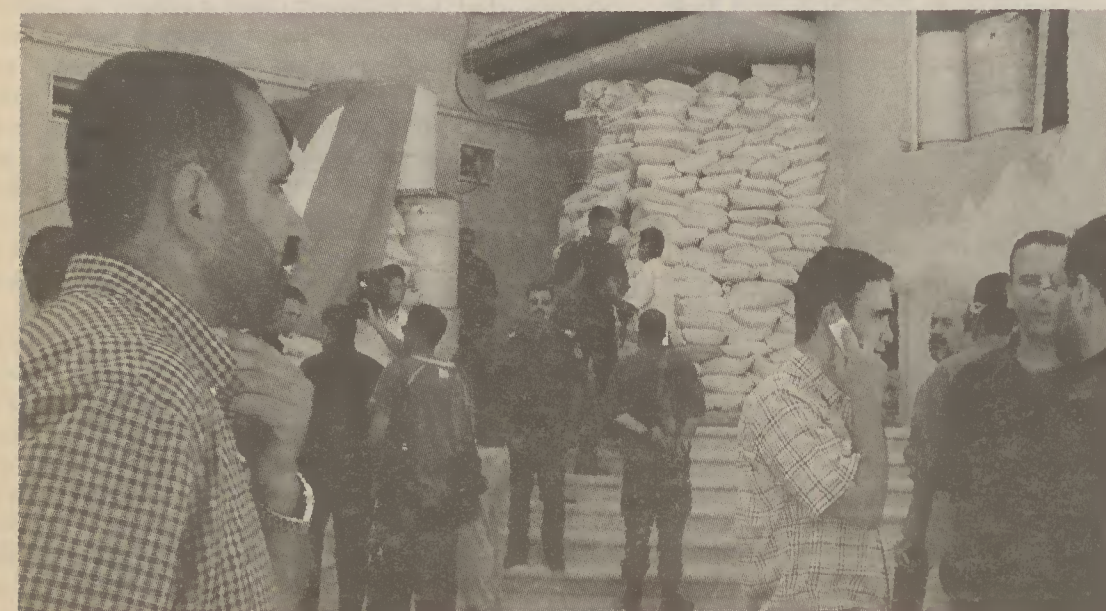
De Israel à Palestina (1)

No coração do povo

As imagens que diariamente nos chegam da Palestina ocupada, de dor e de revolta, de destruição e desespero, estão longe, muito longe, de retratar a barbárie de que está a ser vítima um povo que apenas aspira a viver em paz na sua própria terra. As próprias palavras sabem a pouco para definir a realidade que nos foi dado testemunhar. Procura-se o vocábulo mais preciso e descobre-se com espanto e susto que termos como crueldade, atrocidade, desumanidade não bastam para exprimir o que se testemunhou. O mais assombroso de tudo, no entanto, é verificar como a vida continua, cheia de sonhos e esperança, e como ninguém parece duvidar por um único momento que deste parto mais que todos doloroso vai nascer um dia a Palestina independente.

A viagem de Lisboa para Telavive, com escala em Frankfurt, ganha contornos de filme de terror quando se faz o transbordo para as linhas aéreas israelitas. Num terminal cinzento azulado onde não entra a luz do dia e facilmente se perde a noção de tempo, os passageiros potencialmente suspeitos começam por enfrentar um interrogatório cerrado e, no mínimo, provocatório. «O que vai fazer a Israel?»; «Quem a convidou?»; «Tem uma carta-convide?»; «Onde está?»; «É a primeira vez que vai a Israel?»; «Já esteve na Síria?», são algumas das perguntas iniciais. As respostas não ajudam a

Há muito que a luz do dia não entra no reduto da Autoridade Palestiniana, mas os sitiados continuam a receber diariamente a solidariedade de representantes de todas as partes do mundo. Falta agora que as principais potências mundiais reconheçam os crimes do Estado de Israel e, de uma vez por todas, o obriguem a respeitar as resoluções da ONU



desanuviar a tensão. Ficamos a saber que ser convidado do Partido Comunista de Israel não é propriamente o melhor cartão de visita, apesar do PCI ser um partido legal e estar representado no Knesset (Parlamento). O interrogatório, manifestamente político, transforma-se numa conversa de surdos: para perguntas ilegítimas não há respostas.

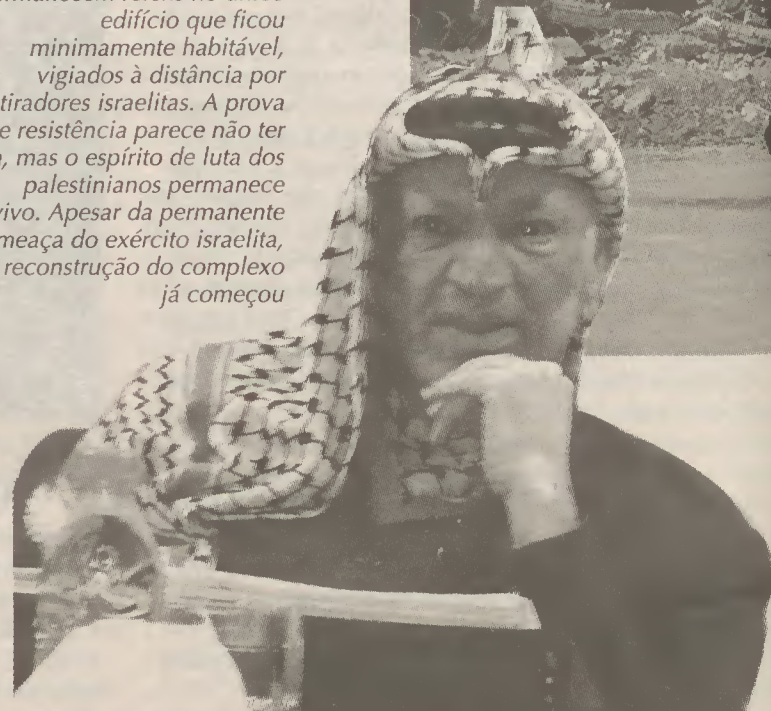
A terminar, uma provocação indigna de um funcionário de um Estado que se diz democrático: «Partido Comunista Português? Pensava que Portugal fosse uma democracia.» A resposta saiu na ponta da língua: «É por isso mesmo que temos vários partidos.» A conversa ficou por ali. Seguiu-se então a segunda fase do processo, com a revista minuciosa da bagagem. Tudo foi vasculhado e passado ao crivo de máquinas detetoras sabe-se lá de quê, desde a escova do cabelo aos sapatos, da pasta de dentes ao perfume, da roupa à máquina fotográfica, dos cremes ao gravador, da bolsa de mão ao forro da mala. Nada a registar. Quanto à passageira, descalça, de braços abertos e pernas afastadas, fez disparar o detector de metais. Falso alarme. Era apenas o zip das calças. Mais de uma hora e meia depois, a tripulação do avião dava as boas vindas a bordo à delegação do PCP ao 24.º Congresso do Partido Comunista de Israel.

«Dêem-me uma razão para estes crimes»

Em Ramallah, o que já foi o quartel-general de Yasser Arafat e as instalações da Autoridade Palestiniana (AP) não passa hoje de um monte de escombros, onde sobressai solitário e muito danificado o único bloco que o exército israelita deixou intacto. Há muito que o sol não entra no edifício, cercado de arame farpado, carros calcinados e blocos de cimento, num cenário verdadeiramente dantesco. As portas e janelas estão entapadas com sacos, e a meia centena de homens que permanece dentro daquelas paredes está na verdade reféns. Em edifícios não longe dali, à distância de um tiro, continuam

soldados israelitas, prontos para o massacre. Arafat é um dos sitiados. O que mais impressiona na sua figura é a cor das mãos, tão brancas que dir-se-iam de cera, a acentuada magreza do rosto, e o brilho intenso dos olhos. Fala com voz pausada, como quem vem de muito longe e sabe que ainda há muito caminho a percorrer. «O que está a acontecer aqui não tem paralelo em nenhum outro país do mundo, nem sequer na África do Sul no tempo do apartheid. Há grávidas a dar à luz nos postos de controlo; por causa dos cortes de estrada demora-se dias a fazer percursos de escassos minutos; muitos

Em Ramallah, o que foi o quartel-general de Yasser Arafat e da Autoridade Palestiniana foi reduzido a um monte de escombros. O dirigente palestino e mais meia centena de homens permanecem reféns no único edifício que ficou minimamente habitável, vigiados à distância por atiradores israelitas. A prova de resistência parece não ter fim, mas o espírito de luta dos palestinianos permanece vivo. Apesar da permanente ameaça do exército israelita, a reconstrução do complexo já começou



No aeroporto de Telavive, onde nos aguardava uma deputada do Knesset, a cena ameaça repetir-se, tornando manifesto que não estávamos perante uma questão de segurança, mas de confronto político. Desta vez tudo se despachou em cerca de meia hora. No momento em que Albano Nunes se preparava para enfrentar novo interrogatório, um telefonema pôs termo à função. A jovem mulher polícia ficou desapontada e foi a contragosto nos

devolveu os passaportes, sem um sorriso ou uma palavra de boas vindas. Estávamos em Israel. Cá fora, na noite quente, camaradas esperavam por nós para nos levar a Nazaré, município de população maioritariamente árabe, onde os comunistas abriram o seu Congresso com uma manifestação em que as palavras de ordem mais gritadas foram «Paz e Democracia». «Dois povos, dois Estados». Tínhamos chegado ao coração do povo.

palestinianos nem sequer têm autorização de ir de Ramallah a Jerusalém; milhares de pessoas estão impedidas de ir trabalhar; os nossos jovens não podem ir à escola sem correr o risco de serem presos, espancados ou mesmo mortos», diz Arafat. Mas isto não é tudo, sublinha o presidente da AP. «Estes assassinos que nos cercam derrubaram nos últimos dias milhares de oliveiras na Palestina. São terroristas, as oliveiras? Essas árvores estavam aqui desde o tempo dos romanos. Quantas pessoas viveram das oliveiras? Quantas ficaram agora sem o seu ganhapão? Como pode isto ser aceite pela comunidade internacional?» A lista das perguntas sem resposta não se fica por aqui. «Os nossos lugares sagrados - lembra Arafat - estão a ser destruídos, como sucedeu com a igreja de Santa Bárbara, a mais velha igreja do mundo. Israel não respeita sequer a própria história. Porque? Como explicar o vandalismo contra a imagem de Santa Maria em Belém, pintada com símbolos sionistas? Dêem-me uma razão para estes crimes!»

Desastre, desastre e mais desastre

Só no quartel-general, em Ramallah, os danos materiais causados por Israel ascendem a 50 milhões de dólares, segundo Arafat. Todas as infra-estruturas



A humilhação quotidiana

Ir de Jerusalém a Ramallah ou a Belém, ou a qualquer outro ponto dos territórios ocupados pode ser uma odisséia. Viaja-se em estradas normais, em bom estado, mas ninguém pode garantir quanto tempo demorará a chegar ao destino. A razão é simples. Algures, à entrada e à saída das localidades, existem os famigerados postos de controlo. Grossos blocos de cimento cortam a estrada, formando corredores serpenteantes para a passagem de peões e, à parte, vias estreitas para veículos. No

centro, militares israelitas comandam as operações, apoiados por outros normalmente situados em pontos altos. Estão todos equipados a rigor e ostensivamente bem armados. Uma parafernália de carros de todos os tamanhos e feitios, novos e velhos, particulares e públicos (táxis) estaciona de cada lado do posto de controlo, largando os passageiros que percorrem depois a pé a distância até ao controlo e deste até à saída do outro lado. Paira no ar uma poeira fina, persistente, que se infiltra nos



A vida dos palestinianos está à mercê dos soldados israelitas, que de forma perfeitamente alietória decidem quem pode e quem não pode deslocar-se nos territórios ocupados e entre estes e Israel



Os postos de controlo, os cortes de estrada e o cerco a que estão sujeitas inúmeras localidades palestinianas são bem elucidativas dos objectivos de Israel: humilhar o povo que luta pela sua independência, liquidar a sua economia, inviabilizar qualquer possibilidade de desenvolvimento e criar no terreno uma série de bastões



olhos, no nariz, na roupa, e fica colada ao corpo. Não há nenhum abrigo possível para o sol ou para a chuva. Homens, mulheres e crianças, novos ou velhos, grávidas, doentes, têm de suportar as filas de espera e submeter-se ao poder discricionário dos militares, quase todos incrivelmente jovens, adolescentes acabados de sair da escola.

Racismo e prepotência

À excepção dos estrangeiros, que têm de apresentar os passaportes, a identificação faz-se com cartões de cores distintas: azul para os de Jerusalém, laranja para os israelitas, verde para os palestinianos. Há um nome para isto: racismo. Alietoriamente, sacos e pessoas são revistados. De forma igualmente alietória é permitida ou não a passagem, com ou sem bagagem. De nada vale argumentar ou discutir. Ao primeiro sinal de resistência levanta-se a arma e surge a ameaça de prisão. Não resta alternativa a não ser voltar atrás e tentar mais tarde, uma e outra vez, até conseguir passar, ou desistir. Há quem desmaie ao sol e até quem dê à luz nestes postos. Os militares não se compadecem. Alguns dão-se mesmo ao luxo de gozar com quem espera, como tivemos oportunidade de verificar, dançando em frente dos carros. As próprias ambulâncias são revistadas com vagar, sem preocupações com os feridos que transportam.

Não se trata de uma questão de segurança. É de humilhação mesmo que se trata. Fora dos principais centros urbanos a situação é ainda pior. Forçados a enormes desvios e a mudar até onze vezes de transporte para percorrer escassas dezenas de quilómetros, os palestinianos deixaram de ser senhores do seu tempo e das suas vidas. Israel transforma-lhes o quotidiano num inferno, na esperança que desistam. E, no entanto, os palestinianos resistem.

Factos e números

No início de 2000, Israel impôs a mais severa restrição de movimentos nos territórios ocupados desde o início da ocupação em 1967. A Margem Ocidental e a Faixa de Gaza foram divididas em diversas zonas totalmente isoladas. O exército israelita controla o movimento de pessoas e bens dentro dos territórios ocupados, entre estes e Jerusalém Oriental e Israel através de uma densa rede de controlos militares e cortes de estrada. As restrições aos transportes e movimentos impostas a pessoas e mercadorias paralisaram a economia palestiniana e provocaram uma dramática deterioração das condições de vida nos territórios ocupados.

- O desemprego aumentou para 65%. Desde Setembro de 2000, cerca de 80 000 palestinianos perderam o seu trabalho em Israel, enquanto a quebra no consumo levou à liquidação de outros 60 000 postos de trabalho nos territórios palestinianos.
- Cerca de metade das famílias palestinianas vive com 50% dos rendimentos de que dispunha antes da Intifada, segundo o relatório do Banco Mundial de Março de 2000.
- A perda de capacidade de produção na Palestina e a impossibilidade de transportar os produtos locais para Jerusalém Oriental e para Israel fez com que a indústria alimentar ficasse reduzida a 60% das suas capacidades e que outras indústrias estejam reduzidas a metade das suas capacidades.
- Os palestinianos são forçados a depender dos produtos de Israel: o exército israelita facilita o acesso dos produtos israelitas aos mercados palestinianos deixando-os passar nos postos de controlo.
- 75% dos palestinianos dos territórios ocupados vivem abaixo do limiar da pobreza (dois dólares por pessoa).
- Em Setembro de 2000, cerca de 600 000 dos 3 milhões de palestinianos vivia na pobreza. No final de 2001, cerca de 1,5 milhões, ou seja, metade da população, vivia na pobreza. Em Abril de 2002, após a invasão em larga escala por Israel, 75% da população vivia na pobreza: 84,6% das famílias em Gaza e 57,8% das famílias na Margem Ocidental viviam abaixo do limiar de pobreza.



Greve nacional com adesão muito alta e grande manifestação em Lisboa

Estado de luta

No dia 16 de Outubro os trabalhadores da Administração Pública expressaram claramente o seu descontentamento e afirmaram a sua disponibilidade para dar seguimento à luta pelo emprego com direitos, por serviços públicos de qualidade, por salários justos e pensões dignas.

Os elevados níveis de adesão à greve, convocada pelas estruturas que integram a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, fizeram-se notar logo nos primeiros turnos, em áreas como a recolha de lixo nos maiores municípios e os serviços de funcionamento permanente em diversos hospitais. Depois, a paralisação afectou praticamente todos os sectores e

Ficou bem patente a firme disposição de lutar por objectivos justos

festação de 16 de Outubro atingiu uma dimensão inédita e terá sido, sem dúvida, a maior acção de rua da Administração Pública em Portugal. A polícia disse aos jornalistas que desfilaram mais de 30 mil pessoas; os sindicatos estimam em 50 mil o número de manifestantes.

Frente à Assembleia da República, perante milhares de trabalhadores, Manuel

esclarecimento e a mobilização.

Na resolução, nas intervenções dos dirigentes sindicais e nas intenções de milhares de trabalhadores da Administração Pública ficou já agendada a próxima etapa: uma forte participação no Dia Nacional de Luta, marcado pela CGTP para 30 de Outubro.

Combate duro

Carvalho da Silva lembrou que «o combate vai ser duro, e é por isso que nos estamos a preparar». As condições, à partida, dificultam a resistência e a luta dos trabalhadores, cujos baixos rendimentos são diminuídos cada vez que há dias de greve. Os

vínculos precários e o crescimento do trabalho em regime de contrato individual, a par do alargamento das áreas entregues à exploração privada, criam acrescidas dificuldades de organização e acção dos trabalhadores.

Contudo, o secretário-geral da CGTP declarou que os governantes «não terão condições para nos retirar os nossos direitos, eles são para ser respeitados». A determinação de lutar ficou patente, por exemplo, no facto de muitos trabalhadores, requisitados no dia da greve para cumprirem serviços mínimos, exibirem durante a jornada de trabalho autocolantes afirmando «eu faço greve».

Os níveis elevados de adesão foram alcançados vencendo dificuldades, pressões e manobras de vária ordem.

Um caso extremo foi registado pela Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. A FNSFP revelou à Lusa que vai apresentar queixa à Polícia Judiciária para que apure a responsabilidade de um documento falsificado, distribuído aos trabalhadores na noite anterior à greve, anunciando que fora desconvocada a paralisação.

Grande dificuldade em aceitar o impacto da greve e



Nas ruas de Lisboa nunca tinha ocorrido uma acção de trabalhadores da Administração Pública com a dimensão da manifestação de 16 de Outubro, referiram organizadores e participantes do desfile entre o Terreiro do Paço e o Palácio de São Bento

da manifestação demonstrou também o Governo, que produziu declarações afirmando que os índices de adesão à luta teriam sido inferiores a dez por cento — enquanto a Frente Comum avançou com um valor médio de 85 por cento.

O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) e a Fesap, afectos à UGT, anunciaram na noite da greve uma reunião para anteontem,

declarando à Lusa que tentavam realizar acções conjuntas com a Frente Comum e as estruturas da CGTP no sector. Também citado pela agência, Paulo Trindade considerou «muito importante a concertação entre todos os sindicatos» e disse que veria «com muito agrado que a Fesap e o STE aderissem à jornada de luta que está agendada para 30 de Outubro».



regiões, da educação às finanças, da justiça à segurança, da defesa ao ambiente ou à agricultura, abrangendo trabalhadores operários, administrativos e auxiliares, médicos, enfermeiros, professores, quadros de diferentes especialidades.

A greve permitiu que, de quase todos os distritos, confluíssem para Lisboa milhares de trabalhadores. Alguns sindicatos, avaliando as confirmações obtidas, cedo avançaram com previsões muito optimistas acerca da participação na manifestação que, de tarde, ligou o Terreiro do Paço a São Bento. Mas até as previsões optimistas foram superadas. Quer dirigentes sindicais, quer trabalhadores, quer mesmo observadores atentos consideraram que a mani-

Carvalho da Silva e Paulo Trindade denunciaram os efeitos graves das medidas e intenções do Governo. Nas intervenções do secretário-geral da CGTP e do dirigente da Frente Comum de Sindicatos, tal como na resolução aprovada pelos manifestantes, foi declarada a determinação de continuar o combate.

Perante uma feroz ofensiva do Governo contra o poder de compra dos salários, contra o emprego e a estabilidade dos vínculos laborais, contra os direitos dos trabalhadores no activo e as compensações consagradas no Estatuto de Aposentação, os trabalhadores e as suas estruturas representativas admitem agravar as formas de luta, e para tal vão prosseguir o



Carta a Cruz

Ao presidente da PT Comunicações, Carlos Vasconcellos Cruz, a Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom endereçou uma carta-aberta, colocando em causa a «encenação teatral» que teve aquele responsável por principal actor, no dia 4 de Outubro, durante a primeira sessão do road-show Negócio Fixo. A CT, que esperava ver na antiga FIL «uma sessão de trabalho com trabalhadores de uma das mais pujantes empresas deste país», acabou por assistir a promessas como já o anterior presidente fazia, quando confrontado com problemas que foram denunciados e se arrastam «há meses». No documento, distribuído na semana passada, critica-se o modo como o CEO da PT Comunicações caracterizou o atendimento a clientes e o facto de ter exposto as chefias ao ridículo. A CT criticou a insistência do presidente na necessidade de conter custos, lembrando-lhe que «não podem ser pedidos mais sacrifícios a quem já é tão sacrificado» e que «há serviços na empresa que não têm papel para fotocópia, tinteiros para as impressoras, canetas, ferramentas, fardamentos». Por outro lado, «as administrações gastam a granel muitos milhares de euros» e não negam «chorudos vencimentos» nas «muitas admissões de amigos e amigas».

Petrogal

Garantir sem equívocos o futuro da empresa, ao serviço dos interesses nacionais, continua a ser a preocupação da Comissão Central de Trabalhadores da Petrogal, que emitiu na semana passada um comunicado em que critica o silêncio dos responsáveis, quer da empresa quer do Governo, após Ferreira do Amaral ter dito na AR que «a refinação é um negócio que não interessa à GalpEnergia». As preocupações da CT face à afirmação do presidente do conselho de administração da GalpEnergia têm a ver com as consequências daquela afirmação para a empresa, para os trabalhadores e para o País. Em causa está, no imediato, o encerramento da Refinaria de Leça da Palmeira. A CT cita, a propósito, um relatório que veio recentemente a público, onde se alerta que tal medida «é uma questão de soberania e independência nacional», uma vez que «favorece objectivamente os interesses espanhóis e poderá inviabilizar, a prazo, a própria Refinaria de Sines». A CT ataca o silêncio comprometedor do Governo e dos partidos que lhe dão suporte parlamentar, os quais, quando estavam na oposição, condenaram o acordo para-social com que Pina Moura colocou a Petrogal sob os interesses da multinacional italiana ENI. A par das preocupações, a CT refere que os plenários e reuniões de trabalhadores «têm também evidenciado a disponibilidade e o empenhamento» para consolidar e desenvolver a empresa, «ao serviço das populações e do País, com respeito pelos trabalhadores e pelos seus direitos».

Greves, manifestações, plenários, desfiles e outras iniciativas públicas estão a ser preparadas pelo movimento sindical unitário desde o encontro nacional que, há duas semanas, aprovou o Dia de Luta.

O motivo maior é o novo pacote laboral, que o ministro Bagão Félix baptizou de «Código do Trabalho» e que, pelo que se viu no ante-projecto, é um verdadeiro «código dos patrões». A ofensiva contra direitos conquistados pela luta há muitos anos estende-se ao sistema público de Segurança Social e, mais uma vez, aos rendimentos dos trabalhadores.

Na resolução que concluiu pelo apelo à luta, a nível nacional, no dia 30, são apontadas as medidas contidas no Orçamento do Estado, designadamente no que respeita à política salarial e fiscalidade, Segurança Social, políticas de Saúde e Ensino, interpretadas como

«sinais claros de que se pretende resolver os problemas orçamentais, mais uma vez, à custa dos trabalhadores e das camadas economicamente mais desfavorecidas da população, comprometendo-se, ainda, o crescimento económico e o próprio desenvolvimento do País, o que levará, inclusive, ao aumento do desemprego». Mereceu firme repúdio a política salarial defendida pelo Governo, que aponta para a redução dos salários reais, pois pretende «que o referencial de inflação a ter em conta nas negociações, seja o referencial médio europeu, que é inferior ao português cerca de 1,8 por cento».

**A ofensiva
contra
os trabalhadores
só pode ser
derrotada com uma
resposta firme**

Indignação nas pedreiras

«Dignificar o trabalho nas pedreiras» é a principal exigência apresentada pelo Sindicato da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte e Viseu. Na conferência de imprensa que deu na semana passada, o sindicato exigiu o fim do «trabalho escravo» no sector.

Depois de recordar que nas pedreiras o trabalho é violento e desgastante e prestado sem as necessárias condições de higiene, segurança e saúde, sendo poucas as empresas que cumprem a legislação e o contrato colectivo, o sindicato denunciou as grandes diferenças entre os salários praticados no Norte e no Sul do País. O exemplo referido no documento entregue aos jornalistas é o de um operário qualificado de 1.ª: no Norte, ganha 430 euros, enquanto no Sul auferia 730.

A Associação dos Industriais de Pedra e Granitos do Norte, que o sindicato acusa de ter «uma visão conservadora da situação», rejeitou mais uma vez a proposta sindical de aproximação aos salários praticados no Sul e «queria impor aos trabalhadores um aumento salarial de 2,5 por cento». Este valor foi rejeitado «veementemente» pelos representantes sindicais e, entretanto, foi posto a circular um abaixo-assinado, em que os

trabalhadores reclamam igualdade de direitos.

Estimando que as pedreiras ocupem cerca de 15 mil pessoas, o sindicato sublinha que este «é o único sector de actividade do País em que a maioria dos trabalhadores não goza férias, nem recebe o subsídio de férias, nem o subsídio de Natal, trabalham e não recebem os feriados».

«Verdadeiramente criminoso» é o facto de haver trabalhadores sem seguro de acidentes de trabalho.

As doenças profissionais com mais graves efeitos no sector são a pneumoconiose e a silicose, por causa das poeiras, e a surdez e a doença vibratória, devido ao uso de martelos pneumáticos.

O sindicato exige medidas eficazes de inspecção, de reconhecimento e prevenção das doenças profissionais. Reivindica a reforma aos 58 anos de idade e o direito ao salário por inteiro no caso de aposentação por invalidez ou doença profissional. Vai insistir na exigência de aproximação dos salários do Norte aos do Sul. Ao Governo, ao Parlamento e às câmaras municipais de Penafiel e Marco de Canaveses vai solicitar que intervenham para satisfazer as justas aspirações dos trabalhadores — que, como sucede na prevenção das poeiras, vão também ao encontro das populações.

Acções da CGTP em todo o País

Mobilizar para dia 30

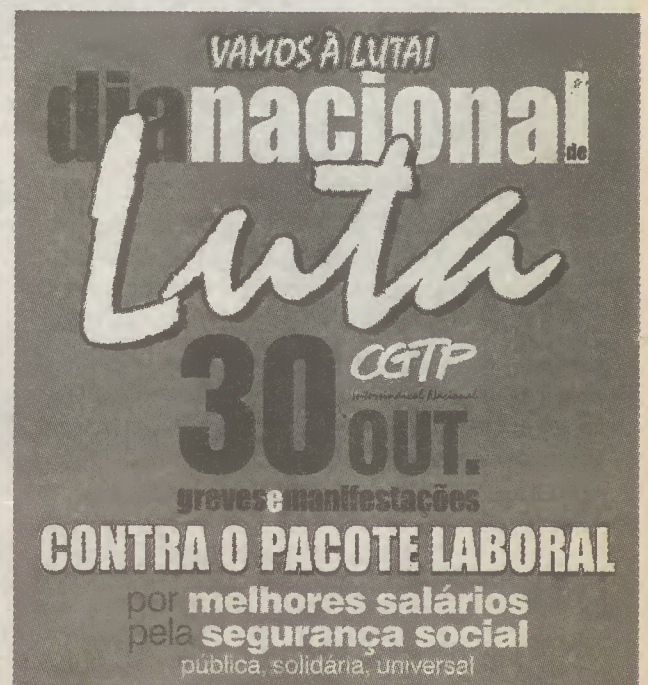
Os delegados e dirigentes sindicais da CGTP contestaram vivamente «aquilo que é apregoadado pelo ministro Bagão Félix» e demonstraram, com vários exemplos, que «o pacote laboral tem objectivos muito concretos: desregular e precarizar o trabalho; tornar os custos do trabalho mais baratos por via da redução dos salários e prestações complementares; colocar as relações laborais na dependência absoluta do poder patronal».

Depois de aprovarem a resolução, os cerca de quatro mil participantes no encontro de 10 de Outubro foram entregar o documento ao Ministério do Trabalho, em desfile desde o Pavilhão Carlos Lopes. Seguiram-se reuniões, plenários e outras formas de contacto com milhares de trabalhadores, esclarecendo as fortes razões que justificam a luta de todos. Assumidos os compromissos colectivos, as estruturas sindicais começaram a avançar com a realização das acções concretas, ao nível de empresas, sectores e distritos.

Agenda a crescer

A União dos Sindicatos de Lisboa anunciou para a próxima quarta-feira, às 15 horas, uma concentração na Praça dos Restauradores.

Até lá, e para além das iniciativas dos sindicatos, a USL decidiu ainda levar a cabo outras acções. Para ontem estava marcada na capital uma caravana automóvel contra o pacote laboral. No sábado, dia 26, a



USL vai fazer às 14.30 horas, em Alverca, uma «recepção dos dirigentes e delegados sindicais do distrito ao ministro Bagão Félix». No domingo, a partir das 14.30, decorre um encontro de imigrantes, na Torre do Tombo.

O Sindicato dos Funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras revelou, segunda-feira, que decidiu convocar uma paralisação nacional para dia 30 de Outubro, informou a Lusa, que apurou também já estarem marcadas greves pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (dias 30 e 31), pela Federação Nacional dos Professores (greve nacional de professores e educadores) e pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários e Urbanos do Norte (greve na STCP entre as 13 horas e as 18.30).

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local tornou públi-

ca a marcação de concentrações, de tarde, em Aveiro (Largo da Estação), Beja (Piscinas Municipais), Braga (Avenida Central), Bragança (Praça Cavaleiro Ferreira), Castelo Branco (Rotunda da Europa), Coimbra (Praça da República), Évora (Praça do Giraldo), Faro (Rotunda do Liceu), Guarda (Governo Civil), Leiria (Ministério do Trabalho), Lisboa (Restauradores, com participação dos trabalhadores do distrito de Setúbal), Portalegre (Rossio), Porto (Praça da Batalha), Santarém (Largo do Seminário), Vila Real (União de Sindicatos), Viseu (Largo da Feira de S. Mateus) e Funchal (Assembleia Legislativa Regional). Em muitas destas concentrações os trabalhadores das autarquias manifestam-se juntamente com os de outros sectores da Administração Pública e de empresas de diferentes ramos de actividade, como sucede em Lisboa.



Jornada do PCP

Com a participação do secretário-geral e de muitas dezenas de militantes comunistas, teve lugar na baixa lisboeta, no dia 17, uma iniciativa pública que marcou o encerramento da campanha «Andar para trás não». Carlos Carvalhas e os camaradas da

Organização Regional de Lisboa concluíram assim, com resultados muito positivos, três semanas de esclarecimento acerca do pacote laboral do Governo e da ofensiva em curso contra a Segurança Social pública e universal.



Vitor Baião, Cristina Belchior, Telma Capucho, José Nobre e Vasco Durão, membros do colectivo da JCP da CM do Seixal



Filipe Vitória, João Pedro Farelo e Aurélio Bernardo, do colectivo de jovens trabalhadores de Beja

● Isabel Araújo Branco
texto

Organizações da JCP de Beja, Moura, Serpa e Seixal aumentam os colectivos e os recrutamentos

● Jorge Cabral
fotos

Como criar um colectivo em quatro lições

A JCP está a crescer em muitas zonas do País. O Avante! foi conhecer vários colectivos formados nos últimos meses e falou com os militantes sobre a organização. Visitámos o Seixal, Beja, Moura e Serpa e descobrimos os segredos da expansão e do recrutamento.

Como se cria um colectivo da JCP? Como funcionam as organizações? Como trabalham os militantes? Naturalmente que não há uma única resposta válida, por isso fomos descobrir vários casos.

Em Beja, o colectivo de jovens trabalhadores da JCP está em formação. O responsável, João Pedro Farelo, explica que não é uma tarefa fácil porque há pouco emprego no distrito. Praticamente não existe indústria e as grandes entidades empregadoras são as autarquias, as entidades públicas, a hotelaria e as minas.

«Não se pensa no Alentejo para investir, apesar de haver possibilidades. Os jovens

encaminham-se mais para a construção civil, para o trabalho rural e para a área administrativa. É difícil formar um colectivo da empresa», garante. No entanto, a JCP decidiu apostar nos jovens trabalhadores até porque, como diz João, «é mais fácil um jovem falar com outro do que com uma pessoa mais velha do Partido».

Para João, uma das formas de ultrapassar os preconceitos e as ideias feitas em relação ao PCP é estar sempre presente e falar com as pessoas. «Quando fazemos uma distribuição, dizem-nos: "Mas vocês estão todos divididos!" Essa ideia passou, mas nós conseguimos mostrar - pela organização e pela

intervenção - que não é assim. As pessoas depois pensam: "Estes gajos discutem e sabem do que estão a falar"», refere.

«Vamos ficar muito mais fortes com estes ataques da direita. Há casos de pessoas que votaram no PSD e agora estão arrependidas. É a demagogia que se usa na política que faz desacreditar quem está lá para lutar pelos interesses dos trabalhadores. Às vezes sofremos com isso», sublinha.

Incertezas

O desemprego e a precariedade do trabalho são dois dos maiores problemas dos jovens alentejanos. «Muitos chegam ao 9.º ano e abandonam a escola. Os pais têm necessidade de começar a trabalhar e entram num mercado de trabalho que se aproveita ao máximo deles. São pessoas de 15 ou 16 anos que ainda não têm consciência

dos seus direitos e interessam-se em ganhar aquele dinheiro», refere João.

Muitos optam por trocar o Alentejo pelos grandes centros no litoral. Outros arranjam trabalhos sazonais no estrangeiro. «Estão seis meses lá fora, depois voltam e ficam um mês a trabalhar

no campo. "Há a vinha, vamos à vinha. Há o pêro, vamos ao pêro." Não há estabilidade na vida deles. Nunca sabem o dia de amanhã», comenta.

O futuro de Filipe Vitória também é indefinido. Licenciado em História, este militante da JCP trabalha numa

igreja de Beja em animação turística. As suas habilitações são muito superiores às requeridas, mas foi o único emprego que arranjou. Mesmo assim, em Janeiro, quando o contrato de um ano terminar, terá de procurar outro trabalho.

«Nunca é uma coisa fixa



«Tentei aguentar, mas não resisti»

Quem pensa que é fácil criar um colectivo da JCP numa câmara municipal presidida pela CDU, desengane-se. Que o digam os nove militantes do colectivo da CM do Seixal, formado no início deste ano.

«A abordagem tem de ser necessariamente diferente, tem de haver cuidados, na tentativa de esclarecer e resolver problemas que surgem sempre. Mesmo que consigamos separar as águas e intervir, mesmo tendo só a perspectiva dos trabalhadores e dos direitos, haverá sempre pessoas que possam pensar que estamos fazer um frete ou que não queremos mexer em certas coisas porque há uma afinidade política. É um bocadinho difícil», confessa Vasco Durão, de 23 anos, impressor de artes gráficas.

«Dentro da dificuldade talvez seja bom, porque obriga a uma maior discussão na nossa organização, na JCP e no Partido para que as coisas se consigam resolver da melhor forma», comenta. «Temos a consciência de que, se tivermos um papel de laxismo, isso acaba por se reflectir negativamente na imagem do Partido e dos seus militantes. Se não batermos o pé é muito perigoso, porque acaba por tirar crédito. Sem entrar

em choque, não podemos deixar passar situações injustas. Obriga a um esforço redobrado, a um trabalho mais dedicado, a pensarmos com mais tempo. Mas também é gratificante. Obriga-nos a crescer mais depressa.»

Essa evolução está patente nos resultados alcançados pelo colectivo e pelos seus elementos. Três deles são delegados sindicais desde Março, um pertence à Comissão de Higiene e Segurança e outro aos Serviços Sociais. Ao longo dos últimos meses as actividades têm aumentado, desde a distribuição de panfletos até aos convívios, passando pelos debates.

O reforço da organização e o esclarecimento é a grande aposta deste colectivo. Para isso estão a preparar um novo folheto sobre o Pacote Laboral. «Uma coisa simples, sem muitas letras, atractivo, para chegar directamente aos jovens», como explica Cristina Belchior, administrativa. Com o mesmo objectivo organizaram recentemente um debate, com a participação de Jerónimo de Sousa. Telma Capucho, responsável concelhia da JCP, recorda que «só depois de o ouvirem é que muitos

jovens perceberam o que é o Pacote Laboral. Começaram a questionar-se e a ficar apreensivos. A ideia inicial era que aquilo não os ia afectar», conta.

«Foi uma festa...»

Vitor Baião, serralheiro, e José Nobre, operário da construção civil, tornaram-se militantes da JCP este ano. «Quando me inscrevi foi uma grande festa», diz Vitor. «Eu sabia mais ou menos quais eram as propostas e as ideias do Partido. O meu pai levava o Avante! para casa e eu tinha aquela curiosidade em ver o que lá estava. Foi por aí... e também gostava deles», diz, olhando para os camaradas. «Eu tentei aguentar um bocadinho, mas não deu, não resisti. Eu achava que na altura ainda não estava preparado, mas agora vejo que foi tarde de mais. Não devia ter aguentado tanto tempo. Pensava que tinha de saber mais para pertencer à JCP. Agora acho que é uma questão de aprendizagem contínua.»

José Nobre tem um percurso invulgar.

Militante do PCP há alguns anos, inscreveu-se na JCP em 2002, depois da formação do colectivo. «Vim para a Câmara e mais tarde tornei-me militante do Partido. Depois apareceu o Vitor a convidar-me para pertencer à JCP. Quando entrei para o Partido já queria ver como era a JCP e estar mais em contacto com os jovens. Já fui um bocadinho tarde... Tem sido uma experiência boa. O trabalho e a convivência são diferentes.»

Delegado sindical, Vitor considera que há muitos preconceitos contra os comunistas. «Através da comissão sindical é mais fácil chegar aos outros. As pessoas mais velhas estão preocupadas por causa das reformas. Os jovens estão numa situação mais complicada. É muito mais fácil chegar a eles pela conversa do que pelo papel.»

Cristina, também delegada sindical, nota que os colegas estão «assustados com o Código Laboral e a questão da segurança social. Há muitos jovens que ainda não estão esclarecidos e nós, mesmo através da Comissão Sindical, podemos esclarecer.»



Distribuição de panfletos nas escolas secundárias de Moura e de Serpa



para poder pensar em comprar uma casinha e ter outro tipo de projectos. Quem é mais prejudicado são os jovens. Entram para o mercado de trabalho com alguma esperança, mas esta morre logo. O pacote laboral vem agravar a precariedade e provocar mais incertezas na vida dos jovens», garante.

É por isso que considera importante pertencer à JCP. Aurélio Bernardo, outro

militante, apresenta outras razões. «Antes de mais, ser militante é não estarmos, impávidos e serenos, a observar o que se vai passa-

«Quero compreender melhor as questões e ficar a saber mais», diz Ana

do. É estarmos atentos e intervir das mais variadas formas no meio em que vivemos para que isto dê uma volta. Há uma grande apatia na população. As pessoas andam iludidas, pensam que não há nada a fazer, que isto com o tempo vai lá», afirma.

João, Filipe e Aurélio têm participado na preparação do Congresso da JCP e valorizam a reunião magna dos jovens comunistas. «O Congresso vai ser um momento importante de afirmação da JCP. Conheço a JCP há cinco ou seis anos e hoje estou muito mais contente com a organização, porque há uma maior ligação aos militantes, aos colectivos, aos problemas. Há mais contacto e a JCP está a crescer. Mas é preciso crescer ainda mais», declara João.

«Quero ficar a saber mais»

Diogo Farinha, de 17 anos, pertence ao maior colectivo da JCP do distrito de Beja, o colectivo de Pias, vila onde mora. Está a acabar o 12.º ano em Serpa e possivelmente para o ano vai seguir Medicina em Espanha. Apesar de ter média de 17 valores, sabe que isso não é suficiente para tirar o seu curso nas faculdades portuguesas. «É triste, com a falta de médicos que há, o ensino continuar a ser elitista», lamenta, dizendo que é um privilegiado por os pais terem condições económicas que lhe permitem sair do País para continuar a estudar.

Diogo é um dos 80 militantes do colectivo de Pias, um grupo, nas suas palavras,

«muito unido». Os jovens comunistas são os mais activos não só na vida política, mas também cultural. O Centro de Trabalho de Pias está a ser restaurado por eles e pensam já nos melhoramentos do bar, importante fonte de receitas para a organização.

Raquel Neves, colega de escola de Diogo, pertence a um colectivo mais modesto, o de Serpa. «Aqui está na moda ir para o PSD. As pessoas pensam que, por ir para lá, vão ganhar mais dinheiro. Agora estamos a descobrir mais gente para entrar para a Jota. Na minha turma descobri mais três.»

Uma das motivações para Raquel entrar para a JCP foi

o convívio, mas «agora estou por causa das propostas do comunismo». «Nós lutamos pelos ideais do passado, do presente e do futuro. Os outros pensam apenas no que está a acontecer agora», acrescenta. A decisão de Raquel não agradou aos pais, mas estes estão a habituar-se. «A minha mãe agora até gosta, porque não é só por aquilo que eu quero como jovem, mas o que eu quero para o País.»

Raquel planeia ir ao Congresso da JCP, porque quer «ficar mais ciente» do que se passa e das propostas apresentadas. «Quero compreender melhor as questões e ficar a saber mais», diz.

«Não basta pensar, é preciso ir à luta»

O Colectivo do Sobral da Adiça da JCP foi formado em Abril. Antes dessa data não havia um único militante naquela localidade do concelho de Moura, no Baixo Alentejo. Hoje são 18, quase todos estudantes.

Gabriel Ramos tornou-se militante quando foi contactado por elementos da JCP de Beja e tornou-se a pedra fundadora do colectivo. «Simpatizava com o Partido, mas não tinha um elo de ligação», afirma, explicando que foram os ideais e a necessidade de lutar pelos jovens que o levaram a entrar para a organização.

Encontrámo-lo à porta da Escola Secundária de Moura, a distribuir panfletos da JCP, no intervalo das aulas. «Há uma forte adesão. A influência da JCP na região tem vindo a diminuir mas estamos a lutar. No Sobral estamos em vias de recrutar mais gente. Quando falamos com as pessoas a reacção em geral é boa.»

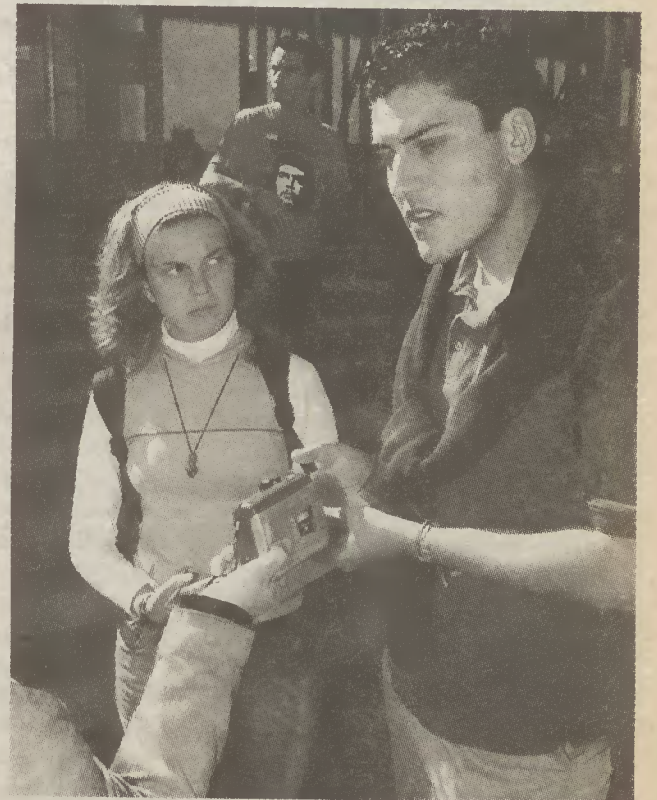
Sendo o primeiro militante do Sobral da Adiça, coube a Gabriel a responsabilidade de contactar outros jovens. «Foi fácil. Comecei a recrutar primeiro os filhos de pessoas do Partido. Esses foram logo. Com as outras pessoas foi diferente, tive de explicar o que é a JCP e o que pretendíamos fazer. Lutar pelos nossos direitos era uma coisa que não se verificava. As pessoas abandonaram-se. Há pouco tempo é que se criou uma associação de jovens e foi aí que começaram a preocupar-se mais com o Sobral. A JCP dá sempre aquela ajuda e impulsiona as pessoas. Queremos dar motivação para não se deixarem levar pela vida», afirma.

Ana Almeida também faz parte do colectivo. «A princípio estava um bocado de pé atrás, por ser um partido. Depois falei com o Gabriel e ele explicou-me que era para defender os nossos direitos e eu entusiasmei-me. Há muita coisa que está mal e nós temos de lutar.»

Ana assegura que as suas expectativas foram superadas. «É melhor do que eu pensava. Tinha aquela ideia dos partidos... mas afinal não tem nada a ver. Nós aqui estamos a defender as nossas perspectivas e a fazer-nos ouvir. Isso é importante. Não basta pensar e ter as nossas opiniões, é preciso ir à luta.»

Que futuro?

Gabriel pretende seguir gestão ou economia e Ana quer ser enfermeira. Estão a acabar o ensino secundário e, mesmo tendo boas médias, sabem que o seu futuro está em aberto. Tudo depende do resultado dos exames que fizerem no fim do ano lectivo. Pensam já no mercado de trabalho. «Esse é um dos problemas da juventude. Gasta-se muito dinheiro no ensino superior e depois

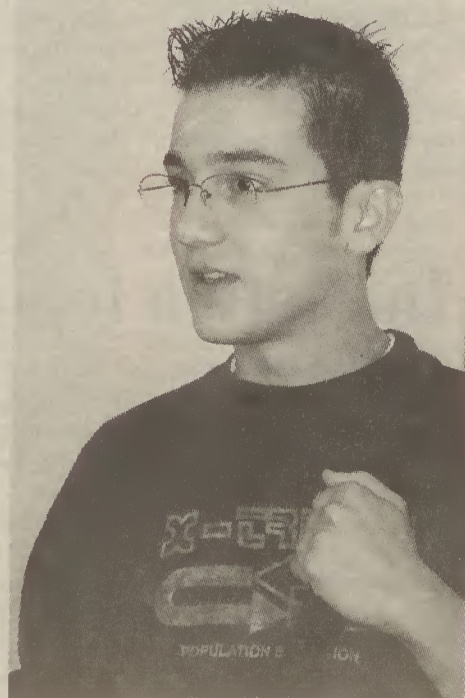


Ana Almeida e Gabriel Ramos do Colectivo do Sobral da Adiça

vemo-nos sem emprego», diz Gabriel. Ambos gostariam de trabalhar na sua terra, mas sabem que isso será difícil. «Se a Ana viesse para aqui, seria para trabalhar para o Centro de Saúde de Moura e é difícil arranjar vaga. Eu possivelmente também terei de ir para uma terra maior», lamenta.

Mas estes não são os únicos problemas de quem vive no interior do País, numa zona altamente desertificada. Gabriel e Ana sentem falta de infra-estrutura, como um pavilhão desportivo e uma boa biblioteca, e queixam-se da pouca vida cultural. Outro problema é o número reduzido de transportes públicos, que os obriga a sair de casa muito cedo para ir para as aulas e a voltar só ao fim da tarde.

«O Congresso da JCP vai ser importante, porque vai discutir pontos essenciais da vida dos jovens», assegura Gabriel. Para o concelho de Moura, já tem uma estratégia: «Vamos tentar fazer recrutamentos e criar colectivos nas outras freguesias e depois arrancam para Moura, para fazer um colectivo mais forte. Já temos contactos com jovens de S. Aleixo da Restauração e da Amareleja.»



Raquel Neves, de Serpa, e Diogo Farinha, de Pias

Governo a reboque e ao serviço de Santana Lopes

Cada vez se torna mais claro que Santana Lopes está a vender caro o apoio que dá a Durão Barroso. De semana para semana Santana coloca a fasquia mais alta. E cada nova cedência, cada novo serviço correspondem a novos 'superêxitos' da Praça do Município.

Alguns exemplos claros

A situação começou a ficar clara quando Santana Lopes se antecipou ao país autárquico todo e contraiu um empréstimo de 80 milhões de euros. Uns dias depois, todos os restantes autarcas, incluindo os do PSD, são absolutamente impedidos pelo Governo de contraírem novos empréstimos. Santana sabia-o, pois afirmou sem peias em sessão da CML que tinha falado com Manuela Ferreira Leite sobre isso. Ou seja: foi avisado e antecipou-se. Pouco depois, surge o caso do Parque Mayer e do casino. Santana retarda até ao limite o anúncio da 'solução' que teria encontrado para o Parque, já que falhara a sua promessa eleitoral de que em Setembro deste ano o parque estaria em pleno funcionamento. Mas veio prometer um casino. Nem houve tempo de respirar, e já o Governo autorizava a Estoril-Sol a alargar para o centro de Lisboa a sua concessão de jogo... Soube-se depois que afinal tudo já estaria negociado muito antes com o Governo e com a Estoril-Sol, ao ponto de a sua accionista Amorim ter 'arriscado' uns milhões comprando o Parque ou parte dele à Bragaparkes - empresas que detêm na Cidade outros interesses e seguramente de muitos deles ainda se falará um dia. Mas quanto ao Parque Mayer, a CML e a Assembleia Municipal ainda têm muitos debates a fazer com os lisboetas antes de qualquer decisão definitiva. Posteriormente, mais um caso.

A muitos pareceu extemporâneo, logo depois, que Santana Lopes viesse propor a suspensão parcial do Plano Director Municipal e alterações ao Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), de modo que fosse possível começar a construir em altura para lá da actual linha definidora da beleza de Lisboa. Muitos acharam que Santana Lopes se tinha precipitado, já que as alterações ao RGEU competem ao Governo. Pura ilusão. Sabe-se agora, consultadas as Grandes Opções do Plano, que essas alterações ali aparecem vertidas em proposta governamental: um Governo a reboque e ao serviço de Santana Lopes.

«Folclore» no Parque

Entretanto, e como coisa simples, a maioria da CML (PSD mais PP) gastou 150 mil contos em luz, som e cenários no actual Parque. Tudo para que se pudesse dizer que esteve iluminado e utilizado aos fins-de-semana durante o mês de Setembro. Isto constitui de facto uma mistificação muito cara, para não dizer uma 'mentira' descarada. A um produtor privado de espectáculos apoiante de Santana, pois claro, foram entregues mais 17 mil contos para produzir 'animação no Parque'. O qual assim se está a transformar numa óptima fonte de chorudos rendimentos para alguns. Facturas. Ou, como alguém já disse:

'não há almoços de borla'. Cá se fazem, cá se pagam. E entretanto já são milhares e milhares de contos desperdiçados em banal agitação no Parque.

Privatizações à vista

Está em curso o debate em torno de uma proposta do PSD para se proceder à reestruturação dos serviços da CML. Independentemente de outras apreciações, desde logo salta à vista a intenção de esvaziar alguns sectores e preparar a sua privatização. Um modelo que já se conhece. E a privatização do sector de higiene urbana é mesmo antecipadamente 'prometido' em comunicado de imprensa. Outra 'moderna' forma de fazer política, esta, de ir dizendo sem afirmar.

Mais despedidos no Desporto...

Numa concepção algo estranha do Desporto, e fazendo tábua rasa quer das iniciativas que consubstanciam os planos de desenvolvimento desportivo quer das expectativas de juntas de freguesia, escolas e colectividades de atletas de todas as faixas etárias e estratos sociais, o novo vereador do Desporto, Pedro Feist (CDS-PP), tomou já algumas decisões fatais para qualquer projecto sério: recusa manter em vigor qualquer critério conhecido de atribuição de apoios ao Movimento Associativo, preferindo, claro, a modalidade do subsídio aos amigos. Acresce que não há qualquer clarificação sobre a realização dos Jogos de Lisboa - a maior iniciativa desportiva da Cidade. Mas pelo rumo que tomam os despedimentos sucessivos, os Jogos estão comprometidos. De facto, recentemente receberam carta de despedimento mais 46 técnicos e auxiliares.

... a juntar aos da Educação e de áreas sociais

Esta situação tem levantado os maiores protestos e vem juntar-se a outras recentemente criadas, como foi o caso daquele simulacro de protocolo que foi o negócio da privatização da Educação Física nos Jardins de Infância e nas Escolas do 1.º Ciclo, mediante um contrato chorudo de um milhão de contos com uma empresa privada - por interposta Federação de Ginástica, presidida pela mesma pessoa que a citada empresa. E ambas se somam à 'dispensa' de técnicos de apoio social no Casal Ventoso e outros casos da área social. Uma sangria que não pára.

Câmara fecha piscina

Recentemente, mais uma situação bizarra surpreendeu os lisboetas. Uma das melhores e mais bem equipadas piscinas municipais foi encerrada... pela própria Câmara. Desencontros entre vereadores do CDS e do PSD levaram a que os praticantes, tendo pago, ficassem privados da natação. Tudo porque faltava uma licença, que devia ter sido passada por outro serviço da mesma Câmara. Um episódio bizarro. Enquanto os serviços passavam a licença, devia permanecer aberta a piscina, continuando o seu bom funcionamento. Mas não. Piscina municipal fechada, cidadãos privados da prática desportiva diária.

PCP vota contra Orçamento do Estado para 2003 Sacrifícios e privilégios

«O mais injusto dos últimos anos.» Assim definiu o PCP o Orçamento do Estado para 2003, cuja discussão, iniciada anteontem, termina hoje acompanhada da votação na generalidade.

Vários foram os exemplos apontados que convergem para essa avaliação profundamente negativa de um documento que impõe sacrifícios à população e aos trabalhadores e confere privilégios ao grande capital financeiro. E que justifica o voto contra, já anunciado, do PCP.

O Orçamento é o oposto do que o PSD e o CDS/PP prometeram ao País

No fundo, o mesmo binómio de sempre, o que levou Carlos Carvalhas, dirigindo-se ao Primeiro-Ministro, a questionar sobre a «autoridade» e o «critério de justiça» que leva o Governo a pedir «compreensão» aos trabalhadores da administração pública por uma política que lhes pretende diminuir os salários reais, enquanto, paralelamente, isenta de impostos sobre os lucros as mais-valias obtidas pelas Sociedades Gestoras de

Participações Sociais ou aumenta os benefícios fiscais às actividades financeiras.

Sendo esta uma questão substantiva, pela qual se define também a natureza de classe das políticas, foi claro que a ela se furtou Durão Barroso. Preferiu fixar-se na repetição do discurso de

que o Orçamento de Estado para 2003 é de rigor e «estímulo à economia» e em insistir na necessidade do controlo orçamental para a convergência com a União Europeia.

Só que este Orçamento, como assinalou o deputado comunista Lino de Carvalho, é «exactamente o oposto do que o PSD e o CDS/PP prometeram ao País». É-o, demonstrou, no aumento dos impostos sobre quem trabalha, na forte diminuição do poder de compra

dos que auferem menores rendimentos, na diminuição dos salários e direitos dos trabalhadores da administração pública, no incumprimento da Lei de Bases da Segurança Social, no forte aumento da carga fiscal sobre as micro e as pequenas empresas, na diminuição do investimento do Estado em áreas sociais fundamentais, como a Educação, bem como na Formação, na Cultura, na Ciência e Tecnologia, na Saúde ou no Ambiente.

Marcado igualmente pela «completa falta de credibilidade das projecções macroeconómicas e de receitas fiscais» - outra das acusações da formação comunista -, o Orçamento do PSD e do CDS/PP foi ainda criticado por Carlos Carvalhas por evidenciar uma clara submissão ao Pacto de Estabilidade», o que, advertiu, engrossará «os factores de estagnação e de recessão», com todas as consequências negativas daí decorrentes nos planos do tecido produtivo, do desemprego e do tecido social em geral.

Machadada no direito à habitação

A maioria de direita impediu, na passada semana, a discussão em plenário de um projecto de lei do PS para a reposição do crédito bonificado à habitação. Socorreu-se, para o efeito, de um parecer que considera inconstitucional aquele diploma, o qual, depois de submeter a votos, fez aprovar. Todos os restantes partidos votaram contra o parecer emitido pela comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, depois de aceso debate marcado por duras críticas ao Governo.

A principal alegação deste foi a de que o diploma violava o direito de iniciativa exclusiva do Governo em matéria orçamental. Argumento que o deputado comunista António Filipe rebateu afirmando que a questão de fundo reside «na vontade do PSD e CDS/PP em impedirem a discussão sobre o crédito bonificado».

«A questão processual invocada pela maioria, essa, é bastante fraca, porque, a ser assim, qualquer matéria ins-

crita em Orçamento seria de reserva exclusiva do Governo», sustentou.

A reter, da posição assumida pelas bancadas do PSD e CDS/PP, fica a certeza de que o crédito bonificado à habitação não será reposto no Orçamento de Estado para 2003, após ter sido suspenso no Orçamento Rectificativo do corrente ano.

Uma ideia reiterada na sessão plenária seguinte, faz hoje oito dias, com o chumbo de um outro diploma (PS) preconizando a criação de uma base de dados relativa aos contratos de empréstimo bonificados para a compra de habitação. Este era um diploma que os seus autores desejavam que fosse complementado do anterior que repunha o crédito bonificado à habitação.

O tom geral foi de novo a crítica à suspensão do crédito bonificado à habitação imposta pelo Governo no Orçamento Rectificativo.

Uma medida que, no entender da bancada comu-

nista, para muitos jovens e famílias carenciadas, tem uma tradução simples: a impossibilidade de aceder à habitação própria. Disse-o Bruno Dias, sublinhando como, por esta forma, foi dada uma «machadada definitiva» no que era uma «medida de incontestável alcance» social, que significava para muitas famílias a «diferença entre poder e não poder levar por diante os seus projectos de adquirir casa própria».

Por si desmontados foram ainda os argumentos invocados pelo Executivo quanto a uma alegada poupança da despesa pública e, noutra plano, quanto à existência de fraudes.

No primeiro caso, frisou, reportando-se ao Orçamento do Estado para 2003, tal medida «nem sequer se traduz em quaisquer poupanças». Quanto ao segundo aspecto, ao «tentar justificar o injustificável», concluiu, o Governo «passou um atestado de desonestidade às famílias e aos jovens portugueses».

Iniciativa legislativa popular

É consensual entre os partidos a ideia de que aos cidadãos deve ser conferido o direito de propor iniciativas legislativas. Onde as divergências surgem é quanto ao número de assinaturas necessárias para o efeito. Foi o que evidenciou o debate, faz hoje oito dias, na Assembleia da República, em torno de quatro projectos de lei. 25 mil assinaturas é o número

defendido pelo PSD e CDS/PP para uma iniciativa legislativa popular, enquanto o PS considera que o número deve situar-se em cerca de 20 mil eleitores, o que corresponde a 0,3 por cento dos cidadãos recenseados. O PCP, por sua vez, considera que o número a exigir deve ser muito inferior e estabelece como termo de comparação as assinaturas necessá-

rias para a constituição legal de um partido - cinco mil -, enquanto o BE acha que o número mínimo deve ser de quatro mil assinaturas.

No que se refere às matérias susceptíveis de ser objecto de iniciativa legislativa popular, apenas estão vedadas as que respeitam à questão orçamental e as que constituam reserva legislativa de determinadas entidades.

PCP denuncia política de ataque a direitos dos trabalhadores e ao funcionamento de serviços

Governo põe em xeque funções do Estado

O PCP acusou o Governo de utilizar uma «cortina de fumo de demagogia geral» para tentar esconder a gravidade das medidas que quer impor ao país e aos portugueses.

A denúncia partiu do líder parlamentar comunista, Bernardino Soares, que, sem deixar de aludir aos sacrifícios e ao agravamento das dificuldades impostas sempre aos mesmos, não escondeu a sua particular preocupação com o que se passa na administração pública. Sector em relação ao qual, alertou, existe uma estratégia concertada no sentido da «destruição do vínculo de emprego

O Governo utiliza o aparelho de Estado para fins partidários

público, dos direitos dos trabalhadores e da própria administração pública como garante de direitos dos cidadãos e do funcionamento do Estado».

Falando no plenário da Assembleia da República, em declaração política, numa das sessões da semana transacta, Bernardino Soares responsabilizou o executivo de Durão Barroso pelo «enfraquecimento do Estado». Isso é patente, considerou, quando «atrofia os serviços ao proibir as contratações ou renovações de contratos, criando reais dificuldades de funcionamento» visando, em alguns casos, facilitar «operações de privatização».

Este seria apenas o primeiro de um conjunto de casos apontados pelo líder parlamentar comunista onde são manifestas as incidências negativas sobre a acção e papel do Estado em consequência das políticas do actual Governo.

«O Governo enfraquece o Estado e desrespeita os trabalhadores da administração pública quando os atira para um novo quadro de disponíveis, agora chamados de supranu-

merários, ofendendo a sua dignidade e os seus direitos fundamentais enquanto trabalhadores», frisou Bernardino Soares, entendendo que idêntico «enfraquecimento» ocorre quando quer «destruir o vínculo de emprego público», empurrando os trabalhadores para o contrato individual de trabalho, ou quando «nega a dezenas de milhares de trabalhadores os direitos e expectativas existentes em relação à sua aposentação».

O mesmo se passa, na perspectiva do deputado do PCP, quando pretende «condenar mais um ano os trabalhadores da administração pública à diminuição real dos seus salários, com a agravante de querer fazer dos sindicatos os seus capatazes e de empurrar para eles a responsabilidade de repartir que o Governo não quer dar».

Considerada «particularmente chocante» pelo presidente da formação comunista foi ainda a atitude do Governo de, ao mesmo tempo que exige sacrifícios salariais e de direitos aos trabalhadores da administração pública, meter «na gaveta a diminuição dos benefícios fiscais e regalias dos administradores e gestores públicos».

Como é escandalosa a ocupação do aparelho de Estado por «boys» do PSD e do CDS, de que é exemplo a leva de 18 nomeações para directores distritais de segurança social, depois da exoneração em bloco dos anteriores ocupantes do cargo levada a cabo por Bagão Félix.

Da mesma forma, acrescentou, que «não passam despercebidas as utilizações do aparelho de Estado para fins partidários», como a escandalosa convocatória dirigida aos directores dos centros de saúde e seus colaboradores para estarem presentes numa iniciativa do PSD e do CDS-PP feita pela sub-região de saúde do Porto e pelo seu coordenador.

«Neste momento estão em causa importantes direitos dos trabalhadores. Mas está também em causa a defesa do Estado e da administração pública como garante de soberania, da prestação do serviço público, do assegurar das funções que lhe estão atribuídas», advertiu Bernardino Soares.



Foi de inequívoca rejeição à política do Governo a resposta dada na rua, frente ao Parlamento, pelos trabalhadores da administração pública

PCP denuncia grave procedimento e requer audição urgente

GNR vigia conflitualidade social

Um facto da «maior gravidade», assim classifica o Grupo Parlamentar do PCP, o propósito atribuído à Guarda Nacional Republicana de vigiar de perto as movimentações sociais. O que levou já a bancada comunista a solicitar a presença do ministro da Administração Interna no Parlamento para uma audição urgente.

O caso veio a público em notícia divulgada, segunda-feira, num matutino onde se afirma que, nos últimos tempos, tem sido prática daquela força de segurança o acompanhamento da «agitação» no mundo laboral.

Foi o próprio ministro, aliás, em declarações à TSF, no mesmo dia, a confirmar implicitamente tais factos. Falou, com a maior das naturalidades, na importância da generalidade das forças policiais estarem atentas à conflitualidade social e preconizou, para o efeito, o reforço dos meios e da acção dos respectivos serviços de informações.

Segundo a referida notícia, que cita um relatório confidencial do comando-geral da GNR entregue ao Governo e a várias estruturas militares, atentamente seguida tem sido a «intranquilidade nos sectores laboral e agrícola».

Ao olho daquela instituição não escaparam, imagine-se, a luta dos agricultores do centro e norte pelo escoamento da produção, a poluição em Pombal (que «traz as populações

revoltadas») ou o encerramento de algumas escolas por força do reordenamento da rede escolar (originando o descontentamento de pais e professores).

Recordadas no texto são igualmente algumas acções já desenvolvidas pela corporação, como foram a crise nas Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, a greve dos trabalhadores da Saúde ou a manifestação dos trabalhadores da administração local.

Numa inquietante interpretação sobre as funções que lhe estão cometidas, a GNR permite-se ainda tecer considerações sobre a previsível evolução de alguns conflitos sociais, admitindo que a situação tende a piorar, prevendo um «aumento da agitação social com eventuais reflexos no ambiente social».

«Trata-se de procedimentos que, a confirmarem-se, traduzem uma inaceitável concepção da democracia e do papel das forças de segurança e um claro exorbitar das funções da Guarda Nacional Republicana», considera o Grupo Parlamentar do PCP, que, por isso, exige que o assunto não passe à margem da Assembleia da República - «deve ser imediatamente informada dos factos», afirma em nota à imprensa -, do mesmo modo que não podem passar impunes as «responsabilidades políticas» pelos mesmos.

Alterações à Lei de Bases da Segurança Social

Abrir caminho à descapitalização

As alterações propostas pelo Governo à Lei de Bases da Segurança Social foram aprovadas, faz hoje oito dias, com os votos das bancadas da maioria. Esta não foi, porém, uma passagem pacífica. Os partidos da oposição, que votaram contra, lavraram o seu protesto por o PSD e CDS/PP terem solicitado dispensa da redacção final do diploma, que antecede o seu envio para promulgação pelo Presidente da República. Uma medida justificada pelo vice-presidente da bancada laranja, Marques Guedes - depois do pedido de explicações feito pelo PS -, com a urgência do Executivo em ver «rapidamente publicada» a lei.

Isto depois de ter ouvido a acusação de que as bancadas da maioria estavam a «violiar a Constituição e o regimento»

por pretenderem dispensar esta figura regimental.

No final, o pedido de dispensa formulado foi mesmo aprovado pela direita parlamentar, tendo, posteriormente, em declaração de voto, o deputado comunista Jerónimo Sousa acusado o Governo de «abrir caminho à descapitalização da segurança social».

Regresso ao cavaquismo

Mas as críticas ao Executivo a propósito da Lei de Bases da Segurança Social não se esgotaram neste debate. Far-se-iam ainda ouvir, já depois da aprovação do diploma, no dia seguinte, pela voz do deputado comunista Lino de Carvalho.

Para dizer, em conferência de imprensa, que o Governo

não cumpre a Lei de Bases da Segurança Social, nem o texto em vigor nem o que na véspera fora aprovado, designadamente em matéria de transferência para a capitalização pública de estabilização.

Trata-se do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social para o qual, segundo o texto agora aprovado, é revertida uma «parcela entre dois e quatro pontos percentuais das quotizações da responsabilidade dos trabalhadores até que aquele Fundo assegure a cobertura das despesas previsíveis com pensões por um período mínimo de dois anos».

Pois a verdade é que, como demonstrou o parlamentar do PCP, faltam quase 150 milhões de euros (cerca de 30 milhões de contos) nas transferências que o Governo é obrigado a fazer do Orçamen-

to do Estado para 2003 para aquele Fundo.

Com a agravante de o ministro Bagão Félix não ter apresentado qualquer fundamentação plausível para uma decisão que Lino de Carvalho classificou de «arbitrária e discricionária».

«O Governo e, em especial, Bagão Félix faltam à verdade e estão a regressar ao período dos governos de Cavaco Silva com as contribuições dos trabalhadores por conta de outrem a subsidiar as despesas da Segurança Social que deveriam ser asseguradas por transferências do Orçamento do Estado, estão a enfraquecer o Fundo de Reserva que deve assegurar no futuro o pagamento das pensões, estão a descapitalizar o Sistema Público de Segurança Social», acusou o deputado comunista.

Homenagem a Mário Castrim

Foi com um voto de pesar, aprovado por unanimidade, que a Assembleia da República prestou homenagem à figura de Mário Castrim. No texto, apresentado pela bancada do PCP, expressa é a «profunda mágoa» pelo desaparecimento do militante comunista que é reconhecida «uma das mais marcantes referências intelectuais, culturais e cívicas de gerações de portugueses».

«Poucas figuras haverá no nosso presente que com tanta discrição pessoal tenham exercido tão larga influência pública, pela coragem intelectual, pela sensibilidade, pela verticalidade de carácter, pela implacável independência crítica, pela generosidade», afirma-se no voto de pesar, onde é recordado, por outro lado, o facto de Mário Castrim representar «uma forma exemplar de resistir, pelo simples rigor da inteligência, pelo combate diário contra a mediocridade e a ignorância, por uma cultura emancipadora».

«Poeta, escritor, pedagogo, crítico, generoso inventor de espaços para jovens criadores literários, de Mário Castrim ficará muito mais do que a agudeza fulgurante com que analisou a «caixa que mudou o mundo». Ficarão o legado de um desses homens que, com a inteligência, a palavra e o sonho, mudam efectivamente o mundo», concluem os deputados no texto em que endereçam a toda a família as «sentidas condolências pela irreparável perda».

Quem é que é estúpido?

Um membro da Comissão da União Europeia, o francês Lamy, veio dizer, para espanto de alguns (e justificando oportuna nota do Gabinete de Imprensa do PCP), que «o Pacto de Estabilidade é um instrumento económico grosseiro e deverá ser substituído no momento oportuno, por qualquer coisa de mais inteligente»...

Ainda esses alguns que se teriam espantado não tinham tido tempo para recuperar, e outros, por não terem tido conhecimento da «boca» do sr. Lamy, ou por não lhe terem dado grande importância, não lhe tinham reagido, e já o presidente da mesma Comissão, o italiano Prodi, vinha dizer que o Pacto de Estabilidade é uma estupidez! Questionado por quem nem queria acreditar e também por quem achava que tal deveria ser corrigido, e depressa!, Romano Prodi reafirmou (embora mais tarde tenha procurado «remendar») tais gravíssimas qualificações sobre um instrumento – e seus objectivos – até há pouco mitificado como a trave mestra da economia e das finanças «europeias» e a garantia de que os europeus teriam, nessa trave mestra (ou bússola), a base indispensável de uma qualidade de vida... europeia.

Os partidos portugueses que têm alternado no executivo – os PSD/PP de hoje na governância e ontem na oposição, o PS de hoje na oposição e ontem na governância – estavam, claro, entre os mais reverentes e curvados ao peso de tal instrumento.

Aqueles que não tiveram tempo de fechar a boca (a sua), e os que, entretanto, a abriam de espanto, não se terão apercebido de que o comissário francês é... francês e que o governo francês está com dificuldades em cumprir o que o tal instrumento grosseiro exige, que o italiano presidente da Comissão é... italiano e que a Itália, tal como a França e a juntar-se à Alemanha, está com dificuldades em cumprir o que o «estúpido» Pacto impõe.

Já quando foi adoptado o critério do défice orçamental como a regra imutável e inamovível para os Estados-membros da UE terem o privilégio (!) de aderirem à moeda única, num certo momento do processo, a inflexível inflexibilidade da regra tornou-se mais elástica que a pastilha que de elástica tem o nome quando se vislumbrou que países como a Alemanha, a França, a Itália poderiam ter dificuldades em chegar nos prazos inflexivelmente pré-determinados com os respectivos défices orçamentais abaixo dos 3%, enquanto outros, como Portugal, à custa de sacrifícios no crescimento económico e sobretudo sociais, isto é, pagos pelos trabalhadores e população em geral, estavam à beira de conseguir cumprir o critério. Foi então dito, com enorme «lata», que o que contava era a tendência e a sustentabilidade: alguns dos Estados-membros, apesar de não cumprirem o exigido, estariam a «tender para», o que era óptimo, outros Estados-membros, que o exigido cumpriam, não o estariam fazendo de forma sustentável, o que era péssimo!

Então, como agora, o que me parece evidente, e que evidente me esforço por tornar para quem destas coisas não tem a informação que tenho a obrigação de ter, é que o critério do défice orçamental e o Pacto de Estabilidade, que naquele se escora, são instrumentos, não digo grosseiros – embora grosseiros sejam –, não digo estúpidos, mas tão-só instrumentos, manipulados para servirem a exploração capitalista, para imporem, através das instâncias comunitárias, os desígnios das transnacionais, e que, pela sua manipulação, mais agravam as diferenças entre os Estados e, sobretudo, entre camadas populacionais porque, na sua aplicação, são sempre os trabalhadores que têm de conter os seus rendimentos enquanto os detentores do capital mantêm (ou aumentam, polarizando) os seus resultados à custa da consideração dos rendimentos dos trabalhadores como seus custos.

Um aspecto que ainda quero sublinhar, neste curto apontamento, é que estas declarações são reveladoras das contradições insanáveis que, até ao nível da adopção e utilização dos instrumentos, caracterizam o capitalismo, tanto mais globais quanto mais «globalizado» ele está.

Não posso é aceitar é que se «insultem» os pobres instrumentos, estando assim a fazerem de nós estúpidos.

● Sérgio Ribeiro

Organizações analisam Orçamento de Estado e contabilizam prejuízos para as regiões

Cortes penalizam populações

Os drásticos cortes nos investimentos do Estado atingem profundamente vários distritos e regiões do País, a quem mais uma vez negadas perspectivas desenvolvimento.

Só no distrito de Beja, em relação ao ano passado, verifica-se uma diminuição de cerca de um terço das verbas

destinadas à região pelo poder central. Mais precisamente, segundo indica a Direcção da Organização Regional de Beja do PCP, o Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) prevê uma redução de 28 por cento para o próximo ano, medida que assume maior gravidade se se tiver em conta que, a taxa de execução no presente ano não deverá ultrapassar os 35 por cento.

A título de exemplo, a DORBE refere que alguns investimentos de peso na área da saúde estão a deslizar para 2004; na área social a intervenção é quase nula;

enquanto a verba residual para o aeroporto de Beja revela o pouco interesse do actual Governo neste importante projecto para a região.

O Grupo Parlamentar do PCP já tem preparado um conjunto de propostas de investimento que incidem sobretudo na área social.

Aveiro

Apesar de um aumento global de 18,5 milhões de euros, o PIDDAC para este distrito não contempla várias obras de «reconhecido interesse colectivo», sublinha a Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP, acrescentando que ao deixar sem resposta os grandes problemas da região, o Governo, «esquece todas as

promessas que o PSD, pela voz do agora ministro Marques Mendes andou a fazer durante a campanha eleitoral».

A proposta de Orçamento diminui a dotação para 13 dos 19 concelhos do distrito, em valores que vão até aos 92,7 por cento, como é o caso de Albergaria-a-Velha. Acresce que oito dos concelhos afectados já conheceram reduções no ano passado e quatro conhecem-nas pelo terceiro ano consecutivo (Águeda, Albergaria, Ovar e Vale de Cambra).

Em consequência, dos 290 projectos existentes no distrito, 116 viram adiada a sua conclusão, incluindo-se nestes alguns que foram bandeiras de campanha de Marques Mendes. Os comunistas já anunciaram que vão apresentar na Assembleia da República propostas de alteração a este PIDDAC.

Açores

As opções do Governo são igualmente criticadas pelo

PCP/Açores que qualifica de «cruel» a decisão de atrasar ainda mais a reconstrução nas ilhas do Faial e Pico, abaladas pelo sismo. Com a conclusão das obras agora prevista só para 2006, centenas de famílias ficam condenadas a permanecer em condições precárias de habitação.

Esta região autónoma é ainda profundamente afectada pela proibição de recorrer à dívida pública no próximo ano. Estas medidas, que irão provocar uma forte desaceleração no investimento público regional, visam, na opinião dos comunistas, «criar condições, eventualmente mais favoráveis, a uma ascensão ao poder regional em 2004» pela coligação PSD/PP.

O PCP irá apresentar uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado que dê à Região a possibilidade de contrair um empréstimo no próximo ano de pelo menos cinco milhões de contos (25 milhões de euros).

JCP de Castelo Branco realiza encontro regional

O 8.º Encontro Regional de Castelo Branco da JCP contou com a participação de cerca de 40 jovens de vários pontos do distrito e com a presença de Luísa Araújo, membro da Comissão Política do PCP, e de Célia Violante, do Secretariado da Direcção Nacional da JCP.

Na iniciativa, realizada em 12 de Outubro, na Covilhã, foi aprovado por unanimidade um documento que se debruça sobre a situação da juventude no distrito e os objectivos e necessidades da Organização.

Apoiados em dados estatísticos do INE, os jovens comunistas concluem que 64,7 por cento das empresas e 72,3 por cento do emprego se concentram em apenas cinco distritos do litoral.

No interior, a precariedade é regra, nomeadamente no sector da Construção Civil e da Hotelaria, onde chega a 90 por cento, e no sector têxtil, em que ultrapassa os 45 por cento.

Na empresa mais representativa do concelho da Covilhã (a Delphi), os trabalhadores em situação precária atingem os 61 por cento.

▼ CAMARADA FALECIDA

Mariana Jesus Boriné

Faleceu em 19 de Setembro, com 84 anos, Mariana Jesus Boriné, que estava organizada na Freguesia da Ajuda, em Lisboa. Esposa de Manuel Gomes Boriné, militava no PCP desde a clandestinidade, tendo tido como tarefas a distribuição do «Avante!».



Aos familiares e amigos da camarada falecida, o colectivo da Redacção do «Avante!» expressa sentidas condolências.



O Encontro realizou-se na Covilhã com cerca de 40 jovens de vários pontos do distrito

A organização regional da JCP considera que o progresso da região passa pelo fim da precariedade no trabalho, pela valorização dos salários e por um plano de desenvolvimento das pequenas e médias empresas.

A política autárquica foi outra vertente analisada no Encontro que assinalou a ausência de pelouros de juventude nas câmaras municipais, assim como de casas municipais de juventude, sendo notória a falta de um investimento planeado e rigoro-

so nas áreas de desporto e de cultura.

No Ensino Superior, a JCP verifica que as políticas anunciadas e já aplicadas vêm agravar os inúmeros problemas com que os estudantes se deparam. O brutal corte orçamental para 2003 de cerca de 200 milhões de euros coloca Universidade e politécnicos na iminência de encerramento a meio do ano.

No Ensino Secundário, a JCP apoia as suas justas reivindicações dos estudantes por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Também a questão da Educação Sexual, uma das grandes bandeiras de luta da JCP, foi analisada pelos jovens comunistas que reclamam a dotação de verbas específicas para a implementação da Lei da Educação Sexual e a formação de professores nesta área.

A JCP manifestou ainda a sua oposição a novo projecto de lei sobre o Estatuto do Estudante do Ensino não Superior, considerando que este torna a disciplina o centro da vida escolar e viola várias liberdades dos alunos. Além disso, prefere sempre reprimir a integrar e continua a elitizar o ensino, criando alunos de primeira e alunos de segunda.

Os jovens comunistas fizeram ainda um balanço positivo da organização, apontando algumas orientações para alargar a sua influência a mais concelhos, aumentar a intervenção no movimento associativo e junto dos jovens trabalhadores e estudantes.

Após a eleição, por unanimidade, da nova Comissão Regional da O.R.C.B. da JCP, os participantes reuniram-se num jantar de convívio, realizado no Centro de Trabalho do PCP da Covilhã.

10 milhões em greve

A Itália revoltada

A paralisação de sexta-feira, 18, foi a segunda greve geral convocada em apenas seis meses contra as políticas neoliberais do governo de Berlusconi.

Depois da impressionante greve de 16 de Abril, os trabalhadores italianos voltaram a paralisar o país, registando-se manifestações maciças em 120 cidades, que envolveram cerca de dois milhões de pessoas.

As maiores concentrações tiveram lugar em Milão, onde desfilaram mais de 250 mil

A crise económica é agravada pelas políticas neoliberais de Berlusconi

pessoas, em Florença 200 mil, em Roma e Nápoles, com 150 mil, e Bolonha, onde estiveram mais de 85 mil pessoas.

Segundo a CGIL, aderiram à greve 85 por cento dos trabalhadores, 70 por cento na função pública e 100 por cento em vários grupos industriais, com destaque para a

Pirelli e Fiat, cujos operários encabeçaram a manifestação de Milão.

A greve teve ainda grande expressão nos transportes públicos, afectando as ligações ferroviárias e aéreas e obrigando ao cancelamento e a atrasos em centenas de voos.

Convocada desta vez apenas pela Confederação Geral do Trabalho (CGIL), na jornada de luta integraram-se movimentos sociais de defesa dos direitos dos imigrantes e contra a guerra que os Estados Unidos preparam contra o Iraque, os quais marcaram com diversas acções os dias que antecederam a greve.

A principal tónica dos protestos foi no entanto contra a política orçamental restritiva e as reformas das leis laborais, que ampliam os efeitos da crise económica no país que ameaça lançar no desemprego cerca de 280 mil pessoas.

Por isso a agitação social deverá continuar e intensificar-se, tendo as principais centrais sindicais programado nova greve geral, de 24 horas, já no início de Novembro.



As manifestações realizaram-se em 120 cidades incluindo Roma, na foto

Um Pacto «estúpido» deve ser suspenso

Numa sessão em que o presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, teve de explicar as recentes declarações sobre o Pacto de Estabilidade, cujo cumprimento cego classificou de «estúpido», o hemicíclio de Estrasburgo dividiu-se entre os que criticaram duramente a heresia de Prodi e aqueles que lembraram que, afinal, o responsável europeu apenas reconheceu o que há muito era uma evidência.

No debate de segunda-feira, a deputada do PCP Ilda Figueiredo deixou claro que «é tempo de suspender o Pacto de Estabilidade», defendendo «a revisão dos seus critérios de convergência nominal irracionais e incongruentes», os quais «contribuem para agravar os problemas económicos, dificultar o crescimento e a aplicação das estratégias

comunitárias do emprego e da luta contra a pobreza».

Sobre as declarações do comissário Pascal Lamy e do presidente Prodi, a deputada declarou-se de acordo, sublinhando ainda que «não faz sentido que o comissário Solbes, por um lado, confirme que as metas dos programas de estabilidade não serão cumpridas em 2002, como é mais do que evidente na Alemanha, França e Itália, mas, por outro lado, relativamente a Portugal, encete um procedimento de défice excessivo, aplaudindo a aplicação de políticas anti-sociais, geradoras de mais desemprego e de mais pobreza, exactamente no país com pior situação económico-social e os mais baixos níveis de desenvolvimento de toda a União Europeia».

E acrescentou: «O que fica

claro é que o Pacto serve sobretudo de pretexto, de cobertura política às mais graves, desastrosas e revanchistas políticas governamentais que Portugal teve após a revolução do 25 de Abril de 1974».

Face às diferentes posições na própria Comissão Europeia, a deputada deixou a pergunta: «Vai o comissário Solbes Mira apresentar a sua demissão? Ou vai optar pela proposta de suspensão do Pacto para realizar um amplo debate sobre as orientações económicas e sociais da União Europeia e anular o procedimento de défice excessivo que aplicou a Portugal? Ou vai o presidente Prodi fazê-lo, para atender aos objectivos de desenvolvimento económico sustentável, de mais emprego com direitos e de maior inclusão social?»

Combater a pobreza

Sem as prestações sociais, 41 por cento da população da União Europeia estariam ameaçados de pobreza. Nesta situação entrariam mais 26 por cento caso os europeus perdessem as suas pensões de reforma.

Num momento em que as políticas restritivas, impostas pelo Pacto de Estabilidade, ameaçam reflectir-se seriamente nas políticas sociais dos estados-membros (veja-se as reformas pretendidas pelo Governo português nas áreas

da saúde e segurança social ou a revogação do rendimento mínimo nacional), os índices de pobreza correm o risco de aumentarem.

Esta preocupação foi expressa pela deputada Ilda Figueiredo na 1.ª mesa-redonda sobre a exclusão social, promovida pela Presidência e Comissão, dia 17, em Arhus, na Dinamarca, em que participou na qualidade de relatora do Parlamento Europeu.

A deputada alertou ainda para as consequências so-

ciais que resultam das chamadas «reformas estruturais», que desregulam o mercado de trabalho e apostam nas privatizações, em especial de serviços públicos, convidando o Conselho e a Comissão a avaliar os efeitos possíveis das políticas económicas e monetárias, incluindo o Pacto de Estabilidade, nos domínios sociais, e a tomar em conta a necessidade de uma maior coesão económica e social em todas as decisões comunitárias.

Irlanda: a resposta certa

● Natacha Amaro

No passado sábado, 19 de Outubro, os eleitores irlandeses conseguiram, finalmente e depois de algum sacrifício, dar a resposta certa: Sim!

Cumprindo a obrigação constitucional de referendar as questões relativas a alterações aos Tratados, os irlandeses deslocaram-se às urnas para decidir sobre o Tratado de Nice, pela segunda vez. Mas este referendo é diferente dos demais, não pretende aferir a vontade da população – o que efectivamente já tinha sido feito em Junho de 2001, com a vitória do Não – mas antes atingir a resposta ansiada pelos chefes da União: o Sim!

Com uma abstenção de aproximadamente 50%, 62,89% dos votantes escolheram o Sim a este tratado contra 37,11% partidários do Não. Apesar da resposta negativa ter também aumentado, não foi suficiente para derrotar o Sim. O alívio era visível na cena europeia. Romano Prodi, Gerard Schröder, Durão Barroso, Bertie Ahern, eram algumas das faces do contentamento.

Campanha pelo Sim

O clima gerado e as pressões exercidas não foram inocentes no novo resultado, que nos mostra o aumento de votantes no Sim de forma mais visível que no Não. Poderíamos perguntar: quais as causas desta inversão dos resultados? Durante o período que decorreu entre o anterior referendo e este, assistiu-se às mais diversas formas de pressão sobre o povo irlandês, no sentido de alterar a tendência de voto demonstrada em Junho do ano passado. Declarações catastróficas (Romano Prodi afirmava, na já célebre entrevista ao Le Monde da passada semana, que o Não no referendo irlandês «seria um cataclismo»), vaticínios desastrosos e, acima de tudo, confusões relativamente às consequências do resultado do referendo, tanto a nível nacional como internacional, tornar-se-iam as grandes marcas da campanha pelo Sim. O esforço no sentido de esclarecer as populações sobre o verdadeiro significado do Tratado, e suas implicações, foi substituído por uma forte e bem apoiada campanha de mistificação das consequências do Não. O principal argumento usado (e abusado) foi o de que a vitória do Não ao Tratado impediria o alargamento da União Europeia aos países candidatos e a estagnação de todo o processo. O Presidente da Comissão chegou mesmo a dizer que

uma resposta negativa no referendo teria como consequência mais imediata «dois dias de férias» em Copenhaga bem como em Bruxelas, numa alusão aos dois Conselhos Europeus que se avizinham.

A exploração da alegada falta de generosidade e solidariedade dos irlandeses relativamente aos países da adesão, que querem participar no projecto europeu, é exemplificativa do nível a que desceu a argumentação. À ameaça de interrupção do curso natural da integração europeia junta-se a acusação de ingratidão por tudo o que a União fez pela economia irlandesa, que desta forma demonstra não querer o mesmo para os outros. Ou seja, resume-se a vontade expressa de um povo em não aceitar este Tratado a sentimentos mesquinhos relativamente a outros povos.

A importância do Tratado

Mas o Não ao Tratado, explicitamente formulado no primeiro referendo, foi uma resposta clara à proposta que estava em cima da mesa: cooperações reforçadas, institucionalizando a Europa a várias velocidades e criando um directório de grandes potências, a generalização das votações por maioria qualificada, a valorização do critério demográfico em detrimento da representatividade dos Estados enquanto tal, o avanço da Política Europeia Comum de Segurança e Defesa, com a criação de um exército europeu, a exigência de subserviência à NATO e crescente militarização do espaço europeu, entre muitas outras questões. Pelo caminho tinham ficado as intenções relacionadas com os princípios da coesão económica e social e da cooperação entre os Estados, iguais entre si. O alargamento da União Europeia não esteve em causa com o Não irlandês, no ano passado, ficando apenas adiada a possibilidade de as grandes potências europeias obterem o domínio absoluto, que o Tratado de Nice lhes proporciona e garante, do processo decisório e da defesa dos seus interesses. Essa não era a resposta pretendida e, depois dos resultados anunciados, só havia uma solução: mudar as regras do jogo. Na Irlanda, como em Portugal, os governantes têm dificuldade em aceitar um Não como resposta. Só a aceitação do Tratado seria considerada válida, o que deu ao conceito de consulta popular uma nova faceta: aceitamos a vontade do povo, desde que corresponda à dos governantes!



Lula favorito

Em vésperas da segunda volta das presidenciais no Brasil, que se realiza no próximo domingo, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), continua a ser o grande favorito do eleitorado, a grande distância do seu adversário, José Serra, o candidato apoiado pelo actual presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os últimos dias de campanha foram marcados por fortes críticas de Lula a Serra, acusado de fazer a apologia do medo como no tempo da ditadura.

«A Arena (Aliança Renovadora Nacional) fazia apologia ao medo dizendo que quem não votasse no partido dos militares iria acabar com o Brasil», disse Lula, sublinhando que tais práticas em nada contribuem para a democracia no Brasil. Por seu turno, José atacou Lula afirmando que «a campanha do PT tem sido de encantar e cantar, sem se aprofundar nas discussões das mudanças que propõe».

Eleições na Hungria

A coligação de liberais (SZDSZ) e socialistas (PSH-MSZP), no poder, conquistou 16 das 22 maiores autarquias húngaras nas eleições de domingo, anunciou em Budapeste a Comissão Eleitoral. As forças políticas da maioria governamental ganharam ainda em 16 das 19 províncias do país, bem como na capital.

Segundo a Comissão Eleitoral, citada pela Lusa, os resultados eleitorais podem vir a revelar-se problemáticos ao nível dos 1870 conselhos das minorias étnicas onde, em resultado da legislação, se elegeram cidadãos para representar interesses de populações às quais não pertencem. O presidente da Comissão Eleitoral, Lajos Ficzer, afirmou ser preciso «modificar a lei para que, no futuro, só possam ser membros dos conselhos das minorias étnicas elementos saídos das respectivas populações». Do conjunto dos conselhos das minorias étnicas, 1053 pertencem a ciganos, 321 a alemães, 111 a eslovacos, 100 a croatas, 50 a polacos, 45 a romenos, 43 a sérvios, 30 a búlgaros, outros tantos a gregos e o mesmo número a arménios, 13 a ucranianos e 12 a eslovenos.

Holanda vai a votos

Na sequência da queda da coligação de direita no poder na Holanda, as eleições legislativas foram antecipadas para 22 de Janeiro de 2003, anunciou esta semana o Serviço de Informação do Reino (RVD). A demissão do executivo foi provocada pelo confronto aberto entre os ministros da Economia e da Saúde, ambos da lista de Pim Fortuyn (LPF), o líder populista assassinado em Maio. Os outros dois partidos no poder, os democrata-cristãos (CDA) e os liberais (VVD), esperam beneficiar com a perda de simpatias dos populistas, em queda livre nas sondagens.

A passagem de Gutierrez e Noboa à segunda volta representa um sério golpe no sistema político tradicional do Equador

Candidato da esquerda à frente nas presidenciais

Lucio Gutierrez, o candidato apoiado pelas forças de esquerda, foi o mais votado na primeira volta das eleições presidenciais no Equador.

O coronel na reserva Lucio Gutierrez conquistou 19,5 por cento dos votos na primeira volta das presidenciais de domingo, no Equador. Em segundo lugar ficou o latifundiário Álvaro Noboa, com 17,6% dos votos. Os dois vão defrontar-se na segunda volta, a realizar em Novembro.

Segundo os analistas, a passagem de Gutierrez e Noboa à segunda volta representa um golpe no sistema político tradicional do Equador, reconhecidamente corrupto e ineficiente.

A eleição de domingo, que decorreu com normalidade segundo os 240 observadores estrangeiros, foi a primeira em nível nacional desde a rebelião indígena de 2000, e serviu também para a escolha de cem novos parlamentares, 67 conselheiros municipais e 677 vereadores, e, pela primeira vez, de 5 representantes no Parlamento Andino.

Com 12 milhões de habitantes, o Equador vive numa profunda crise económica. Em 1999, a economia baixou 7,3 por cento, tendo o governo da altura, de Jamil Mahuad, decretado uma

moratória parcial da dívida e imposto a dolarização da economia. Ao contrário do que prometiam os seus promotores, a medida não só não contribuiu para resolver a crise económica como mergulhou o país numa situação de pobreza generalizada sem precedentes. Em Janeiro de 2000

ocorre a rebelião indígena que leva à substituição de Mahuad pelo então vice-presidente Gustavo Noboa. O coronel Lucio Gutierrez apoiou a rebelião.

Candidato dos pobres

Após conhecer os resultados eleitorais, Gutierrez apareceu na televisão, fardado, onde anunciou que «é hora de dizer basta aos políticos corruptos que não compreendem a democracia». Prometendo implementar no país «o modelo político de Jesus Cristo» para «os pobres e os descalços», Gutierrez reiterou sua disposição de convidar para o diálogo todos os grupos políticos e sociais dos candidatos que não passaram à segunda volta. Durante a

campanha, Gutierrez recebeu apoio de diversos sectores populares do Equador e conquistou a confiança das forças de esquerda do país. A sua candidatura, apresentada pelo «Movimento Sociedade Patriótica 21 de Janeiro», é apoiada por numerosas organizações sociais, partidos de esquerda e pelo Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik - Novo País. Também a importante Confederação Nacional de Organizações Rurais Indígenas e Negras, FENOCIN, uma das organizações mais representativas do sector indígena

Julho e na segunda volta confirmarão o voto no candidato que representa a Unidade da Tendência de Esquerda, ou seja, em Gutierrez.

O populista mais rico do país

O latifundiário Álvaro Noboa, tido como o homem mais rico

Noboa, que não é parente do actual presidente, é um populista que promete transformar o Equador num país de «riqueza, amor e Deus». Entre as suas excentricidades, conta-se a de ter comprado um horário de TV para exibir ao vivo o baptizado do filho na catedral de São Patricio, em Nova Iorque, com a presença de membros da família Kennedy. Pratica também a caridade, distribuindo remédios aos pobres.

A exemplo do que sucede no Brasil, também o latifundiário tentou intimidar os eleitores,



O resultado de Gutierrez intimidou o candidato populista que tenta assustar os eleitores com a «ameaça comunista»

rural e afro-descendente, apelou às suas 1250 organizações de base para votarem em Lucio Gutierrez. Segundo o dirigente da FENOCIN, Pedro de la Cruz, suas bases cumprirão a Resolução da Assembleia realizada em

do Equador, concorreu pelo conservador Partido Renovador Institucional Acção Nacional. É a segunda vez que Noboa fica em segundo lugar nas presidenciais, pois já em 1998 perdeu contra Jamil Mahuad.

acusando Gutierrez - muitas vezes apontado como o «Hugo Chavez equatoriano» - de representar a «ameaça comunista» que levaria o país a um clima de crise institucional como o que se vive na Venezuela.

Conselho de Segurança debate nova resolução sobre o Iraque

Os Estados Unidos apresentaram, segunda-feira, um projecto de resolução sobre o Iraque que será debatido nos próximos dias pelos restantes quatro membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Segundo o embaixador da França na ONU, Jean-David Levitte, não é de esperar que haja um acordo rápido sobre o texto.

Segundo as notícias vindas a lume, apesar do seu tom mais moderado este documento não difere muito do apresentado

anteriormente, e introduz alterações no respeitante à estrutura das inspeções de armas no Iraque. Segundo o próprio secretário de imprensa da Casa Branca, Ari Fleischer, a estrutura dos anos 90 foi substituída por outra «mais dura e efectiva». O endurecimento das inspeções deve-se ao facto de os EUA não estarem dispostos a esperar durante meses pelo seu resultado, já que o Pentágono considera que os meses de Janeiro e Fevereiro são os melhores para levar a cabo um

ataque. É neste contexto que surge a pretensão de Washington de fazer acompanhar os inspectores da ONU (Unomovic) por soldados ou representantes dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança, uma ideia rejeitada por Hans Blix, chefe da Unomovic.

A urgência dos EUA foi antontem reconhecida pelo porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, quando afirmou que «a ONU não tem todo o tempo» para aprovar a nova resolução. Fleischer disse ainda esperar

«para breve» um acordo sobre o documento.

Quanto ao propalado «reco» da administração Bush, só existe em termos formais. Como afirmou o responsável norte-americano, a proposta em debate não reduz a margem de manobra de Bush para atacar o Iraque, que pode ocorrer mesmo sem o apoio das Nações Unidas. «Estou convic-

to que qualquer resolução (da ONU) não afectará a autoridade do presidente de agir, juntamente com outras nações que partilhem o nosso ponto de vista, se as violações iraquianas continuarem», sustentou.

Não menos sintomático é o facto de a Casa Branca garantir que responderá com «tolerância zero» se o Iraque não cumprir as decisões da ONU.

Nova resolução não se justifica

O governo de Bagdad reafirmou esta semana estar disposto a colaborar com as Nações Unidas, e que «nada justifica a adopção de uma nova resolução» pelo Conselho de Segurança da ONU, já que as modalidades das inspeções de desarmamento estão definidas desde o início de Outubro e foram negociadas com Hans Blix. «Uma nova resolução significa que o Conselho de Segurança não respeita os seus próprios compromissos, enquanto pede aos outros que o façam», referiu um representante do governo.

De assinalar, por outro lado, que, a avaliar pelos resultados de uma sondagem realizada na Grã-Bretanha, o tempo está a jogar cada vez mais contra os desígnios de Washington. De acordo com o instituto de sondagem ICM, apenas 35 por cento dos britânicos são favoráveis a um ataque ao Iraque, contra os 42 por cento registados após o atentado de 12 de Outubro, em Bali, que vitimou 190 pessoas. Entre as vítimas confirmadas contam-se 11 britânicos, estando outros 22 dados como desaparecidos. O governo britânico é o único que apoia incondicionalmente os EUA num ataque ao Iraque.

Atentado em Israel

Um atentado suicida, a meia centena de quilómetros de Telavive, provocou, segunda-feira, pelo menos 14 mortos e mais de 40 feridos.

As vítimas viajavam num autocarro público que se incendiou após a explosão de um jipe carregado de explosivos que se «colou» à traseira do autocarro. O atentado foi reivindicado pelas Brigadas de Jerusalém, o braço militar e secreto da Jihad Islâmica, e prontamente condenado por Yasser Arafat, que através de um comunicado reafirmou a sua oposição aos «crimes

contra civis de ambos os lados».

As autoridades israelitas admitem que o ataque das Brigadas tenha sido levado a cabo em colaboração com o Hamas. Nas últimas semanas, a pretexto de atingir militantes daquela organização, o exército de Israel desencadeou diversas operações militares que se saldaram por um elevado número de vítimas, como sucedeu no recente ataque ao campo de refugiados de Rafa, onde morreram 20 pessoas.

Apesar de tudo isto, um porta-voz do governo israelita

acusou de imediato o dirigente palestino de estar em «maior ou menor» grau por detrás do atentado contra o autocarro, o que leva a admitir que este crime venha a ser aproveitado por Israel para rejeitar mais um «plano de paz», desta feita apresentado pela Casa Branca, visando resolver a crise israelo-palestina num prazo de dois a três anos.

O enviado de Washington, Williams Burns, está a fazer um périplo por oito países da região, devendo chegar a Israel na próxima semana.

Gastronomias

• Francisco Mota

Cândido Capela Dias
Guimarães

Querido amigo:

N uma daquelas mais de mil tardes que passámos na tropa, declaraste pomposamente que sabias cozinhar tripas à moda do Porto. Tínhamos pouco mais de vinte anos e claro que não acreditei. Pensei que era mais uma das tuas calculadas provocações, como aquela de dizer que eras celta e nós, os do sul, mouros. Ou que tinhas um contrato de futebolista profissional com o Vitória desde os catorze anos. O de jogar à bola

tães de Abril, a quem modestamente ajudámos a ver a realidade, vejo-te sempre muito sério a cozinhar dobrada.

Também me lembro do nosso amigo Mendonça, que na altura tinha a mania dos vegetarianos e da macrobiótica e nos atormentava as tardes com ameaças bíblicas de fermentações gástricas que nos atacariam se nos passasse pela cabeça misturar grão ou feijão com chispe e farinha. Conseguia criar um ambiente muito perto do pecado mortal.

Lá nos arrastava para restaurantes de diferentes ideologias culinárias: vegetarianos na Rua do Alecrim, macrobióticos na de S. Paulo e nalgum outro sítio de Lisboa de que já não me lembro. Algum capitão ia connosco e a verdade é que aquilo não convencia ninguém, nem o próprio Mendonça e, a pouco e pouco, todos fomos percebendo que o prazer é parte fundamental da alimentação.

Chegámos logicamente à conclusão colectiva de que o importante era acabar com o fascismo e, depois, cada um, livremente e em democracia, que escolhesse se queria comer só ervas ou mão de vaca com grão como exigia o nosso

Falando e comendo...



talvez fosse verdade porque eras bom e todos os anos exibias uma carta do clube, mas tu, baixinho e de cabelo preto brilhante, eras a coisa menos parecida com um celta. Até te chamávamos o «vietcong».

Bom, lá fomos para minha casa e tu, com um ar muito sério, começaste a mexer-te na cozinha com propósitos e boas maneiras. Seguias claramente uma receita escrita na tua memória e cebola, azeite, tripas das três variedades (touca, folhos e favos), chouriço, toucinho, morcela, mão de vaca, cenoura e feijão branco foram entrando no tacho. Falta-lhe louro. Deitaste fora a ponta fina da folha (Porquê? Perguntei. Não sei, mas o meu pai fazia assim, respondeste.)

Convidámos mais uns amigos e amigas. Comemos. Estava bom.

Durante todos estes anos que foram passando pensei muitas vezes que os pais, que tanta importância dão à educação dos filhos, obrigando-os a ir a concertos de música clássica, ver filmes e teatros «cultos», a escrever ou pintar, a tocar piano ou a falar francês, não ensinam os filhos a comer ou a cozinhar.

Nós tivemos sorte, não somos analfabetos na cozinha.

Juntamente com as recordações das centenas de horas de conversas e discussões com os nossos amigos futuros Capi-

ta, Conta Montalban que o sabor dos enchidos aliviava a falta de liberdade e até dava forças para continuar a luta. Depois de enormes elogios ao camarada, à família e ao fuet, escreve esta frase perturbadora: «Infelizmente este grande camarada traiu a causa.» Qualquer pessoa se choca com uma acusação política tão grave sobretudo num livro de cozinha. E acrescenta e termina Montalban: «Tornou-se vegetariano.»

Encontrámo-nos no último congresso. Não estávamos lá muito de acordo nos problemas e nas soluções. Sinto que continuamos a não estar. Tu abaixo-assinas coisas onde eu não poria o meu nome.

Mas, tenho a impressão de que se nos juntássemos a cozinhar umas tripas havíamos de encontrar o caminho e a força para continuar a andar unidos.

Mas, claro, tu se calhar querias provar umas tripas que eu faço com grão, presunto e focinho de vaca e eu queria ver se ainda tens os sentidos afinados e a mão segura como dantes. Mau! Já inventei outra divergência. Mas vamos fazer assim: cozinhamos os dois pratos, convidamos mais malta e comemos tudo.

Falando (e comendo) é que a gente se entende.

Cá te espero, com um grande abraço.

querido capitão Pombinho.

Fomos menos sectários do que o nosso camarada (nessa altura) e grande escritor e gastrónomo (sempre) Manuel Vasquez Montalban, que conta num livro brilhante «A cozinha catalã» como comeu pela primeira vez os verdadeiros «fuet de Vic», uma espécie de linguiça de porco feita naquela cidade da província de Barcelona.

Ele e um camarada de Vic estavam presos na prisão de Lerida pelo franquismo. A família deste vinha visitá-lo e trazia-lhe comida e, sobretudo, os tais fuet que faziam em

Poemas da Festa

Ode metálica

Com aparências de brisa
um vento de tempestade
algures se individualiza:
larga a semente precisa
e esvai-se na eternidade.

Se vem do sul ou do norte,
se vem de leste ou de oeste,
não é cuidado que importe.
É um vento, um vento forte
que sopra no mundo agreste.

Abrem-se os lábios da Terra
num cio desesperado,
e a semente que se enterra
desabrocha em flores de guerra
e em flores de paz, lado a lado.

Irrompem do solo bruto
as sequóias de cimento,
maranha de ferro hirsuto
como um esqueleto incorrupto
coberto de pó cinzento.

Inflorescências de cobre
de longos cabelos ruivos
que o fogo do Sol descobre,
como folha que se dobre
soltam metálicos uivos.

Carpelos e estames de aço,
de longas, brunidas hastes,
articulam-se em abraço.
Rasgam os ventres e o espaço
escavadoras e guindastes.

Densas corolas macias,
enormes como turbinas,
mudam as noites em dias,
sobre as garupas esguias
de mil cavalos sem crinas.

Num impulso rectilíneo
joram línguas de petróleo
como um tecido sanguíneo.
Em pistilos de alumínio
gotejam lágrimas de óleo.

Bailemos, homens, bailemos.
Com festões engrinaldemos
as mãos que forjam metais.
Nossos troncos reluzentes
à luz dos fornos candentes
como bronzes triunfais.
Bailemos, homens, bailemos.

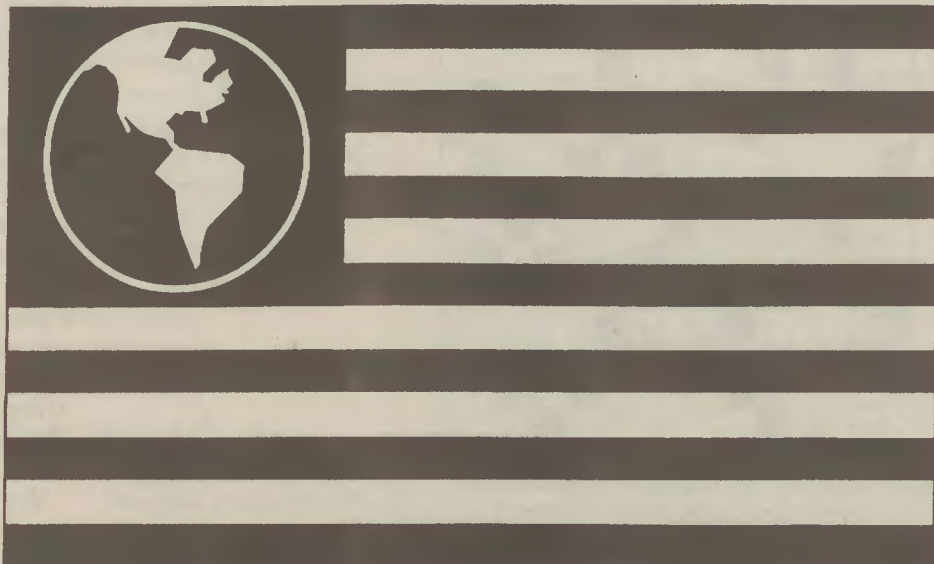
E a plenos pulmões gritemos
a sinfonia estridente
das bigornas dos ferreiros,
das chapas dos caldeiros,
das limas dos limadores,
dos maços dos batedores,
das serras dos serralheiros,
das tenazes dos fogueiros,
das correias dos motores,
das brocas dos brocadores,
dos cadinhos dos forneiros,
das pinças dos caldeadores,
todos, à uma, bailemos,
frenéticos tangedores,
troncos nus e reluzentes
à luz dos fornos candentes,
orquídeas de furta-cores,
rubros vermelhos e brancos,
bailemos todos, bailemos
como doidos saltimbancos,
bailemos e entoemos,
a plenos pulmões berremos
sinfonias estridentes,
chispemos, esparrinhemos
centelhas incandescentes,
e em girândola elevemos
nossos rostos como tochas,
nossos braços como asas,
filhos da escória e das rochas,
irmãos do fogo e das brasas.

António Gedeão

Cartoon

• Monginho

O Somno Americano!



mmj -

Religiões

• Jorge Messias

O Movimento Humanismo e Democracia, enquistado no PS, alimenta fora do parlamento actividades próprias, a coberto de um braço político denominado *Instituto Humanismo e Desenvolvimento*, organização presidida por Luís Barbosa e cuja direcção integra Rui Pena e Maria do Rosário Carneiro. Foi este instituto que, em Junho de 2002 (isto é, dois meses antes de Durão Barroso ter apresentado às FA as «Bases para um novo Conceito Estratégico de Defesa Nacional»), tomou a iniciativa de entregar ao Presidente da República um volumoso caderno intitulado «Contributos para uma Política de Segurança e Defesa Nacional». Na página que introduz os diversos capítulos em que o texto se divide, Luís Barbosa agradece (imprudently, em nossa opinião) «o apoio do Gabinete do Sr. ministro da Defesa Nacional, Dr. Rui Pena, o qual nos permitiu usufruir de algumas facilidades

estudo privado ignorou totalmente a Assembleia da República - sede natural do debate de tão delicada matéria - e foi directamente entregue ao Comandante Supremo das Forças Armadas. Aliás, têm referido alguns órgãos da imprensa que Rui Pena e o seu núcleo revelam uma nítida subida de influência entre os conselheiros do PR. Mais informa Luís Barbosa, ainda na introdução ao texto entregue ao PR: «O documento... foi elaborado por um grupo interdisciplinar de reflexão criado pelo IHD.» Em seguida, são enumerados os nomes e os currículos de dez individualidades recrutadas entre especialistas da NATO, administradores públicos e privados, peritos da indústria da defesa, consultores de empresa, economistas, engenheiros em sistemas de informação, homens do aparelho do Estado e políticos ligados à Igreja. Naturalmente que não se trata de um «grupo de reflexão» escolhido *ad hoc* e dissolvido depois. É um estudo bem estruturado e dotado de uma linguagem clara e coerente, só possível de alcançar em grupos de trabalho experimentados. Por isso, aqui ficam os nomes daqueles que o subscrevem e que em breve, talvez, vejamos serem citados noutros contextos diferentes: vice-almirante Alexandre Reis Rodrigues; engenheiro aeronáutico Abel Tei-

À margem das «Bases para um Novo Conceito de Defesa» (2)



xeira Cardoso; tenente-general António Eduardo Mateus da Silva; engenheiro em mecânica militar Carlos Manuel Teixeira Pimente Araújo; tenente-coronel do Exército Fernando Manuel Rodrigues Pereira de Albuquerque; economista da sociedade de informação José Emílio Amaral Gomes; economista e presidente do IHD, Luís Eduardo da Silva Barbosa; engenheiro operacional, Luís António de Castro Valadares Tavares; major general Mário Lemos Pires; e general piloto aviador Narciso Mendes Dias. Neste

grupo, com extensos currículos impossíveis de transcrever, o que mais chama a atenção é o critério adoptado para a sua composição, em tudo semelhante àquele que preside aos diferentes níveis da Cúria Romana. Os seus membros não são apenas especialistas em determinada matéria. Cada militar presente, por exemplo, participou ou participa, igualmente, na condução da vida financeira, no aparelho do Estado, nas estruturas superiores da *globalização* capitalista e no universo das instituições confessionais da ordem social intimamente ligadas à igreja católica, na comunicação, no ensino, etc. Cada um desses homens (o grupo é integralmente constituído por homens!) representa, em si mesmo, um centro irradiante de influências e uma matriz interdisciplinar dos conhecimentos que se cruzam entre si e geram o poder político.

logísticas e de uma rápida actualização da informação disponível». O agradecimento acaba, portanto, por destacar os efeitos de uma inadmissível promiscuidade entre o Governo em funções e uma facção populista que se disfarça com roupagens socialistas e se desloca à vontade nas áreas da governação. Facto tanto mais escandaloso quanto é certo que, na prática, a AR quase parece ter desistido de fiscalizar o Governo. Com efeito, perante o que o próprio IHD declara, Rui Pena, enquanto ministro da Defesa, não hesitou em facultar informações reservadas a um grupo político da sua confiança e simpatia. Procedimento agravado pela evidência de que as informações transmitidas viriam em breve a integrar uma proposta governamental supostamente responsável e já em adiantada fase de estudo (as *Novas Bases do Conceito de Defesa*). Por outro lado, muito curiosamente, este

Pontos Cardeais

Santana

Mostrando, mais uma vez, que continua muito atento aos deslizes do actual poder maioritariamente exercido pelo PSD, tanto a nível central como autárquico, o *Expresso* de Pinto Balsemão denunciou esta semana, com destaque na primeira página, uma presumível irregularidade praticada por Santana Lopes, actual presidente da Câmara Municipal de Lisboa, e que, segundo o jornal, o poderá fazer incorrer na perda de mandato: o autarca estará a receber, ilegalmente, dois ordenados inteiros - um como presidente da Câmara (à volta de 5000 euros) e outro na Parque Expo (à volta de 2250 euros), onde está em representação do município lisboeta. Segundo o *Expresso*, Santana Lopes só deveria receber metade do vencimento como presidente da Câmara, visto ter outra actividade remunerada ou, para tal não acontecer (e, portanto, poder receber os dois vencimentos por inteiro), deveria declarar isso mesmo ao Tribunal Constitucional e à Assembleia Municipal no início do mandato, não tendo o jornal encontrado qualquer registo disso nas actas da Assembleia Municipal, falta de comunicação essa que, sempre segundo o semanário de Balsemão, poderá dar «perda de mandato». Há ainda outro vereador do PSD, Pedro Pinto, na mesma situação (acumulando os ordenados por inteiro como vereador e no Mercado Abastecedor da Região de Lisboa).

Santana Lopes já reagiu, garantindo que apresentou em Assembleia Municipal a referida comunicação, ao mesmo tempo que apresentava às câmaras de televisão uns documentos quaisquer a «provar» isso mesmo e jurava que iria pedir um parecer oficial sobre o assunto.

Ficamos a aguardar a evolução deste interessante episódio, tendo presente que uma das partes estará a faltar à verdade: ou o *Expresso* ou Santana Lopes. Perante o historial de ambos, tudo é possível...

A banca e o fisco

Segundo o *Diário de Notícias*, o Governo vai redesenhar a máquina dos impostos através de um projecto que prevê a fusão das tesourarias com as repartições de finanças e pela hipótese de os bancos comerciais,

substituindo parte das funções das tesourarias, serem «receptores» de impostos, por conta do Estado. Este modelo é inspirado em Espanha, configurando um novo negócio para as instituições financeiras de mais de dois mil milhões de contos anuais.

Tá bem. É curioso ver como este Governo continua diligente a introduzir esquemas, copiados ou não de outros países, que introduzam mais regalias e vantagens para o capital privado, neste caso para os próprios bancos.

Só é pena que não copie os outros - incluindo a própria Espanha - nomeadamente na cobrança de impostos, pondo finalmente os capitalistas a pagar alguma coisa que se veja e não, como até agora, que sejam apenas os trabalhadores portugueses a trabalhar por conta de outrem que alimentem o essencial da cobrança de impostos no País.

Vigilâncias

Veio também nos jornais que a GNR tem andado a ser utilizada na vigilância de sindicatos e sindicalistas, alegadamente para prevenir a «agitação social».

Há uns anos falou-se nos serviços secretos para essa missão pidesca e retintamente fascista de «vigiar» a actividade política e sindical dos cidadãos, agora, já se chegou ao descaramento de utilizar uma força policial e militarizada como a GNR.

Será que estamos a regressar ao fascismo, através deste «governo democrático»?

Alcoolemias

Um reforço da fiscalização do controlo de alcoolemia, exercido pelas patrulhas da Brigada de Trânsito da GNR, só no último sábado, permitiu detectar nas principais estradas portuguesas mais de duas centenas de condutores alcoolizados, enquanto o total da operação em todo o fim-de-semana fez subir os casos para quase três centenas de testes positivos, com mais de 100 casos detidos por terem atingido o estado de embriaguês (taxas iguais ou superiores a 1,2 g/l).

Mas quando é que se investe, a sério, no combate a este autêntico flagelo nacional, quer prevenindo com meios adequados quer reprimindo sem contemplações?

Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Chiste (fig.); tirar a sujidade a; escrito geralmente em livro especial, de tudo quanto se tratou numa sessão, reunião ou assembleia. 2 - Abade (abrev.); condutor de palanquim, na Índia; denunciar. 3 - Cheiro resultante de ranço; finório. 4 - De outro modo; oferecer; fila de 16 homens, unidade fundamental da falange macedónia. 5 - Instrumento para castrar; interj. que designa dor, espanto. 6 - Grego (abrev.); o m.q. zambujeiro. 7 - A minha pessoa; pronome (abrev.); o que é de bronze ou que se lhe assemelha; carta de jogar. 8 - Sobrecarregar com trabalho; céso (s.q.). 9 - Berílio (s.q.); que ecoa. 10 - Género de aves galináceas; tribo formada por um grupo de famílias de origem comum; transmitido gratuitamente a outrem (bens, etc.). 11 - Pedra larga; cultivar. 12 - Filtrado; arreda! (ant.); cobalto (s.q.). 13 - Dinheiro (fig.); espécie de linguado; que me pertence.

VERTICAIS: 1 - Apaga; prender com peias; pergaminho da pele de vítela. 2 - Vai-se embora; antigo nome da nota musical dó; designa alternativa. 3 - Ribanceira; abanar. 4 - Substância gorda, de composição análoga à do éter e à do álcool; dignidade eclesiástica. 5 - Erupção cutânea de natureza herpética, na cara e na cabeça das crianças de mama; suf. de abundância. 6 - Caminhavam; capa de junco. 7 - Milímetro (abrev.); contr. da prep. de com o art. def. o; sódio (s.q.); objecto ou figura formada por duas hastas que se cruzam em ângulo recto. 8 - Remunerara; transferência para o poder judicial da cobrança coerciva de contribuições não pagas voluntariamente nos prazos legais. 9 - Içar por um cabo; indivíduo do povo; cabelo branco; televisão (abrev.). 10 - Móvel, com ou sem encosto, para servir de assento; norma. 11 - Sinal gráfico que serve para nasalar a vogal a que se sobrepõe; mensalidade. 12 - Êxtase; que ainda não serviu ou tem pouco uso. 13 - O m. q. caucho; amarrar. 14 - Planta liliácea da China; agora; voraz. 15 - Argola; costuro; declamou.

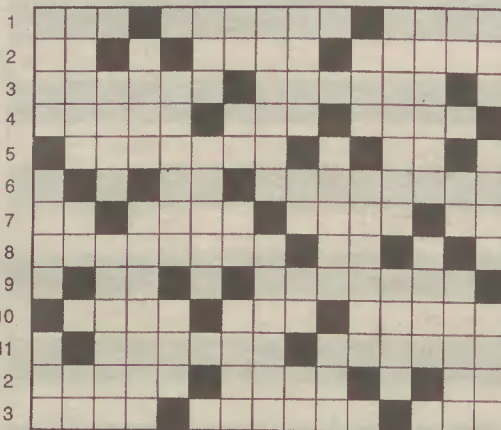
9 - Alar; zé; ca; TV. 10 - Banco; tel. 11 - Tili; mesada. 12 - Arroubo; novo. 13 - Caucho; atar. 14 - Tili; já; edace. 15 - Aro; coso; orou.

8 - Alfarjar; Cid. 9 - Be; ecoante. 10 - Galo; clã; doado. 11 - Lastre; lavar. 12 - Omo; azeite; men.

HORIZONTAIS: 1 - Sal; limp; acta. 2 - Ab; amat; trair. 3 - Fartum; gabiru. 4 - Alhas; dar; loco. 5 - Abilator; uh. 6 - Cri; zambujo. 7 - Euz; pron; enes; as.

SOLUÇÃO

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15





Preparação do VII Congresso

BALEIZÃO

Convívio da JCP - com grupos corais masculinos e femininos de Baleizão e um documentário sobre Baleizão: **sábado, 26 a partir das 16h.**

ALPIARÇA

Convívio «Rumo ao 7.º», com música ao vivo, karaoke, teatro, poesia - no Pavilhão da Feira (Zona da Alpiagra), sexta-feira, 25, a partir das 21h30.

AMADORA

Plenário de militantes no CT da Amadora - sábado às 15h; **debate:** «JCP, organização revolucionária da juventude», com Manuel Gouveia - domingo, 27; plenário para eleição de delegados - dia 28 às 20h30.

AVEIRO

Espinho - Reunião para discussão dos caps. III e IV do projecto de documento: dia 27.

BEJA

Mértola - Reunião no dia 25.

ÉVORA

Reunião-debate sobre **questões internacionais:** dia 25.

FARO

Vila Real de Santo António - Reunião para discussão dos documentos e eleição de delegados: dia 25; Faro - Reunião para discussão de documentos: dia 29.

GRÂNDOLA

Plenário - dia 27.

LISBOA

Convívio distrital com jantar e debate: dia 26 às 21h; plenário da **Juventude Trabalhadora da Cidade de Lisboa**, para discussão dos caps. III e IV do projecto de documento: dia 30 às 21h; Reuniões de militantes da cidade de Lisboa, das **zonas:** Norte (dia 27, 20h30, CT de Benfica), Oriental (dia 28, 20h30, CT da Graça), Ocidental (dia 30, 20h30, CT da Ajuda) e Central (dia 31, 20h30, CT Vitória).

ODIVELAS

Debate com Miguel Urbano Rodrigues sobre a **situação político-social na América Latina:** sexta-feira, 25, às 21h, no CURPIC (Centro de Dia para Idosos) em Caneças.

PORTO

Plenário para discussão dos caps. III e IV do projecto de documento: dia 25.

SANTARÉM

Iniciativa de rua de esclarecimento sobre o **Pacote Laboral**, promovida pelo Colectivo de Santarém da JCP: sábado, 26, durante toda a manhã, no Centro Histórico.

SETÚBAL

Colectivo da **Juventude Trabalhadora:** plenário para discussão de documentos e eleição de delegados: dia 26. Reuniões para eleição de delegados em **Barreiro e Sarilhos Pequenos**, ambas no dia 25.

Concerto de bandas de garagem para divulgação do 7.º Congresso: sábado, 26, a partir das 22h, no Pavilhão dos Sadinos.

TOMAR

Debate sobre «Sexualidade e aborto» - iniciativa da JCP no Centro de Trabalho do Partido (Rua Infância 15, 78, 2.º), quinta-feira, 24, 16h.

MADEIRA

«Situação Nacional e Políticas de Juventude» - debate com Paulo Marques no CT do Funchal, dia 25 às 18h30; plenários para eleição de delegados: dias 25 e 28.



Faro

Reunião Regional dos eleitos da CDU nos vários órgãos autárquicos do Distrito: sábado, dia 26, a partir das 15h, no Centro de Trabalho, com a participação de **Jorge Cordeiro.**

Almada

Reunião de Micro, Pequenos e Médios Empresários do Concelho de Almada: hoje, quinta-feira, às 21h, no CT Concelhio.

Cacilhas - Plenários de militantes: na Junta de Freguesia de Cacilhas, sexta-feira, 25, às 21h.

Feijó - Plenário CDU da freguesia: sexta-feira, 25, às 21h, na Junta de Freguesia de Feijó.

Moita

Debate público sobre **questões autárquicas**, promovido pelo PCP: sexta-feira, 25, às 21h, no Centro de Convívio dos **Brejos da Moita**, com **João Lobo, António Domingos, Valdemar Santos.**

Sintra

Sessão-debate no **Cacém** sobre os projectos do Governo para a **Segurança Social:** hoje, quinta-feira, dia 24, às 21h, no Centro de Trabalho de Cacém, com a participação de **Fernanda Mateus.**

Torres Vedras

Debate sobre **Pacote Laboral e Segurança Social:** sexta-feira, 25, às 21h30, no Centro de Trabalho local, com a participação de **Arménio Carlos**, do CC e da Com. Executiva da CGTP-IN.

Amadora

Sessão pública na **Brandoa** «**Contra o Pacote Laboral**»: domingo, dia 27, às 15h30, no Salão Polivalente da Brandoa, com a participação de **Alexandre Teixeira.**

Almoço-convívio da Falagueira, promovido pela organização da freguesia: sábado, 26, às 12h30, no CT da Amadora.

Lisboa

Freguesia de S. José - Plenário de militantes sobre trabalho autárquico e questões de organização: hoje, dia 24, 19h, CT Vitória.

Loures

Plenários preparatórios da 10.ª Assembleia da Organização Concelhia:

Quinta-feira, 24

de militantes de Frielas (21h, casa do cam. Sá Dias); do Sector de Empresas de Loures (21h, no CT Camarate e no CT de Sacavém).

Sexta-feira, 25

do Sector de Empresas (21h no CT de Bobadela); de militantes de S. João da Talha (21h, sala da Assembleia de Freguesia).

Sábado, 26

de militantes de Sto. António dos Cavaleiros (15h, na AMSAC), de militantes de Apelação (15h, CT local); de militantes de Camarate (15h, CT de Camarate).

Terça-feira, 29

da célula dos Trabalhadores da Câmara e Serv. Municipalizados (17h45, CT Loures); de militantes da freguesia de Moscavide (21h, sede da CDU); de militantes da freguesia de Loures (21h, CT Loures).

Quarta-feira, 30

Plenário de militantes da freg. de Santo Antão do Tojal (21h, salão da JF).

Jantar-convívio

da organização da freguesia de **Unhos:** sexta-feira, 25, 20h, no Café Sufo ao Casal dos Machados.

VI Assembleia da Organização Concelhia de Oeiras

Sábado, 26, às 14h30,
no Auditório Municipal (Moinho das Antas)
Participação de **José Casanova.**

VI Assembleia da Organização Concelhia de Amares

Sábado, 26, às 18h,
no antigo Quartel dos Bombeiros Voluntários,
Rua Sá de Miranda - Sala 4, em Ferreiros
No final, convívio num restaurante local.

V Assembleia da Organização da Freguesia de Santa Iria de Azóia

Sábado, 26, às 14h, no Castelo de Piriscope.

III Assembleia da Organização da Freguesia de Castanheira do Ribatejo

Sábado, 26, às 15h,
no Salão Nobre da Junta de Freguesia.
Participa **Armando Morais.**

VII Assembleia da Organização da Freguesia de Vialonga

Domingo, 27, às 15h,
no Mercado Retalhista (espaço do futuro restaurante).
Participa **Adelaide Alves.**

Acto público de lançamento, pelo, PCP da acção EM MOVIMENTO POR UM PORTUGAL COM FUTURO

Terça-feira, 29 de Outubro, às 18 horas, na Sala Europa do Hotel Altis
(Rua Castilho, 11, em Lisboa),
com intervenção do Secretário-Geral do PCP

Carlos Carvalhas

85.º Aniversário da Revolução de Outubro

Jantar-convívio

promovido pelo Sector Intelectual da ORL do PCP para celebrar a efeméride
no Restaurante Caleidoscópio (Campo Grande)
Quinta-feira, dia 7 de Novembro, às 19h30
(Inscrições: até 5 de Nov., tel. 313 30 70 00)

Vigília dos Deficientes Portugueses

frente à Assembleia da República

Sexta-feira, 25, das 16 às 21 horas

convocada por associações de deficientes de todo o País,

pelo direito à vida, à reabilitação e ao trabalho

O canto solidário do Brasil pela voz de **Leticia Vasconcelos**

(música popular brasileira)

1.º de Maio 2003 em Cuba

Viagem de Solidariedade promovida
pela Organização da Cidade de Lisboa
(de 28 de Abril a 10 de Maio)

1.º PROGRAMA

Visitas a La Havana, Valle Viñales, Guama, Aldeia Taína,
Cienfuegos, Trinidad, Santa Clara, Remédios, Varadero

2.º PROGRAMA

Visitas a Santiago de Cuba, Guadalajara (Praia)

Informações e inscrições:

Camarada César Roussado - CT Vitória - Tel. 213307000

Viagem de 28 de Abril a 10 de Maio

promovida pela Comissão Concelhia de Alcochete

Inscrições e informações - CT Alcochete - Tel. 212340344

ATVer

Em *Sobreviver a Picasso*
Anthony Hopkins tem mais
uma das suas grandes
interpretações

Sobreviver a Picasso

(Sexta-feira, 25.10.02, RTP-1)

James Ivory, que se tornou célebre pelas suas evocações vitorianas, recriou em *Sobreviver a Picasso* 10 anos da vida do célebre artista, exactamente os que viveu com Françoise Gilot, quando tinha 60 anos. Partindo de um argumento por sua vez já adaptado de um livro de Ariana Stassinopoulos Huffington, trata-se de uma sinuosa evocação biográfica que se detém sobre as complexidades de relacionamento com um homem caprichoso, dominador e extraordinariamente enérgico que, depois dos 60 anos, continua a manter uma tumultuosa vida amorosa. Uma visão muito pessoal de Picasso, cujos herdeiros proibiram a utilização de qualquer das suas obras no filme. Destaque para a sutileza e inteligência dos diálogos, bem como a notável recriação de Picasso feita por Anthony Hopkins.

Feliz Natal, Mr. Lawrence

(Sexta-feira, 25.10.02, RTP-2)

Nagisa Oshima foi um dos mercantes cineastas japoneses das décadas de 60 e 70, autor do celeberrimo e controverso *O Império dos Sentidos*, bem como de um importante conjunto de filmes, como *Cerimónia Solene*, *O Menino* ou *O Império da*



duções brilha um elenco muito bem escolhido, onde se destaca a prestação de Raul Julia e Angelica Houston, fabulosos no papel do casal à volta do qual gravita esta família absurda, que cultiva a travessura e a maldade compulsiva e atípica dos desenhos animados (uma das referências cinematográficas que presidem à construção destes filmes) como «valor de família».

O Padrinho - Parte III

(Sábado, 26.10.02, TVI)

Eis outro exemplo de uma sequela (neste caso já em repetição, dado tratar-se do terceiro episódio da saga original de *O Padrinho*) que, ao contrário de desmerecer o original, está plenamente à sua altura e, neste caso, continua a acrescentar-lhe surpresa e novidade. Na verdade, Francis Ford Coppola conseguiu, nesta trilogia assente numa ficção escrita por Mário Puzo no início dos anos 70 sobre uma família de

mafiosos italianos nos EUA, o prodígio de construir uma saga de grande qualidade e sucesso abordando o quotidiano das famílias mafiosas que pululam nos EUA, transformando a sordidez do crime num grande espectáculo de luta pelo poder. Neste terceiro episódio, Francis Ford Coppola atreveu-se, mesmo, a relacionar, na ficção, as famílias mafiosas do filme com os nebulosos escândalos que envolveram o Vaticano e o crime organizado em Itália no chamado «escândalo do banco Ambrosiano», que coincidiu com a eleição e misteriosa morte do papa João Paulo I, antecessor do actual papa João Paulo II. E neste terceiro episódio o elenco continua a ser de luxo, liderado pela grande criação de Al Pacino, bem secundado por Diane Keaton ou Andy Garcia.

Poltergeist O Fenómeno

(Sábado, 26.10.02, RTP-1)

Poltergeist - O Fenómeno foi um dos grandes sucessos cinematográficos no domínio do fantástico e continua a ser uma engenhosa história de fantasmas produzida em cinema. Na origem do projecto

está Steven Spielberg, que participou no argumento e na produção desta acidentada história de uma família da classe média norte-americana cuja pacata vida se transforma numa alucinação quando o fenómeno «poltergeist» invade e destrói, literalmente, a sua casa. Uma realização de Tobe Hooper, servida por um notável trabalho de efeitos especiais e visuais bem como de direcção artística, que se tornou num filme célebre pela sua hábil combinação de fantasia, terror, humor e, acima de tudo, pela sua (na altura) espectacular dimensão visual.



Poltergeist, um grande sucesso na estreia, tem por trás a mão de Steven Spielberg



«A Febre do Ouro Negro», uma série de ficção sobre a exploração do volfrâmio em Portugal durante a II Guerra (em reposição à hora do almoço na RTP2)

Quinta, 24

VRTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Praça da Alegria Especial
17.15 Espaço Infantil/Juvenil
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.00 Philly
23.00 Grande Entrevista
24.00 Jag - Em Nome da Justiça
01.00 24 Horas
01.30 «Um Monstro Dentro do Armário» (Filme)

VRTP 2

07.00 Espaço Infantil
12.40 Companhia dos Animais
13.30 Sozinhos em Casa
14.00 A Febre do Ouro Negro
15.00 Informação Gestual
16.30 «No que Pensam as Mulheres» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Horizontes da Memória
19.00 Crónica do Século
20.00 Viver no Campo
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Homens, Mulheres e Cães
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
24.00 «Tabu - Gohatto» (Filme)

VSIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação

Sexta, 25

VRTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.30 Vencedores
15.30 Marisol
16.30 Carita de Anjo
17.15 Infantil/Juvenil
18.15 Quebra-cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 «Sobreviver a Picasso» (Filme de James Ivory, 1996, com Anthony Hopkins, Julianne Moore. Ver Destaque)
24.00 Jag - Em Nome da Justiça
01.00 24 Horas
01.15 Paraíso Filmes
01.45 «Por Tudo na Vida» (Filme)

VRTP 2

07.00 Espaço Infantil
12.40 Companhia dos Animais
13.00 Fronteira Ocidental
13.30 Sozinho em Casa
14.00 A Febre do Ouro Negro
15.00 Informação Gestual
16.30 «Totó, o Comandante» (Filme)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Gente da Cidade
19.00 2010
20.00 Viver no Campo
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Homens, Mulheres e Cães
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Sinais do Tempo
24.00 «Feliz Natal, Mr. Lawrence» (Filme de Nagisa Oshima, 1982, com David Bowie,

Sábado, 26

VRTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Um Desastre de Bruxa
12.30 Horizontes da Memória
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 O Maravilhoso Mundo Submarino
16.00 João Baião
19.00 A Minha Sogra É uma Bruxa
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Boavista-Sporting (Superliga)
23.00 «Desaparecido em Combate - 3» (Filme)
00.45 24 Horas
01.00 Paraíso Filmes
01.30 Jag - Em Nome da Justiça
01.30 «Poltergeist - O Fenómeno» (Filme de Tobe Hooper, 1982, com Craig T. Nelson, JoBeth Williams. Ver Destaque)

VRTP 2

08.00 Repórter RTP
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.00 Horizontes da Memória
19.30 Bombordo
20.00 Palavras Ditas
20.30 Os Simpsons
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
As esculturas rupestres de Dazu
00.00 Britcom
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.30 Noites Curtas no Onda-Curta

VSIC

07.00 SIC a abrir
12.00 Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Catarina.com
14.45 O Camião
15.30 A Vingadora
16.45 Air América
17.30 «Vidas Privadas» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Linha da Sorte
22.30 «A Força em Alerta» (Filme)
00.30 Tal Mãe, Tal Filha
01.45 Miss Playboy
02.30 No Fim do Mundo

VTVI

07.30 Batatoon
09.30 Sempre a Abrir
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Survivor
15.00 BB Famosos
15.45 «Twice Upon A Time» (Filme)
18.00 «A Família Adams 2» (Filme de Barry Sonnenfeld, 1998, com Angelica Houston, Christina Ricci, Raul Julia. Ver Destaque)
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 Sonhos Traídos
23.00 O Último Beijo
24.00 «O Padrinho - Parte III» (Filme de Francis Ford Coppola, 1990, com Al Pacino, Diane Keaton. Ver Destaque)
03.00 «Sender O Enviado» (Filme)



O Tesouro de Dazu, na China, são 50 mil esculturas só agora integralmente reveladas em filme (Em «O Lugar da História», sábado na RTP2)

Ryuichi Sakamoto, Tom Conti. Ver Destaque)
02.00 O Comboio do Deserto

VSIC

07.00 Infantil/Juvenil
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.00 Não Há Pai!
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Não Há Pai!
21.30 Malucos do Riso
22.00 Esperança
23.15 Olhar da Serpente
00.15 É Proibido!
01.15 Contos Eróticos
02.15 «Estrada para Meca» (Filme)

VTVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 Dawson's Creek
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Vidas Reais
01.00 Ally McBeal
02.00 «O Dueto das Almas» (Filme)
04.10 Os Animais do Mundo

VTVI

07.30 Sempre a Abrir
10.00 Olá Portugal
13.00 TVI Jornal
14.15 A Vida É Bela
15.00 BB Famosos
16.15 Dawson's Creek
17.10 Anjo Selvagem
18.00 Vidas Reais
19.00 Tudo por Amor
20.00 Jornal Nacional
21.30 Anjo Selvagem
22.45 Sonhos Traídos
00.15 Imagens que Falam
01.00 «O Regresso de Uma Estranha» (Filme)
03.00 Os Animais do Mundo



A Família Addams-2: uma sequela que não envergonha o filme fundador



O Padrinho-3, de Francis Ford Coppola, está absolutamente à altura dos dois filmes anteriores da saga

Paixão. Oshima assinou em 1982 este *Feliz Natal, Mr. Lawrence*, um irónico, amargo e sufocante drama humano sobre as relações entre o Ocidente e o Oriente num campo de concentração japonês durante a II Guerra Mundial. Servindo-se do contexto da guerra para acentuar o choque de mentalidades, Oshima constrói uma perturbante reflexão sobre a natureza humana. Destaque para as excelentes interpretações de David Bowie, Tom Conti e Ryuichi Sakamoto, este último igualmente autor da banda sonora original.

A Família Addams 2

(Sábado, 26.10.02, TVI)

A Família Addams teve um merecido sucesso, dando origem pouco depois a esta sequela que, por sinal, contrariou a regra e não desmereceu o original, embora o não igualasse na surpresa inventiva e na novidade de um conjunto de bizarras personagens a interagir num ambiente de filme de terror «gótico» que não se leva assuadamente a sério para, finalmente, produzir uma parafernália de situações absurdas e, evidentemente, cómicas. Em ambas as pro-



«Planeta Azul» conta esta semana a história dramática do rio Sado, que era ainda há pouco uma jóia da natureza

Domingo, 27

- ▼ RTP 1**
 07.00 Infantil/Juvenil
 12.00 Um Desastre de Bruxa
 12.30 Planeta Azul
 «Triste Sado»
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 O Mundo Perdido
 16.30 Estúdio 5
 19.00 Domingo Desportivo
 20.00 Telejornal
 21.00 Contra-Infomção
 21.30 A Minha Sogra É uma Bruxa
 22.00 «Profundo Como o Mar» (Filme)
 24.00 Domingo Desportivo
 01.00 24 Horas
 01.50 «Vingança na Casa de Usher» (Filme)

- ▼ RTP 2**
 09.00 Programa Religioso
 11.30 Louis Pasteur ou Les Chemins de La Verité
 12.10 Documentário
 13.00 Untamed Australia
 14.00 Desporto 2
 18.30 Technopolis
 19.30 Onda Curtas
 20.00 A História de Nikita
 21.00 Artes e Letras «José Manuel Rodrigues Duas Luzes»
 22.00 Jornal 2
 23.00 Artes de Palco Teatro: «A Vida Tem Destas Coisas»
 00.15 Odisseia nas Imagens «Chronique d'Une Eté»

- ▼ SIC**
 07.00 SIC a abrir
 12.00 BBC Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 «A Corrida ao Ouro» (Filme)
 16.00 «O Guarda Inseguro» (Filme)
 18.00 «K-9 Agente Canino» (Filme)



«No Fim do Mundo» (que no caso é o Alasca): à noite na SIC

- 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Malucos do Riso
 21.30 Mentos Brilhantes
 22.30 Herman SIC
 00.45 «Para o Melhor e Para o Pior» (Filme)

- ▼ TVI**
 07.30 Super Batatoon
 09.30 Sempre a Abrir
 10.00 Cerimónias Religiosas
 13.00 TVI Jornal
 14.00 «O Cavalo que Fala» (Filme)
 16.00 «Perdidos no Triângulo das Bermudas» (Filme)
 18.00 «Uma Dupla de Classes» (Filme)
 20.00 Jornal Nacional
 21.45 A Jóia de África
 22.45 O Último Beijo
 23.45 BB Famosos Fim-de-semana
 01.00 «David Copperfield» (Filme)

Segunda, 28

- ▼ RTP 1**
 07.00 Bom Dia Portugal
 10.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.30 Vencedores
 15.30 Marisol
 16.30 Carita de Anjo
 17.15 Espaço Infantil/Juvenil
 18.15 Quebra-cabeças
 19.00 O Preço Certo em Euros
 20.00 Telejornal
 21.00 Sorte Grande
 21.15 O Elo Mais Fraco
 22.15 Prós e Contras
 00.15 Jag
 Em Nome da Justiça
 01.15 24 Horas
 01.30 «A Ama Perfeita» (Filme)

- ▼ RTP 2**
 07.00 Espaço Infantil
 12.40 Companhia dos Animais
 13.00 Ilhas Vivas
 13.30 Sozinhos em Casa
 14.00 A Febre do Ouro Negro
 15.00 Informação Gestual
 16.30 «O Ladrão de Crianças» (Filme)
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Planeta Azul
 19.00 Em Busca da Beleza
 20.00 Viver no Campo
 20.30 3º Calhau a Contar do Sol
 21.00 Três Irmãs
 21.30 Acontece
 22.00 Jornal 2
 23.00 Sete Palmas de Terra
 24.00 «A Ultrapassagem» (Filme)
 02.30 2010

- ▼ SIC**
 07.00 Infantil/Juvenil
 11.00 SIC 10 Horas

- 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Olhar da Serpente
 15.00 As Duas por Três
 16.30 Malhação
 17.00 Não Há Pai!
 17.30 Desejos de Mulher
 18.30 New Wave
 19.00 Coração de Estudante
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Não Há Pai!
 21.30 Malucos do Riso
 22.00 Esperança
 23.00 Olhar da Serpente
 00.15 «Porky's II: O Dia Seguinte» (Filme)
 02.15 Animais São Gente Gira

- ▼ TVI**
 07.30 Sempre a Abrir
 10.00 Olá Portugal
 13.00 TVI Jornal
 14.15 A Vida É Bela
 15.30 BB Extra
 16.00 BB Fim-de-Semana
 17.10 Anjo Selvagem
 18.00 Vidas Reais
 19.00 Tudo por Amor
 20.00 Jornal Nacional
 21.45 A Jóia de África
 23.00 Sonhos Traídos
 00.00 Vidas Reais
 01.00 Ficheiros Secretos
 02.00 1.ª Vaga

Quarta, 30

- ▼ RTP 1**
 07.00 Bom Dia Portugal
 10.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 Regiões
 14.30 Vencedores
 15.30 Marisol
 16.30 Carita de Anjo
 17.15 Espaço Infantil/Juvenil
 18.15 Quebra-cabeças
 19.00 O Preço Certo em Euros
 19.40 Futebol: Real Madrid-Roma (Liga de Campeões)
 21.30 Telejornal
 22.30 O Elo Mais Fraco
 23.30 «Detective de Homicídios» (Filme)
 01.10 24 Horas

- ▼ RTP 2**
 07.00 Espaço Infantil
 12.40 Companhia dos Animais
 13.00 Caminhos da Natureza
 13.30 Sozinhos em Casa
 14.00 A Febre do Ouro Negro
 15.00 Informação Gestual
 16.30 «A Guerra dos Abismos» (Filme)
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Bombordo
 19.00 FBI Contra Hollywood
 20.00 Viver no Campo
 20.30 Jesse
 21.00 Homens, Mulheres e Cães
 21.30 Acontece
 22.00 Jornal 2
 23.00 «A Educação de Max Bickford»
 24.00 «Os Novos Monstros» (Filme)
 02.15 O Amor



- ▼ SIC**
 07.00 Infantil/Juvenil
 11.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 Olhar da Serpente
 15.00 As Duas por Três
 16.30 Malhação
 17.00 Não Há Pai!
 17.30 Desejos de Mulher
 18.30 New Wave
 19.00 Coração de Estudante
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Não Há Pai!
 21.30 Malucos do Riso
 22.00 Esperança
 23.00 Olhar da Serpente
 24.00 E Proibido
 01.15 «A Última Palavra» (Filme)

- ▼ TVI**
 07.30 Sempre a Abrir
 10.00 Olá Portugal
 13.00 TVI Jornal
 14.15 A Vida É Bela
 15.30 BB Extra
 16.00 Gala BB Famosos
 19.00 Tudo por Amor
 20.00 Jornal Nacional
 21.30 Anjo Selvagem
 22.45 Sonhos Traídos
 23.45 BB Famosos
 00.30 «Pânico na Cidade» (Filme)
 03.15 Animais do Mundo

Nota:
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição

TVisto

• Correia da Fonseca

Mentiras, humor e susto

Por mim falo: a gente olha para o deputado António Filipe e não se inclina a crer que está perante um homem capaz de grandes ironias e tiradas de espírito: aquela sua cabeça ainda jovem mas prematuramente calvo, os óculos bem graduados, sugerem o homem inteligente que muito estudou, que é profundamente sério e olha a vida com toda a gravidade que ela na verdade reclama. Assim, terão sido decerto muitos os telespectadores que se terão surpreendidos ao assistirem no canal «Parlamento», o

distribuído por cabo, à sua intervenção da passada sexta-feira na Assembleia da República, quando do debate de urgência acerca das embrulhadas de duvidosa ética que a ministra Cardona arranhou quanto ao Fundo de Garantia do Ministério da Justiça. Então, António Filipe arrasou a inditosa senhora, aliás já muito combatida não apenas por anteriores intervenções de outras bancadas mas também e sobretudo pela sua própria falta de orientação na vida, por não medir

as palavras e as acusações que lhe saem da boca para fora, até por não ter o cuidado de previamente combinar as táticas, como diria o Esteves, com o seu secretário de Estado. Aliás, e de um modo mais geral, em se pode dizer que a senhora ministra não tem jeito para a tarefa (e repare-se na delicadeza da fórmula que escolho), o que não é nenhuma vergonha. Já talvez a mesma conclusão não possa manter-se perante o facto de a senhora ministra não parecer ter vergonha do, pelos vistos, ajeitar a verdade com a mão, agora como diria um relator desportivo encarregado de fazer o relato da sessão. Como sabem os que recebem a TV por cabo, e talvez nem todos eles, o canal «Parlamento», o tal que não deve ser confundido com o programa «Parlamento» da RTP 2, passou a permitir que os cidadãos acompanhem largos momentos dos debates parlamentares. Essa possibilidade, receio que escassamente aproveitada, pode em principio contribuir para a redução da prodigiosa ignorância política de muitos milhares de portugueses, condição extremamete propícia ao desenvolvimento da despolitização de pendoros fascizantes que,

aliás, a direita planta, aduba e estimula com desvelo. É certo que os discursos demagógicos e embusteiros em que a mesmíssima direita mais os seus aparentados é fértil não ajudam nada essa espécie de ganho civilizacional que seria um maior conhecimento, por parte da população, da vida parlamentar do seu país e dos deputados por ela eleitos. Ainda assim, porém, muita coisa aprende quem assista às transmissões pelo canal «Parlamento». Por exemplo: quase não há outra forma de, via TV, ficar-se a saber que posições tomam o PCP e os seus deputados acerca dos diversos assuntos, pois dificilmente os canais «tradicionais» a darão a conhecer. Outro exemplo, este concordo que de relativo pormenor: é muito mais fácil pelo canal «Parlamento» descobrir as capacidades do deputado António Filipe para usar o humor e a ironia.

A direita não entende

Porém, foi outro o momento mais importante da transmissão da sessão de sexta-feira a que tenho vindo a referir-me. Foi o caso que, depois de António Filipe, embora não imediatamente a seguir, interveio o deputado Nuno Melo, do CDS-PP. E como irrompeu o jovem deputado? Nem mais nem menos que a dizer que a intervenção de António Filipe, bem como decerto a da deputada de «Os Verdes» e a do deputado do BE, constituiriam acto de «enteneceadora solidariedade» da Esquerda para com um ministro do governo PS. Confesso, fiquei entusiasmado: poucas vezes uma intervenção revelara a alma e a ética da direita como aquela o fizera. A questão é simples. A avaliar pelas palavras de Nuno Melo, pertence não entende que um parlamentar honrado levante a voz em S. Bento apenas para denunciar uma aldrabice, para rejeitar uma calúnia lançada contra terceiros. Pelos vistos, para Nuno e a sua gente só haverá um factor de coesão, um grude que os una a outros: os interesses em comum, políticos, ideológicos. Só assim se explica que, ouvindo António Filipe a denunciar a mentira lançada contra António Costa, o deputado Nuno tenha feito uma significativa leitura do facto, dir-se-ia que com uma inflexão de alarme na voz: é a Esquerda! Como quem diz, à beira do pânico: é o Frentismo de Esquerda, acudam! Estava enganado, não era, e o aparente susto havia sido vão. Mas viu-se uma vez mais que com o canal «Parlamento» se pode aprender muito.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Versões

Anteontem, dois dos principais diários de expansão nacional – o Público e o Diário de Notícias – apresentavam a mesma notícia com leituras diametralmente opostas.

«Sampaio põe Portas na corda bamba», garantia o Público na chamada de primeira página.

«Sampaio pede moderação ao PS no caso Alvarenga», proclamava o Diário de Notícias, também na primeira página.

Ambos se referiam à aceitação, pelo Presidente da República (PR), da exoneração do Chefe de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), general Alvarenga Sousa Santos, apresentada formalmente pelo primeiro-ministro Durão Barroso, na passada segunda-feira.

Como se vê, usando o mesmo facto – a exoneração do CEMGFA – um dos jornais coloca o PR a apontar o dedo ao ministro da Defesa, Paulo Portas, e o outro, pelo contrário, apresenta-nos o Chefe de Estado a agitar o mesmo dedo, mas em direcção ao PS. E ambos explicam porquê.

O Público garante que «o Presidente da República considera que o “caso Alvarenga” foi um sintoma de quebra de confiança entre o Governo e as Forças Armadas», pelo que «recomendou ao primeiro-ministro urgência na resolução da crise que tem como epicentro o ministro da Defesa», concluindo que «se Portas não recuperar a confiança dos militares, Sampaio não concebe outra alternativa senão a sua substituição no Governo».

Pelo contrário, o Diário de Notícias afiança que «o Presidente da República fez chegar informalmente ao PS um apelo à moderação na abordagem do processo de exoneração do chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Alvarenga Sousa Santos».

Em ambos os casos, não é apresentada uma única declaração, uma simples frase, a mais elementar palavra dita pelo Presidente da República fundamentando qualquer das afirmações.

Pressupostamente, ambos os jornais citarão fontes não identificadas – ou, melhor dizendo, fontes que ambas as publicações não identificam mas, decerto, conhecem.

Mas nem é isso que importa, tal como pouco interessa que cada uma das publicações manifeste a sua própria conclusão sobre declarações que não apresentam, não identificam e, na prática, não existem, pois o que de concreto nos é mostrado resume-se ao acto de aceitação da exoneração do CEMGFA por parte do PR, sem comentários, recados ou quaisquer «dedos no ar».

O que aqui mais uma vez se confirma é que a célebre «objectividade jornalística» desemboca sempre num ponto de vista, que é o de quem escreve e publica. O que nos levaria longe, nomeadamente à discussão de questões tão sérias como a verdade e a mentira, a independência e a manipulação e as grandes falácias que se constroem à volta desses temas. Sendô que neste caso – e como sempre – cada uma das publicações deixou também exposto, de passagem, o lado que apoia na questão... Quanto à notícia propriamente dita, é óbvio que «Portas está na corda bamba» e, com «pedidos de moderação ao PS» ou sem eles, a situação só se resolverá efectivamente quando o ministro da Defesa for, por fim, afastado do lugar.

Mas isso está o País fartíssimo de saber.

Concentração em Lisboa condena belicismo norte-americano

Guerra, não!

A intervenção militar dos Estados Unidos no Iraque foi contestada, na terça-feira, junto à representação das Nações Unidas em Lisboa. A iniciativa foi organizada pela JCP e juntou várias dezenas de pessoas.

Na ocasião, em que esteve presente Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, foi entregue uma carta dirigida à ONU, intitulada «Paremos a guerra antes que comece».

A missiva assinala que a Organização tem sido ultrapassada neste processo e exige que as Nações Unidas tenham «uma postura firme e actuante na defesa da paz e dos direi-

tos dos povos em todo o Mundo».

Considerando preocupante a ofensiva das «forças do imperialismo, encaixadas pelos Estados Unidos», a JCP acusa-os de pretenderem «impor pela força e pela guerra a sua ordem mundial com o objectivo de retirar

dividendos económicos, aumentar a exploração e se apoderarem dos recursos naturais e energéticos de cada país».

A JCP condena a atitude de servilismo e subjugação do Governo português

O anúncio da iminência do ataque ao Iraque é comparado com a gravidade da situação que se vive na Palestina ou com a invasão do Afeganistão – ambos «alvos

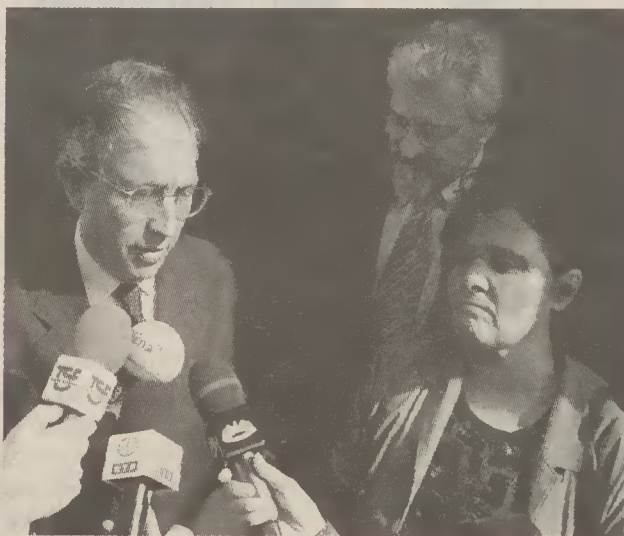
desta ofensiva, reforçada ultimamente sob a capa de um pretendo combate ao terrorismo».

A JCP rejeita ainda «qualquer envolvimento das Forças Armadas Portuguesas neste ataque cruel e sem sentido» e condena «a atitude de servilismo e subjugação do Governo PSD/CDS-PP», nomeadamente com a disponibilização da Base das Lajes para o ataque ao Iraque.

Também o PCP lançou um folheto contra a escalada bélica, com distribuição em todo o País, em que defende as «soluções políticas e diplomáticas, o respeito pelos direitos dos povos, o desenvolvimento, a justiça e a paz».



Acabar com a guerra antes que comece é o objectivo da JCP



A delegação do PCP, à saída da audiência com o Procurador Geral da República

Alta criminalidade preocupa PCP

Com o objectivo de abordar a evolução nacional em matéria de alta criminalidade e a resposta dos estados de direito, uma delegação do PCP, chefiada pelo seu secretário-geral, Carlos Carvalhas, encontrou-se, na segunda-feira, com o presidente do Supremo Tribunal de Justiça, e, no dia seguinte, com o Procurador Geral da República.

Exoneração do CEMGFA

A decisão do Presidente da República de aceitar a exoneração do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, proposta pelo Governo, culminou «um processo nada dignificante para as instituições e para as Forças Armadas», considera o PCP em nota do Gabinete de Imprensa, divulgada na passada segunda-feira.

O PCP sublinha que foi dada assim «execução a um facto previamente consumado através de fontes anónimas do Governo e do desacreditado ministro da Defesa».

Os comunistas alertam que «enquanto este ministro da defesa se mantiver em funções, não serão de estranhar que novos factores de desestabilização da vida política venham a verificar-se».

Hoje, nova concentração Contra a guerra no Iraque

Hoje, quinta-feira, 24 de Outubro, às 18 horas, realiza-se uma concentração, no Largo de Camões, em Lisboa. O apelo à participação nesta iniciativa pela paz e contra a guerra que os Estados Unidos pretendem desencadear é assinado, entre outras organizações, pelo Partido Comunista Português.

30 de Outubro

Dia de luta

A CGPT-IN convocou para o próximo dia 30 de Outubro, quarta-feira, uma jornada nacional de luta contra o pacote laboral, por melhores salários e por em defesa da segurança social pública, solidária e universal.

Para esse dia estão a ser marcadas manifestações e paralisações em vários pontos do continente e ilhas, abrangendo os sectores público e privado. Em Lisboa, foi já anunciada marcada uma concentração nos Restauradores, pelas 15 horas (ver notícia nesta edição).

Para o próximo sábado, os trabalhadores da pesca do arrasto costeiro marcaram um plenário em Aveiro, junto à antiga capitania. Exigem a revisão do contrato colectivo de trabalho, congelado há 34

meses, e aumentos salariais dignos para 2003. Recorde-se que estes trabalhadores estão em greve desde 16 de Fevereiro.

Em luta estão também as ONG's de pessoas com deficiência que têm marcada amanhã, sexta-feira uma vigília entre as 16 e as 21 horas, na Assembleia da República, em protesto contra a redução dos meios afectos a programas de integração. A acção é convocada pela Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes.

